



gm

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 24.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 16 DE DEZEMBRO DE 2025

ATA Nº. 29 / 2025

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SR.^a. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATA
 - 3.2.1. ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A ONZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – ATA NÚMERO VINTE E SEIS, DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - DIA MUNDIAL DO SOLO - PELA PROTEÇÃO DOS SOLOS E DA SOBERANIA ALIMENTAR EM OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO
 - 3.3.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
 - 3.3.2. SR. DEPUTADO FILIPE MARTINS (IL)
 - 3.3.3. SR.^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.3.4. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.3.5. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO)
 - 3.3.6. VOTAÇÃO
 - 3.3.6.1. SR.^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.3.6.2. SR.^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO:

- 3.4. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CLARA PINTO CORREIA, ESCRITORA, BIÓLOGA, INVESTIGADORA E PROFESSORA UNIVERSITÁRIA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO
- 3.4.1. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 3.4.2. VOTAÇÃO
- 3.4.2.1. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.5. VOTO DE LOUVOR A MARIA CORINA MACHADO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA IL
- 3.5.1. VOTAÇÃO
- 3.5.1.1. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.5.1.2. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.6. SR^a. DEPUTADA ELISABETE OLIVEIRA (INOV25)
- 3.7. SR. DEPUTADO AFONSO MORAIS (INOV25)
- 3.8. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH)
- 3.9. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.10. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (INOV25)
- 3.11. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 3.12. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (INOV25)
- 3.13. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.14. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH)
- 3.15. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 3.16. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.17. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.18. SR. VEREADOR PEDRO PATACHO
- 3.19. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

9

- 3.20. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.21. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1044/2025 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTE AO ANO DE 2025 A LIQUIDAR EM 2026
 - 4.1.1. VOTAÇÃO
 - 4.1.1.1. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.1.1.2. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.1.1.3. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1045/2025 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA AO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA 2026
 - 4.2.1. VOTAÇÃO
- 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1046/2025 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA AO LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2025 A SER COBRADA EM 2026
 - 4.3.1. VOTAÇÃO
 - 4.3.1.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.3.1.2. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1047/2025 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA À TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)
 - 4.4.1. VOTAÇÃO
- 4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1108/2025 - GCAJ – RELATIVA

À ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS
APLICÁVEIS A IMPOSTOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - APROVAÇÃO FINAL

4.5.1. VOTAÇÃO

4.5.1.1. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.5.1.2. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1064/2025 –
DMOTDU/DOTPU/DOT – RELATIVA AO PLANO DE PORMENOR EMPRESARIAL DE
PAÇO DE ARCOS (PPEPA)

4.6.1. VOTAÇÃO

4.6.1.1. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1066/2025 –
DMOTDU/DOTPU/DOT – RELATIVA À SUBSTITUIÇÃO DA PROPOSTA DE
DELIBERAÇÃO N.º 605/2025 - REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO
MOINHO DAS ANTAS (PPMA) - APROVAÇÃO FINAL

4.7.1. VOTAÇÃO

4.7.1.1. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.7.1.2. SR. DEPUTADO JOÃO GAMEIRO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.7.1.3. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1067/2025 –
DMOTDU/DOTPU/DOT – RELATIVA À CORREÇÃO MATERIAL DO PLANO DE
PORMENOR NORTE DE CAXIAS - SUB-UOPG3

4.8.1. VOTAÇÃO

4.8.1.1. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.8.1.2. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.8.1.3. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
 - 5.1. SR. JOSÉ HENRIQUE MACEDO BANDEIRA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
 - 5.2. SR^a. EDITE ANTUNES PEREIRA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
 - 5.3. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 5.4. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO a <u>Unanidade</u> a <u>22-01-2025</u>			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
INOV 25	15		
PS	2		
CH	3		
CEO	2		
IL	2		
CDU	1		
PAN	1		
INOVAR UNIAO ALGÉS 25	1		
INOVAR BARCARENA 25	—		
INOVAR FARMACIA DE OUEIRAS 25	—		
INOVAR UNIAO OEIRAS 25	—		
INOVAR PORTO 25	4		
S=A FAVOR * N=CONTRA * A=ABSTENÇÃO			

----- ATA DA 24ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 16 DE DEZEMBRO DE 2025

----- ATA Nº. 29 / 2025 -----

----- Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio, em substituição do Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho. --

1. ABERTURA DA REUNIÃO

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Vigésima Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira, António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago, Alexandra Nunes Esteves Tavares de

Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, João Gil de Almeida Gameiro, Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Filipe Jorge de Sousa Martins, João Rafael Marques Santos, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Jorge Manuel Martins Delgado) desta Assembleia Municipal.- -----

-----Os Senhores Deputados Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Tomás Raposo Barra, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Nuno Filipe Penetra Carolo, do Partido Socialista, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e João Gil de Almeida Gameiro, do Partido Socialista.. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Moraes, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Sílvia Isabela Jesus Almeida Breu Baptista Fernandes, Pedro Manuel Freire Patacho, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Pedro Saraiva Gonçalves dos Santos Frazão, Susana Isabel Costa Duarte e Mariana Campos Carvalho Coelho.-----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1044/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) respeitante ao ano de 2025 a liquidar em 2026; -----
2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1045/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para 2026; -----
3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1046/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Lançamento de Derrama relativa ao ano de 2025 a ser cobrada em 2026; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N°1047/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP);-----
5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1108/2025 - GCAJ – relativa à Alteração do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais Aplicáveis a Impostos do Município de Oeiras - Aprovação final;-----
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1064/2025 – DMOTDU/DOTPU/DOT – relativa ao Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos (PPEPA); -----
7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N°1066/2025 – DMOTDU/DOTPU/DOT – relativa à Substituição da Proposta de Deliberação n.º 605/2025 - Revogação do Plano de Pormenor do Moinho das Antas (PPMA) - Aprovação Final; -----
8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1067/2025 – DMOTDU/DOTPU/DOT – relativa à Correção Material do Plano de Pormenor Norte de Caxias - Sub-UOPG3. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte:-----

----- “Boa tarde a todos. Agradecia que se sentassem. Senhores Deputados Municipais, agradecia que tomassem os vossos lugares. Senhores Deputados boa tarde. Boa tarde a quem nos assiste. Declaro aberta a Sessão Extraordinária número vinte e quatro de dois mil e vinte e cinco.

----- Antes de mais, porque não temos o nosso Primeiro Secretário, está ausente, o Doutor Nuno (INOV25) ocupou a função de Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia e, nos termos do

artigo vinte e dois, número três do Regimento em vigor, a Presidente da Assembleia designa o Segundo Secretário que irá constituir a Mesa e que eu chamo para vir integrar a Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal Miguel Bugalho (INOV25) a quem agradeço que se dirija à Mesa. Então peço ao Senhor Segundo Secretário que proceda à chamada, por favor. -- -----

-----Portanto, vamos dar início aos nossos trabalhos. -----

-----E temos a aprovação de uma Ata.” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATA-----

3.2.1. Ata da Vigésima Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a onze de novembro de dois mil e vinte e cinco – Ata número vinte e seis, de dois mil e vinte e cinco. -----

3.2.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e cinco votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Jorge Manuel Damas Martins Rato), dois do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques e José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado). -----

----- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, do Partido Chega, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e João Gil de Almeida Gameiro, do Partido Socialista, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Temos em cima da Mesa neste Período Antes da Ordem do Dia uma proposta de recomendação do Dia Mundial do Solo (que foi a primeira a entrar) que eu vou ler e que foi apresentada pelo Evoluir Oeiras.” -----

3.3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - DIA MUNDIAL DO SOLO - PELA PROTEÇÃO DOS SOLOS E DA SOBERANIA ALIMENTAR EM OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“O Dia Mundial do Solo é celebrado anualmente a cinco de dezembro desde dois mil e catorze, por decisão da Food and Agriculture Organization (FAO) e da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de sensibilizar para o papel vital do solo na agricultura, nos ecossistemas e na segurança alimentar.-----

-----Considerando que:-----

-----No contexto global atual, a FAO destaca dados alarmantes e elucidativos: cerca de noventa e cinco por cento dos alimentos consumidos provêm do solo, trinta e três por cento dos solos estão degradados, e a formação de apenas dois/três cm de solo fértil pode demorar até mil anos; com uma gestão sustentável, a produção alimentar global poderia aumentar até cinquenta e oito por cento, e o solo abriga quase cinquenta e nove por cento das espécies terrestres, sendo um dos pilares da biodiversidade e da segurança ecológica.-----

-----O tema deste ano — "Solos saudáveis para cidades saudáveis" — sublinha a relevância dos solos não apenas para a agricultura, mas como elemento fundamental de sustentabilidade urbana, da resiliência dos territórios e da qualidade de vida das populações.-----

-----A este propósito, já em dois mil e vinte e três O Príncipe Rahim Aga Khan, no seu discurso na World Government Summit (dois mil e vinte e três), alertou que, embora as cidades ocupem apenas cerca de três por cento da superfície terrestre, são responsáveis por aproximadamente oitenta por cento do consumo energético e mais de setenta por cento das emissões de gases com efeito de estufa, defendendo que o "design urbano sustentável e uma gestão integrada da infraestrutura, solo e recursos naturais" devem estar no centro da estratégia global de adaptação e mitigação climática. No Concelho de Oeiras subsistem já apenas algumas bolsas de solo de elevada e muito elevada capacidade de uso agrícola, representando atualmente menos de quinze por cento da área total do Concelho, o que as torna um recurso ainda mais rico e escasso e de elevado valor estratégico para a segurança alimentar e ambiental futura, a nível municipal, mas também metropolitano.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Esses solos agrícolas residuais não apenas permitem a produção de alimentos no presente, mas constituem uma reserva estratégica para o futuro — especialmente importante face à crescente pressão urbanística e aos desafios ambientais globais. -----

----- O Município de Oeiras integra a Rede Foodlink Metropolitana, que define objetivos metropolitanos de proteção do solo e produção alimentar sustentável, os quais abrangem maioritariamente as bolsas agrícolas hoje protegidas no Plano Diretor Municipal (PDM). As áreas de solo agrícola de elevada e muito capacidade no concelho têm também uma eficácia natural na infiltração e retenção de águas pluviais, funcionando como "esponjas naturais" que mitigam riscos de cheias, protegem zonas urbanas mais vulneráveis, contribuem para a resiliência hídrica e para a adaptação às alterações climáticas. -----

----- O Município de Oeiras possui um Plano de Ação Climática de Oeiras e participa no processo de revisão do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, o que reforça a necessidade de integrar a proteção de solos agrícolas e naturais nas políticas de urbanismo, ambiente e resiliência territorial. -----

----- Face ao exposto, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe à Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão extraordinária vinte e quatro/dois mil e vinte e cinco de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, que saúde o Dia Mundial do Solo e recomende ao Executivo Municipal que: -----

----- Um. Assegure a proteção das áreas de solos de elevada e muito elevada capacidade agrícola existentes no Concelho, para que nenhuma dessas zonas seja comprometida por pressão especulativa ou urbanística, e procedendo à sua manutenção no futuro PDM e demais instrumentos de ordenamento territorial. -----

----- Dois. Valorize e promova a agricultura local, urbana e periurbana — apoiando iniciativas de produção alimentar, hortas comunitárias ou cooperativas agrícolas, e incentivando práticas agrícolas sustentáveis, reconhecendo o solo agrícola não apenas como recurso presente,

mas como reserva estratégica para a segurança alimentar e ecológica futura.-----

-----Três. Integre os solos agrícolas e as suas funções ecológicas (retenção de água, biodiversidade, mitigação de cheias) nas políticas de adaptação climática e de infraestrutura verde, reconhecendo o valor dos solos como "infraestruturas naturais" de resiliência, conforme preconizado nas estratégias climáticas municipais e metropolitanas. -----

-----Quatro. Alinhe as políticas municipais com os objetivos da Foodlink Metropolitana, reforçando a cooperação intermunicipal para proteger solos agrícolas, incentivar a produção sustentável e promover a soberania alimentar no âmbito da Área Metropolitana. -----

-----Cinco. Desenvolva e implemente um programa de monitorização e valorização do solo — com mapeamento das zonas agrícolas, avaliação da qualidade do solo, identificação de áreas vulneráveis, e promoção ativa de práticas de conservação, regeneração e gestão sustentável dos solos.-----

-----Seis. Lance campanhas públicas de sensibilização e educação ambiental, dirigidas à população, escolas, proprietários de terrenos e agentes urbanísticos, alertando para a importância do solo como capital natural insubstituível, e mobilizando a comunidade para a sua proteção e valorização. -----

-----Sete. Promova cooperação com organismos de investigação, universidades e entidades nacionais e internacionais para desenvolver projetos de investigação e inovação nas áreas de agroecologia urbana, gestão de solos, retenção hídrica, biodiversidade e adaptação às alterações climáticas.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Portanto, é esta a proposta de recomendação que deu entrada, e relativamente à qual eu pergunto aos senhores deputados municipais se querem usar da palavra, dizer alguma coisa sobre esta proposta de recomendação.”-----

3.3.1. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) interveio e disse o seguinte:-----



56

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. Cumprimento-a a si e na sua pessoa todos os presentes. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara e todo o Executivo. -----

----- E queria dar apenas uma nota muito breve para justificar o nosso voto contra esta proposta. -- -----

----- Obviamente que nos associamos a tudo o que sejam comemorações do Dia Mundial do Solo e, por isso, é que as políticas que o Executivo Municipal tem vindo a seguir desde há largos anos estão absolutamente de acordo com o enquadramento que aqui é dado. -----

----- O único objetivo que o Evoluir Oeiras tem relativamente a esta proposta, é tomar como suas um conjunto de ações e de propostas que têm vindo a ser desenvolvidas pelo Executivo. Tudo aquilo que aqui propõe como recomendação ao Executivo é algo que o Executivo já faz há muito tempo. Há múltiplos exemplos de que assim é e em todos os pontos, em todos estes pontos há uma política efetiva do Executivo Municipal no sentido de alcançar um conjunto de objetivos que, desde há muitos anos, são claros para Oeiras e para os municípios.-----

----- E, portanto, como esta proposta de recomendação não é mais do que uma tentativa de aproveitamento que, do nosso ponto de vista, é indevida, não nos resta outra possibilidade senão votar contra a proposta de recomendação, sendo que obviamente que apoiamos o conjunto de atividades que a Câmara tem vindo a desenvolver e que se espelham na proposta que aqui está. --

----- E, portanto, isto para nós é claro, é uma proposta de recomendação de carácter meramente político que não tem como objetivo acrescentar nada àquilo que a Câmara Municipal faz e, portanto, nós, nesse âmbito, não podemos ter outra posição que não esta.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) quer dizer alguma coisa?”-----

3.3.2. O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento a todos também.-----

-----Também para demonstrar uma declaração de voto face à nossa decisão de votar contra esta decisão (deverá querer dizer “recomendação”. Não, mas justificar a nossa decisão de votar contra esta proposta.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Proposta de recomendação.”-----

-----O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Proposta de recomendação, ok. Muito bem. -----

-----Nós entendemos que esta preocupação que está aqui manifesta vai além de uma legítima preocupação ambiental. Está aqui a definir escolhas e decisões, e nós achamos que o ordenamento deve ser claro e previsível, mas também deve ser flexível e capaz de se adaptar à evolução económica, tecnológica e social. Não está em causa rejeitar a sustentabilidade e a valorização do território, está em causa rejeitar a abordagem que é feita neste documento. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Penso que estamos em condições de poder.... Pretende usar da palavra também? Faz favor, Senhora Deputada.” -----

3.3.3. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Para dizer que o Partido Socialista se associa a esta proposta de recomendação. Aliás, todas as medidas que aqui constam são medidas políticas que são consistentes com aquilo que é a nossa proposta política que foi plasmada no nosso programa eleitoral. E como aqui estamos para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

discutir política, a proposta de recomendação tem esse objetivo e, naturalmente, o Partido Socialista votará favoravelmente.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

----- “O Senhor Presidente quer usar da palavra? Faz favor, Senhor Presidente.”-----

3.3.4. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- A Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) acabou de justificar o voto contra anunciado pelo Grupo Parlamentar (deverá querer dizer “Municipal”) do INOV. Refere que estas propostas constam do programa eleitoral do Partido Socialista. Ora bem, não constam do programa eleitoral do INOV. Pelo contrário, no programa eleitoral do INOV nós propomos reconverter solo rústico em solo urbano para construir mais três mil casas.-----

----- Portanto, nós temos de levar as eleições a sério. As eleições foram há bem pouco tempo, e nos programas eleitorais isso está muito claro. E, portanto, não podemos “tirar pela janela aquilo que entra pela porta”. É indiscutível que há aqui uma incompatibilidade total entre esta proposta de recomendação e aquilo que é o programa eleitoral do INOV.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Pretende usar da palavra? Faz favor.”-----

3.3.5. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) observou o seguinte:-----

----- “Sim, Senhora Presidente. Boa tarde, cumprimento-a e na sua pessoa todos os presentes. ------

----- Só para registar a dissonância cognitiva do INOV que tem um líder de bancada a dizer que isto já está tudo feito por um lado e tem o Presidente da Câmara a dizer que não é nada disto

por outro, e que, por isso têm de votar contra.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Então podemos passar à votação?-----

-----Quem vota contra? Muito bem. Quem se abstém? Portanto, foi rejeitada esta proposta de recomendação.”-----

3.3.6. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada, com vinte e sete votos contra, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com sete votos a favor, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e João



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Gil de Almeida Gameiro), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

----- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 173/2025**-----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - DIA MUNDIAL DO SOLO - PELA PROTEÇÃO DOS SOLOS E DA SOBERANIA ALIMENTAR EM OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado, com vinte e sete votos contra, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Chega, dois do Partido Iniciativa Liberal, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com sete votos a favor, sendo três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

-----“É o que está à vista.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) observou o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, peço desculpa. A Senhora Presidente pediu os votos contra, os votos abstenções e os a favor?”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Sim, eu disse “quem vota contra?”, “quem vota...”, parece que não há aqui dúvida nenhuma, pois não? Nós podemos dar os números...”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte:-----

-----“Exato. É isso, já pedimos outras vezes.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. informou o seguinte:-----

-----“A proposta foi rejeitada por vinte e sete votos contra e sete a favor. Sem abstenções. Faz favor.”-----

3.3.6.1. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Boa tarde, Senhora Presidente. Era para indicar que entregarei uma Declaração de Voto escrita.-----

-----A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve:-----

-----“Vou falar deste tema sem linguagem técnica, porque ele é muito mais simples do que às vezes parece.-----

-----O solo — o chão que temos debaixo dos pés — presta-nos serviços todos os dias, sem pedir nada em troca.-----

-----É o solo que absorve a água da chuva, evitando inundações. É o solo que arrefece o território, reduzindo o impacto do calor extremo. E é o solo que nos permite produzir alimentos, mesmo em pequena escala e perto de casa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Quando esse solo desaparece, estes serviços deixam de existir. E quando deixam de existir, os problemas aparecem — primeiro para as pessoas, depois para o município. -----

----- O PAN tem sido muito claro nesta matéria: -----

----- O solo é um recurso finito. Não é algo que se recupere num mandato, nem sequer numa geração. Cada vez que substituímos solo natural por betão, estamos a tomar uma decisão com consequências a longo prazo — muitas vezes irreversíveis. -----

----- E isto não é uma discussão ideológica. É uma questão de prevenção e de boa gestão do território. Onde há solo, a água infiltra. Onde há betão, a água corre — e entra em garagens, caves e casas. Todos já vimos isto acontecer. -----

----- O mesmo acontece com o calor: menos solo e menos espaços permeáveis significam mais ilhas de calor e mais desconforto, sobretudo para quem é mais vulnerável. -----

----- Há ainda uma dimensão que importa sublinhar: a alimentação. Mesmo num concelho urbano como Oeiras, os solos agrícolas que ainda existem são uma reserva estratégica. Não para substituir supermercados, mas para garantir que o território não fica totalmente dependente de cadeias externas cada vez mais frágeis. -----

----- Para o PAN, proteger o solo não é travar o desenvolvimento. É garantir que o desenvolvimento não cria problemas maiores do que aqueles que pretende resolver. -----

----- O solo deve ser tratado como aquilo que verdadeiramente é: uma infraestrutura essencial, tão importante como a água, os esgotos ou a eletricidade — só que invisível. -----

----- Quando essa infraestrutura é destruída, o custo surge mais tarde. E quase sempre é pago por todos. -----

----- É com esta visão simples, responsável e orientada para o futuro que o PAN encara esta matéria.” -- -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Sim, se faz favor.” -----

3.3.6.2. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. É para efeitos de uma declaração de voto.-----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente a presente proposta de recomendação (e apresentou) por entender que ela traduz uma visão estratégica, responsável e informada sobre o futuro do território, da segurança alimentar e da resiliência climática do Concelho de Oeiras. -----

-----Num contexto de emergência climática, degradação acelerada dos solos e crescente instabilidade geopolítica e ambiental, ignorar o valor estratégico do solo fértil constitui não apenas um erro político, mas uma falha grave de planeamento intergeracional. Recorde-se que noventa e cinco por cento dos alimentos dependem diretamente do solo, que um terço dos solos do planeta já se encontra degradado, e que a sua regeneração ocorre a uma escala temporal incompatível com os ciclos políticos e económicos de curto prazo. -----

-----Esta proposta partiu de um princípio simples, mas fundamental: o solo não é um recurso descartável, nem substituível. É capital natural insubstituível da infraestrutura ecológica crítica e base material de soberania alimentar, biodiversidade e da adaptação climática. Em Oeiras, os solos de elevada e muito elevada capacidade agrícola já são menos de quinze por cento da área do Concelho. A sua proteção devia ser uma evidência política transversal - e não uma posição minoritária. -----

-----Os dados científicos e os alertas de especialistas internacionais são muito claros: nas próximas décadas, os territórios mais valiosos serão aqueles que conseguirem preservar natureza funcional, água abundante, solos vivos e climas amenos. À medida que vastas regiões do planeta se tornam progressivamente inabitáveis devido a ondas de calor extremas, escassez hídrica e colapso ecológico, os territórios que hoje protegem os seus ecossistemas serão os verdadeiros refúgios climáticos do futuro. A natureza, tantas vezes vista apenas como espaço disponível para urbanizar, será o bem mais escasso e valioso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Ao recusar esta proposta, a maioria opta assim por uma visão curta, imediatista e economicamente frágil, que continua a tratar o solo como suporte físico para construção e não como sistema vivo essencial à sobrevivência das populações. Perde-se assim a oportunidade de alinhar o Município com estratégias metropolitanas, nacionais e internacionais, que reconhecem os solos agrícolas e naturais como infraestruturas de resiliência, capazes de mitigar cheias, reter água, reduzir os impactos climáticos e garantir a produção alimentar local. Um Município que não protege os seus solos mais ricos não pode ambicionar qualquer tipo de galardão de boas práticas verdes. -----

----- O Evoluir Oeiras reafirma, por isso, que proteger os solos hoje é garantir a liberdade, segurança e qualidade de vida do amanhã. É escolher planeamento, em vez de improviso, é bem comum em vez de especulação, é futuro em vez de curto prazo. -----

----- Há decisões que não se tomam para agradar, mas para proteger. Porque quando faltar a água, quando faltar o solo fértil e quando faltar comida já não haverá discursos que resolvam - apenas escolhas passadas a pagar. E nós escolhemos ficar do lado do futuro e, por isso, votámos e apresentámos esta proposta. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada -----

----- Temos agora um voto de pesar pelo falecimento de Clara Pinto Correia. Eu ia pedir ao Senhor Segundo Secretário que lesse o voto. Por favor, ligasse o microfone.”-----

3.4. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CLARA PINTO CORREIA, ESCRITORA, BIÓLOGA, INVESTIGADORA E PROFESSORA UNIVERSITÁRIA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO -----

----- O Senhor Deputado Miguel Bugalho (INOV25), Segundo Secretário, leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Clara Pinto Correia no passado dia nove de dezembro em Estremoz. Distinguiu-se como escritora, investigadora e professora universitária ao longo de décadas em Portugal, mas também noutros países como os Estados Unidos. Nascida em Lisboa, Clara Pinto Correia viveu em Algés durante vários anos e foi investigadora do Instituto Gulbenkian de Ciência em Oeiras.-----

-----Cidadã global no final do séc. XX, quando Portugal se começava a abrir ao mundo após a entrada na Comunidade Económica Europeia, licenciou-se em mil novecentos e oitenta e quatro em Biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa tendo sido docente universitária nessa área. Em paralelo foi investigadora e doutoranda em várias instituições académicas, inclusive no Laboratório de Biologia Celular do Instituto Gulbenkian de Ciência em Oeiras. No final da década de oitenta rumo aos Estados Unidos, onde aprofundaria a sua investigação em Biologia e continuaria a sua carreira docente. Nas décadas seguintes acumularia graus honoríficos e experiência como professora e investigadora em Biologia, mas também em áreas como a Comunicação Científica, Filosofia e História das Ciências. -----

-----Em paralelo com a carreira universitária, Clara Pinto Correia foi jornalista, colunista, apresentadora de rádio e televisão embora tenha sido como escritora que o público mais a (re) conheceu. Com um estilo de escrita pós-moderno, direto, aguerrido, colorido, mas igualmente bem-humorado e mordaz, deixou-nos cerca de cinquenta obras. Destacam-se "Domingo de Ramos", "Antares" ou "A Arma dos Juízes" sendo uns dos primeiros, "Adeus Princesa", aquele que mais sucesso obteve, tendo inclusive sido adaptado para cinema. Dos anos que viveu em Algés, os amigos recordam a casa, "nas traseiras da Av. dos Bombeiros Voluntários, com um terraço onde tinha muitas flores, plantas e animais, de gatos a vários tipos de aves".-----

-----Clara Pinto Correia foi uma pessoa de causas, intensa, sagaz, curiosa, observadora ativa, mordaz e por isso mesmo controversa como o são muitas mulheres que se distinguem e ultrapassam as barreiras tradicionais. Lutou para e por ser Mulher em áreas e cargos



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

maioritariamente reservados a homens. Da academia à escrita mostrou que, para ter sucesso, sendo mulher, teve que ser sempre muito melhor para conquistar o que outros conseguiam com menos esforço. --- -----

----- Sobre a sua vida, um amigo escreveu por estes dias: "As pessoas hipócritas nunca souberam lidar com mulheres lindas e inteligentes que se lhes riem na cara, e Clara Pinto Correia foi linda, talentosa e sorridente até ao fim." -----

----- Que a sua memória continue a inspirar-nos. Pelo seu percurso de vida e contributo, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe que a Assembleia de Freguesia, reunida a dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, delibere aprovar o presente voto de pesar, observe um minuto de silêncio em sua homenagem e que o presente Voto seja dado a conhecer à família enlutada, bem como publicado no site da Freguesia e em pelo menos um jornal de âmbito nacional." -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- "Muito obrigada, Senhor Secretário.-----

----- Vou pôr.... Desculpe, eu ia passar à votação, penso que isto não tem grande..."-----

3.4.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez o seguinte esclarecimento: -----

----- "Senhora Presidente, só para indicar duas correções, porque indicava "freguesia" e não é "freguesia", é "municipal". "Assembleia Municipal" e site da "Assembleia Municipal". -----

----- Muito obrigada."-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- "Sim senhora.-----

----- Então vamos passar à votação deste voto de pesar." -----

3.4.2. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António

Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e João Gil de Almeida Gameiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado). -----

-----Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 174/2025**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CLARA PINTO CORREIA, ESCRITORA, BIÓLOGA, INVESTIGADORA E PROFESSORA UNIVERSITÁRIA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Clara Pinto Correia, observando um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

----- Foi ainda deliberado dar conhecimento do referido Voto à família enlutada, bem como publicá-lo no site da Assembleia Municipal e em pelo menos um jornal de âmbito nacional. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Aprovado por unanimidade e vamos fazer um minuto de silêncio.”-----

----- **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte. -----

----- “Senhora Presidente, eu gostava de fazer uma declaração de voto, não sei se antes se depois...”-- -----

----- **Foi feito um minuto de silêncio em memória de Clara Pinto Correia.**-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** perguntou o seguinte:-----

----- “Posso, Senhora Presidente?”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Para que efeito?”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) respondeu o seguinte: -----

-----“Declaração de Voto.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Sim, faz favor.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) disse o seguinte:-----

-----“Obrigada.”-----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) observou o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, era um Ponto de Ordem, se faz favor.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Só um momento.”-----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) observou o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, todas as votações têm o direito a declaração de voto.”-----

-----Senhor Deputado António Moita (INOV25) referiu o seguinte:-----

-----“Eu peço desculpa, o ponto de ordem precede a declaração de voto.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, vou dar a palavra ao Senhor Deputado António Moita (INOV25). Faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa: -----

-----“Acho que é absolutamente extraordinário que uma força política que apresenta um voto de pesar com o qual toda a Câmara concorda, em que teve a oportunidade de dizer tudo aquilo que quis no texto do voto de pesar, venha agora, logo a seguir, querer apresentar uma declaração de voto sobre algo que apresentou antes.-----

-----Com toda a franqueza, se é para aproveitar o tempo que o digam. Agora que não estejam a aproveitar todas estas possibilidades que têm para dizer coisas que, do nosso ponto de



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vista, não fazem nenhum sentido, nem neste tempo, nem no contexto.-----

----- Já sei que me vai dizer que uma declaração de voto pode sempre acontecer, essas coisas, com base no artigo não sei quê e tal, mas acho que não tem lógica nenhuma e peço a atenção da Senhora Presidente para este mau hábito.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Agradeço-lhe que seja extremamente sucinta.”-----

3.4.2.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte **Declaração de Voto**:

----- “E serei, Senhora Presidente. E quando o Senhor Deputado António Moita (INOV25) me ouvir vai compreender o porquê desta situação que é, de facto, rara no nosso grupo político. -

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras apresentou esta proposta de voto de louvor associando-se plenamente ao reconhecimento do percurso notável e único de Clara Pinto Correia.”

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, não é voto de louvor. Peço desculpa...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “Para além da dimensão pública amplamente conhecida enquanto escritora...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, tenho de a interromper, Senhora Deputada tenho de a interromper...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “... permite-me uma nota pessoal...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Está a falar de um voto de louvor e eu não sei o que é.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, eu estou a fazer uma declaração de voto...” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Não é isso, Senhora Deputada, está a falar de um voto de louvor, eu não sei do que é que está a falar. A que voto de louvor é que se refere?” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Voto de pesar, Senhora Presidente. Peço desculpa. Que devia também ser de louvor, sinceramente, que devia também ser de louvor, mas pronto.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Mas não era, Senhora Deputada.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) prosseguiu dizendo o seguinte: -----

-----“Para além da dimensão pública amplamente conhecida enquanto escritora, investigadora, professora universitária e comunicadora permitam-me, pois, uma nota pessoal.” --

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Faz favor de continuar, Senhora Deputada.” -----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) continuou dizendo o seguinte: ---

-----“Quando conseguir, Senhora Presidente. -----

-----Clara Pinto Correia foi também a fundadora do curso de biologia da Universidade Lusófona e foi minha professora de História do Pensamento Biológico. Essa experiência marcou gerações de estudantes não apenas pelo rigor científico, mas pela forma livre, crítica e apaixonada com que transmitia o seu conhecimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Foi uma mulher que desafiou convenções, abriu caminhos e mostrou que a ciência, a cultura e o pensamento crítico não se separam da coragem cívica. O seu legado vive nas suas obras, nos seus alunos e na inquietação intelectual que sempre promoveu. -----

----- Por tudo isto, este voto é mais do que justo, é um reconhecimento devido de uma vida intensa, criativa e inspiradora. Pelo menos a mim continua a inspirar-me todos os dias. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, vou só dizer o seguinte: todos esses considerandos poderiam estar no voto de pesar e, portanto, foi um mais, um “plus”, enfim, que a Mesa democraticamente aceitou, mas que não seja uma prática para futuro.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Senhora Presidente, o voto é do Grupo Político Evoluir Oeiras, esta nota é pessoal e disse-o. E tenho direito a fazê-la. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim, mas o texto poderia estar incluído no voto de pesar.-----

----- Vamos passar ao voto.... Peço desculpa, Senhor Deputado, vamos continuar os nossos trabalhos. - -----

----- E temos aqui um voto de louvor a Maria Corina Machado. Eu vou pedir ao Senhor Primeiro Secretário que leia este voto de louvor.” -----

3.5. VOTO DE LOUVOR A MARIA CORINA MACHADO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA IL -----

----- O **Senhor Deputado Nuno Custódio (INOV25), Primeiro Secretário**, leu o Voto de Louvor mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “A Iniciativa Liberal vem submeter à consideração desta Assembleia Municipal o

presente Voto de Louvor a Maria Corina Machado, como reconhecimento público do seu percurso de vida e da sua ação em prol dos valores universais da democracia, da liberdade e dos direitos humanos. -- -----

-----O concelho de Oeiras acolhe cidadãos venezuelanos que aqui residem após terem sido forçados a abandonar o seu país na procura da liberdade, da democracia e da dignidade humana. Para estes cidadãos, a luta de Maria Corina Machado representa não apenas um percurso político individual, mas a expressão concreta dos valores que os levaram a procurar refúgio numa comunidade democrática como Oeiras.-----

-----Maria Corina Machado, natural de Caracas, na Venezuela, tem-se afirmado ao longo das últimas décadas como uma voz persistente e resoluta na defesa da democracia, dos direitos humanos e da transparência cívica, iniciou o seu envolvimento cívico com a fundação em mil novecentos e noventa e dois da Fundação Atenea, organização dedicada ao apoio a crianças em situação de pobreza, e em dois mil e dois foi cofundadora da associação Súmate, voltada para a promoção da transparência eleitoral e da participação democrática da cidadania. Eleita em dois mil e dez para a Assembleia Nacional da Venezuela destacou-se pela defesa dos princípios constitucionais, do Estado de Direito e da separação de poderes, antes de ser afastada do cargo em dois mil e catorze em contexto de crescente repressão política. -----

-----Maria Corina, continuou ao longo dos anos seguintes a sua intervenção pública e contribuindo para a criação de amplas plataformas de união das forças democráticas. Em dois mil e vinte e três, venceu as primárias da oposição venezuelana, embora tenha sido impedida pelas autoridades de concorrer às eleições presidenciais de dois mil e vinte e quatro, às quais apoiou um sucessor que contava com amplo apoio popular.-----

-----A sua atuação tem sido marcada pela coragem e pela perseverança na defesa de eleições livres, de instituições democráticas e da dignidade humana, mesmo face a decisões que limitaram a sua participação política formal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em dois mil e vinte e cinco, Maria Corina Machado foi distinguida com o Prémio Nobel da Paz, em reconhecimento internacional pelo seu trabalho na promoção dos direitos democráticos e pela sua determinação em favor de uma transição pacífica e aberta à vontade popular. --- -----

----- Este percurso constitui um exemplo de envolvimento cívico e de afirmação dos valores fundamentais que sustentam o Estado de Direito democrático, ao aprovar este Voto de Louvor, dirigido à pessoa de Maria Corina Machado enquanto símbolo e representante da luta pela liberdade, a Assembleia Municipal de Oeiras reconhece também o significado que esse percurso assume para cidadãos venezuelanos hoje integrados na comunidade oeirense, e:-----

----- Afirma valores universais no espaço local, reforçando que a democracia, a liberdade e os direitos humanos são princípios que também orientam a vida comunitária;-----

----- Educa e inspira os cidadãos, mostrando o seu (deverá querer dizer “que o”) compromisso cívico e -----

----- Projeta a comunidade para além das suas fronteiras, colocando Oeiras no mapa das instituições que reconhecem e valorizam exemplos internacionais de coragem e dedicação à liberdade e ao respeito pelos direitos fundamentais.-----

----- Reconhecer Maria Corina Machado é, assim, afirmar o compromisso desta Assembleia com os valores universais e reforçar o papel do poder local como guardião da cidadania e da cultura democrática. -----

----- A Iniciativa Liberal propõe à Assembleia Municipal de Oeiras reunida a dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, delibere a aprovação do presente Voto de Louvor a Maria Corina Machado, como expressão solene de reconhecimento institucional pelo seu contributo em prol da democracia, da liberdade e dos direitos humanos, representando também os cidadãos venezuelanos que vivem em Oeiras na procura desses mesmos valores, e pela inspiração cívica que representa para todos os que defendem os valores universais que sustentam a vida democrática.

-----O presente voto deve ser remetido à embaixada da Venezuela, publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos, um jornal de dimensão nacional.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Secretário. -----

-----Eu ia pôr à votação o voto de louvor a Maria Corina Machado.” -----

3.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação este Voto de Louvor, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago), três do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com seis abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e João Gil de Almeida Gameiro) e duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e com um voto contra da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos).-----

----- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 175/2025**-----

----- **VOTO DE LOUVOR A MARIA CORINA MACHADO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA IL**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Chega, dois do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com seis abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista e duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e com um voto contra da Coligação Democrática Unitária, aprovar um Voto de Louvor a Maria Corina Machado, como expressão solene de reconhecimento institucional pelo seu contributo em prol da democracia, da liberdade e dos direitos humanos, representando também os cidadãos venezuelanos que vivem em Oeiras na procura desses mesmos valores, e pela inspiração cívica que representa para todos os que defendem os valores universais que sustentam a vida democrática.-----

-----Foi ainda deliberado remeter o referido Voto à embaixada da Venezuela, publicá-lo no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos, um jornal de dimensão nacional.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Portanto, vou dar os resultados. Foi aprovado por vinte e nove votos a favor, seis abstenções e um voto contra da CDU.”-----

3.5.1.1. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte Declaração de Voto: --

-----“Senhora Presidente, declaração de voto.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Sim, faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Cumprimentar a Mesa, cumprimentar todos os presentes. -----

-----A CDU votou contra este voto, porque naturalmente a história ternurenta que nos é apresentada esconde um conjunto de outras atividades e posições que esta figura apresenta ao longo dos anos. Internacionalmente várias instituições e organizações têm denunciado as ligações que esta figura venezuelana tem com a extrema-direita europeia e americana, com atitudes que validam e reivindicam a ingerência externa nos assuntos internos da Venezuela. -----

-----E, portanto, defender a paz, defender os direitos humanos, defender a Democracia é completamente incompatível com atitudes que promovem a ingerência externa, uma atitude imperialista que, aliás, se está a verificar no presente momento no Mar das Caraíbas e, portanto, não podemos de todo compaginar com este voto. Portanto, a CDU votou contra por estes motivos.

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----



g

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Quem pretende usar da palavra? Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO).-----

3.5.1.2. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Para o uso da figura institucional da declaração de voto conforme concedido no Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras.-----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se, porque, apesar de ser sempre um momento muito especial quando a Iniciativa Liberal nos apresenta qualquer coisa nesta Assembleia Municipal - é muito raro, eu acho que há cometas que passam pelo planeta Terra com mais frequência do que a Iniciativa Liberal apresenta alguma coisa nesta Assembleia Municipal - a verdade é que tem muito pouco a ver com Oeiras.-----

----- Eu não sei, a Iniciativa Liberal traz-nos aqui coisas sobre Corina Machado, traz-nos coisas em folhas de excel que não têm nada a ver com Oeiras, se calhar para a semana vão trazer um voto sobre o Milei e, portanto, nós para esse peditório não queremos contribuir e isso foi um dos fatores que motivou a nossa abstenção. Quanto à matéria de fundo, e também para justificar a nossa abstenção, a nossa posição é nem Maduro, nem Corina Machado, e daí o nosso voto.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Deputada, pretende usar da palavra?”-----

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) disse o seguinte:-----

----- “Sim, Senhora Presidente, boa tarde. Cumprimento-a e em si todos os presentes, bem como aqueles que nos assistem de forma não presencial.-----

----- Para dizer ao Senhor Deputado Tomás (CEO)...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “É para responder ao Senhor...? Senhora Deputada, agradeço-lhe que mantenha o silêncio...”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) disse o seguinte:-----

-----“Peço desculpa, peço desculpa.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Elisabete Rodrigues (INOV25), faz favor.”-----

3.6. A Senhora Deputada Elisabete Oliveira (INOV25) observou o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, muito boa tarde. Queria cumprimentá-la a si e na sua pessoa todos os senhores deputados.-----

-----É só para chamar a atenção de que não foi contabilizado o tempo de intervenção das declarações de voto. Ao abrigo do artigo cinquenta e sete do nosso Regimento, o ponto três diz: “As declarações de voto não podem exceder três minutos”. Por isso, deve ser contabilizado o tempo das declarações de voto.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte:-----

-----“Sim, sim. Com certeza, muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Alguém se pretende inscrever no Período Antes da Ordem do Dia para algum efeito? Alguém pretende inscrever-se? Não? Faz favor, Senhor Deputado.”-----

3.7. O Senhor Deputado Afonso Morais (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

-----Nesta que é a minha primeira intervenção nesta Assembleia Municipal, e como jovem que sou, gostaria de vos falar sobre a terceira edição do Dia da Democracia. Uma iniciativa que já vai na terceira edição e que nas duas primeiras abordou os temas das instituições democráticas e eleições autárquicas. Nesta edição, foram convidados todos os candidatos, onde três deles não puderam estar presentes. Ainda assim, o evento juntou mais uma vez jovens das escolas secundárias do concelho do décimo ao décimo segundo ano e os candidatos que aceitaram estar



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

presentes. - -----

----- Mais de setecentos jovens inscreveram-se voluntariamente para estar presentes, com o objetivo de conhecer e questionar os candidatos. É mais um claro exemplo de que os jovens de Oeiras se interessam por política e, naturalmente, pela democracia. É de louvar a atitude das escolas e professores que num dia de greve geral não deixaram de acompanhar os seus alunos, também aos candidatos presentes que dispuseram do seu tempo para estar com jovens que, na sua grande maioria, ainda não pode votar, valorizando assim a sua participação cívica. -----

----- Esta iniciativa, assim como a COP Jovem, pioneiras no Concelho de Oeiras e únicas no país demonstram como os jovens do concelho provam o seu grande interesse e participação ativa na política a nível nacional e internacional. -----

----- E não é por acaso que estas iniciativas acontecem em Oeiras, um município que tem desencadeado políticas para a juventude, que acompanha os jovens desde o início das suas vidas, com a cobertura de creches que temos e ainda vamos ter, com a aposta na requalificação das escolas, no programa Oeiras Educa, nas bolsas de estudo para licenciaturas, mestrados, doutoramentos. A isto soma-se a habitação jovem e mais tarde a habitação acessível, permitindo construir família, ter filhos e reiniciar esse mesmo ciclo. -----

----- Por fim, deixo um reconhecimento e dar os parabéns à extraordinária organização e em especial aos jovens que também a integraram. Termino dizendo que a democracia não pode ser algo que damos por garantido, é um processo contínuo, que exige construção, envolvimento e compromisso permanentes. -----

----- Obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Pediu a palavra o Senhor Deputado José Shirley (CH), por favor.”-----

3.8. O Senhor Deputado José Shirley (CH) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Caros Munícipes. -----

-----Na última Assembleia Municipal, aconteceu algo que não pode ser ignorado. Uma mãe teve a coragem de vir aqui dizer que o seu filho, com apenas oito anos, viu em sala de aula, no âmbito do programa Oeiras Educa, conteúdos de natureza ideológica que não são adequados para a idade de uma criança. -----

-----E é preciso dizê-lo sem rodeios. As crianças não são instrumentos políticos. Não são cobaias. Não são terrenos de ensaio para experiências ideológicas de esquerda. -----

-----Uma criança de oito anos precisa de aprender a ler, a escrever, a pensar, a respeitar e a brincar. Precisa de ser criança. Não precisa que a Câmara Municipal decida o que deve questionar ou interiorizar sobre temas que pertencem claramente ao mundo adulto. Isso não é ensinar. É uma intromissão na educação, que é uma competência exclusiva dos pais, consagrada na Constituição da República. -----

-----Por isso, o CHEGA fez o que tinha de fazer. Apresentou um requerimento ao vereador com o pelouro. Não para criar barulho, não para fazer espetáculo, mas para exigir respostas. Porque os pais têm direito a saber o que é feito nas salas de aula. Transparência não é um favor. É uma obrigação. - -----

-----E ainda bem que o Deputado que me antecedeu falou sobre Democracia. Porque a Juventude do CHEGA conta hoje com quinze mil jovens inscritos em todo o país. Jovens que estudam, trabalham, participam civicamente e não aceitam as cartilhas do pensamento único. Jovens livres. -----

-----E, no entanto, em Oeiras, essa juventude é excluída do Conselho Municipal da Juventude. - -----

-----E aqui entramos num ponto sério. Muito sério. -----

-----O Executivo escuda-se num parecer do departamento jurídico para dizer que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Juventude do CHEGA não existe, que não tem estatutos, que não cumpre requisitos. Ora, isso já não é uma questão política. É uma questão de factos. Os estatutos da Juventude do CHEGA estão publicados no site do partido desde dois mil e vinte e três. Estão acessíveis a qualquer cidadão. Estão acessíveis, obviamente, ao departamento jurídico desta Câmara. Não estão escondidos. Não são secretos. Estão lá.-----

----- Mas ainda, o mais importante, é que enquanto secretário-geral da Juventude do CHEGA, recebi um email do Ministério da Juventude deste Governo, a solicitar a indicação de um representante para o Conselho Consultivo da Juventude Nacional.-----

----- Ou seja, deixem-me ser claro: para o Vereador da Educação não é reconhecida a Juventude do Chega, mas para o Governo português, é reconhecida a Juventude do CHEGA.-----

----- Isto não é um lapso técnico. Isto não é um detalhe administrativo. Isto é uma incoerência grave.-----

----- Ou o parecer jurídico da Câmara estava errado, ou está a ser usado como um escudo para excluir politicamente quem incomoda. E isso é perigoso. Porque quando se começa a usar pareceres para silenciar juventudes e partidos políticos, a democracia deixa de ser plural e passa a ser seletiva. Porque este Executivo fala muito de inclusão, mas excluem. Falam muito de diversidade, mas só da que lhes convém. Falam muito da juventude, mas só mesmo da juventude obediente do Executivo.-----

----- Senhora Presidente,-----

----- A juventude não se escolhe. A democracia não se edita. E o pensamento livre não se apaga com um mero parecer incompetente da Câmara.-----

----- Espero francamente que este Executivo deixe de censurar e passe a dar liberdade a quem pensa diferente. Porque a democracia, Senhor Vereador, é mesmo assim: não serve para ouvir apenas quem concorda. Serve para escutar todas as opiniões. As confortáveis, as incómodas, as populares e as críticas.-----

-----Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador com o pelouro da educação, a liberdade não é nenhum slogan. É uma prática. E isso é que exigimos. Para as crianças. Para os jovens. E para todos os que recusam a ser silenciados. -----

-----E, já agora, se o Senhor Vereador quiser ter acesso aos Estatutos da Juventude, terei todo o gosto em entregar. E também o email do Governo português a pedir a representação da Juventude do Chega no Conselho Consultivo da Juventude.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Tem a palavra o Senhor Deputado João Santos (CDU), que pediu. Faz favor.” -----

3.9. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----É uma questão bastante concreta, tem a ver com as obras que estão atualmente em curso em Linda-a-Pastora e que são promovidas pelos SIMAS. Naturalmente são obras ligadas com saneamento, redes de abastecimento e que se têm vindo a arrastar, e vários municípios têm-nos vindo a colocar também essa questão, de quando é que se prevê a sua conclusão. -----

-----E nós também acrescentaríamos a essa preocupação, perceber se, após a conclusão das obras de infraestruturas, se está prevista a muito necessária, urgente diria, requalificação do espaço público e disciplina do espaço viário numa área que é, como todos sabemos, sobrecarregadíssima com tráfego, uma área com interesse histórico, patrimonial e de ligação entre Queijas e o Estádio Nacional. -- -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Pedi a palavra primeiro o Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.” -----



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.10. O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Desde já a cumprimento a si, Doutor Custódio, Doutor Miguel Bugalho, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Presidentes de Junta e quem nos ouve. -----

----- Nós estávamos habituados, durante o mandato, a ouvir o Frei Tomás “faz o que ele diz e não o que ele faz”. Não consigo fazer uma rima com o Deputados Shirley (CH), mas pode ser que me ocorra, que até não sou mau poeta, dizem. Mas queria lembrar que, no Dia da Democracia - e parabenizar o Afonso Morais (INOV25) pela sua primeira brilhante intervenção - que eu estive presente e assisti a uma coisa curiosa da Juventude do Chega que estava presente, que participou, que sabe falar...”-----

----- **O Senhor Deputado José Shirley (CH) observou o seguinte:-----**

----- “Existe...” -----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----**

----- “É verdade, existe, mas assim que o líder acabou de falar foi-se embora e não ouviu mais ninguém, e deselegantemente abandonou a sala com as bandeiras às costas. É um conceito de Democracia muito errado. Portanto, o conselho que eu deixo ao Senhor Deputado Shirley (CH), independentemente de saber se em Diário da República, que é onde os estatutos devem sair e não em sites, e das questões jurídicas que levantou, eu pedia-lhe que dissesse à juventude do Chega de Oeiras que não fizesse só barulho e levantasse bandeiras, mas que tivesse o carácter democrático de ouvir e não abandonar a sala, como o fez no Dia da Democracia.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----**

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Jorge Rato (PS), estava inscrito.”-----

3.11. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu acho que não vale a pena dizer muito daquilo que o Senhor Deputado Shirley (CH) disse. Mas, de qualquer forma, é importante dizer aqui que, seguramente, a esmagadora maioria de nós não seguimos a cartilha do “Deus, pátria e autoridade”. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Faz favor, Senhor Deputado Balcão Vicente (INOV25). Estava a olhar para dois lados ao mesmo tempo.... Faz favor.”-----

3.12. O Senhor Deputado António Vicente (INOV25) referiu o seguinte: -----

-----“Eu a ouvir o Senhor Deputado do Chega fiquei com uma dúvida, uma dúvida pessoal. Não sei se os estatutos do Partido Chega já estão reconhecidos em Portugal pelo Tribunal Constitucional. É que no caso de não estarem, eu gostava de erguer uma bandeira, e vou ter cuidado para que não haja nenhum problema de cacofonia. Os “Cheganos”, os “Cheganos” e pronuncio bem o “Che” também são obrigados a cumprir a lei.-----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

-----Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

3.13. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio e disse o seguinte: ---

-----“Senhora Presidente da Assembleia Municipal., Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----No início deste mandato, deliberamos sobre uma das mais importantes decisões da vida do Concelho e das suas famílias. Discute-se a estratégia que este executivo escolhe para executar as suas políticas. O que se discute é um exemplo claro de como falta a clareza política e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

✓

programática para conduzir as decisões erradas logo no início do mandato.-----

----- Durante a campanha eleitoral, o movimento que venceu as eleições apresentou um programa extenso, com dezenas de páginas. No entanto, como já foi assinalado, este programa não continha uma referência clara aos impostos municipais. Não havia uma palavra concreta sobre o IMI, nem sobre o IRS municipal. Esta omissão não é um detalhe técnico: é uma falha política que consideramos séria, porque impediu os munícipes de saberem, com transparência, o que estava a ser preparado. -----

----- O executivo respondeu afirmando que o programa previa uma política fiscal orientada para a sustentabilidade financeira e para a justiça na avaliação dos imóveis. Mas sejamos claros: essa formulação genérica, que consta na página dezassete, se a memória não me falha, do programa eleitoral, nunca permitiu antecipar um aumento de cinquenta por cento na taxa do IMI. Nunca permitiu perceber que a intenção era passar da taxa mínima para a taxa máxima legal. -----

----- E foi exatamente isso que aconteceu. A proposta inicial aumentava o IMI de zero ponto trinta para zero quarenta e cinco, gerando mais de dezassete milhões de euros por ano em receita adicional. Um aumento muitíssimo significativo, que o executivo justifica com a necessidade de financiar investimentos sociais, nomeadamente em escolas e na rede solidária do concelho. -----

----- Mas essa justificação não apaga o impacto real desta medida. Este aumento penaliza diretamente as famílias, sobretudo porque se soma à atualização dos valores patrimoniais. Na prática, muitas famílias vão ver o seu IMI aumentar em centenas de euros por ano. Foi por isso que o Partido Socialista defendeu a manutenção da taxa mínima. -----

----- Só após esta contestação política é que o executivo reconheceu que a subida era excessiva, chegando mesmo a admitir que se tratava de uma medida demasiado radical. E foi então apresentada uma segunda proposta, através da alteração do Regulamento de Benefícios Fiscais, forma que não é mais, nem menos, do que um subterfúgio político, como é óbvio! -----

----- Introduziu-se assim uma diferenciação entre contribuintes no IMI aplicada à habitação

própria e permanente. Ora, importa dizê-lo com clareza: a diferenciação de portugueses em função da sua situação familiar não faz parte das tradições democráticas, nem se inscreve na matriz ideológica do Partido Socialista. Esta alteração muda os números: em vez de se prever dezassete milhões, prevêem-se catorze milhões! Mas nós, estamos CONTRA! -----

-----Porque para o Partido Socialista, a justiça fiscal faz-se com regras claras, universais e transparentes, e não com soluções avulsas criadas para corrigir decisões mal preparadas. -----

-----Além disso, esta solução surgiu apenas depois da pressão política exercida por nós, Partido Socialista. -----

-----Em suma, assistimos a uma proposta fiscal pesada, baseada num programa vago, seguida de uma correção forçada pela crítica política. Quando se fala de impostos, fala-se da vida concreta das pessoas. E essas decisões exigem clareza, transparência e verdade desde o primeiro momento. E isso, não foi o que aconteceu! -----

-----Disse.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----O Senhor Deputado José Shirley (CH) tinha pedido a palavra para responder? Faz favor.” -----

3.14. O Senhor Deputado José Shirley (CH) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhores Deputados. -----

-----O Deputado João Viegas (INOV25) sobre os jovens abandonarem o evento. Eu não tenho culpa que o nosso candidato do Chega seja o que tem mais apoio dos jovens em Portugal, pronto, eu não tenho culpa, Senhor Deputado. Se os jovens se ausentaram para ir tirar fotografias, falar com ele ou gravar vídeos, eu não tenho culpa, pronto. Mas ainda bem que o Senhor Deputado reconhece que a Juventude do Chega existe. -----

-----Depois, relativamente aos estatutos do Partido ao Deputado Balcão Vicente (INOV25).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Dizer-lhe que os primeiros estatutos do Partido estão aprovados pelo Tribunal Constitucional e preveem que a Direção Nacional do Partido crie organismos internos. A Juventude do Chega é um organismo interno, está bem? E por isso é que está num regulamento interno publicado desde dois mil e vinte e três no site. -----

----- Mas Senhores Deputados, também de permitam-me só que vos diga que, com respeito, já se percebeu que vocês não querem a Juventude do Chega presente no Conselho Consultivo, mas que fique claro que o Governo, o Governo português reconhece a Juventude do Chega. Vários municípios, incluindo municípios do Partido Socialista e do Partido Social Democrata reconhecem a Juventude do Chega e convidam a Juventude do Chega para estar neste organismo, mas Oeiras, curiosamente, é o único que não reconhece. -----

----- Portanto, falam tanto de Democracia, criam os Dias da Democracia, mas depois não querem juventudes partidárias no órgão consultivo da juventude do Município, diz muito sobre a Democracia que o Executivo quer neste Concelho. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, muito obrigada. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”-----

3.15. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Bom, antes de fazer algumas questões que tinha trazido, queria responder também à intervenção do Chega, que já nos habituou a tudo e ao seu contrário. Portanto, trouxe-nos dois assuntos, o primeiro a criticar a liberdade que o Município tem ao permitir aos professores escolherem atividades da Oeiras Educa, que promovem a inclusão, para logo a seguir nos trazer uma crítica à falta de liberdade e à falta de inclusão do Chega. Portanto, tudo e o seu contrário. Eu

sugeria ao Senhor Deputado que lesse a sua intervenção da segunda parte, e que isso acho que se calhar lhe responda à primeira intervenção. -----

-----Depois, queria falar de dois assuntos. -----

-----Primeiro. Junto à Cidade do Futebol, em Caxias, está a nascer mais uma obra com a criação de mais um parque de estacionamento. Mas além de um parque, questiono se é agora que vamos aproveitar, se o Município vai aproveitar esta obra para colocar uma paragem de autocarro em condições, porque lembro que este era o local onde em tempos existia uma cadeira de plástico colocada pelos munícipes para aguardarem o transporte.-----

-----Aproveito também para falar também do Bairro do Marchante. E depois o Senhor Presidente vai dizer que não me ouviu, que não me percebeu, que eu falei baixinho, simplesmente porque existem conversas paralelas durante as intervenções dos deputados. -----

-----Aproveito também para falar do Bairro do Marchante. Uma área urbana de génese ilegal há várias décadas, que permanecendo por resolver tem problemas estruturais que afetam a qualidade de vida dos moradores. Questiona-se assim o Executivo Municipal sobre as diligências que estão atualmente em curso e qual o calendário previsto para a resolução do processo de legalização e reconversão urbanística deste bairro. Peço ao Senhor Presidente que nos poupe das mesmas desculpas dadas durante o anterior mandato, de que havia um senhor com seis parcelas de terreno e blá blá blá. Quando é que, de facto, vão resolver? É isso que pretendemos saber. -----

-----Depois, também relativamente a um pedido de esclarecimento que fizemos aqui numa Assembleia anterior, relativa a um sem abrigo de Linda-a-Velha, que nos disseram que ia ser respondido por escrito, e até ao momento não foi. Portanto, voltar a questionar sobre isto. -----

-----E depois, Senhora Presidente, um último assunto que foi um que eu também levei à reunião de líderes, mas que não foi dada resposta e, portanto, volto a trazer a esta Assembleia. Que é o facto de terem sido publicados dois despachos e um edital (quinhentos e trinta e seis) em que são distribuídas competências do Presidente da Câmara no Gabinete de Apoio à Presidência,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nomeadamente que determina a delegação de funções de competência aos colaboradores do gabinete, nomeadamente Ednilson Santos, a quem é atribuída a competência de “Articular com a Assembleia Municipal e com a DGO em termos de requerimentos/pedidos de resposta dirigidos à Câmara Municipal e provindos da Assembleia Municipal”. Ora, Senhora Presidente, estamos a falar de um adjunto que é simultaneamente deputado desta Casa, parecendo ao Grupo Político Evoluir Oeiras que se encontra numa clara incompatibilidade entre a função para a qual foi eleito e uma das competências que lhe é atribuída pelo Presidente da Câmara, pelo que queremos repudiar esta situação, pedir a sua correção dado que existem outros adjuntos a quem esta função possa ser delegada. Não nos parece correto que seja um deputado da força maioritária o responsável por articular com a Assembleia Municipal respostas, por exemplo, a requerimentos da oposição. E, em última instância, podíamos ter o Adjunto Ednilson a tratar do requerimento do Deputado Ednilson. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Senhor Presidente, pretende responder? Faz favor.-----

----- Esperamos um bocadinho, então, faz favor.” -----

3.16. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. Agora sim, cumprimento-a e em si todos os presentes, bem como aqueles que nos assistem de forma não presencial. -----

----- Queria só perguntar se já está sinalizado um sem-abrigo que dorme na zona do SATUO em Paço de Arcos. -----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Agora sim, Senhor Presidente, tem a palavra.” -----

3.17. O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Relativamente ao vídeo de que a senhora falou aqui há dias, peço à Senhora Presidente que dê a palavra depois aqui ao Senhor Vereador Pedro Patacho, porque houve algum desenvolvimento nessa matéria e que importa esclarecer. -----

-----Relativamente às obras em Linda-a-Pastora, que o Senhor Deputado da CDU falou estão praticamente a acabar. Houve ali uns atrasos por questões de cadastro, mas as obras vão ser retomadas, e em breve terminarão. -----

-----Relativamente à intervenção do... tirei poucas notas... Do Conselho Municipal, exatamente, do Conselho Municipal de Juventude...”-----

-----A informação que eu tenho... Eu não estou a ver bem os estatutos ou o regulamento, mas por acaso ainda ontem despachei no sentido de ser remetida à Assembleia Municipal a designação de um representante no Conselho Municipal de Juventude de todos os partidos políticos. Isto é, a Assembleia Municipal irá designar aqui e aí, com certeza que o Chega, o Chega com representação na Assembleia Municipal, de acordo com esse regulamento, indica o representante no Conselho Municipal de Juventude. Despachei ontem, agora se é legal ou não, não sei, mas virá aqui para a Assembleia Municipal, cada partido político... Eu até questionei, por acaso questionei, mas então isso não devia ser por representação proporcional? Então um partido que só tem um deputado indica um elemento como outro que tem trinta deputados? Mas parece que sim, parece que isso está estabelecido na lei. É assim, Senhor Vereador, não é? Está estabelecido, é um representante por grupo político. E, portanto, eu acho que não está bem, a Democracia não funciona bem assim, porque um grupo que tem trinta deputados devia designar mais do que aquele que só tem um. Mas estão a ver, mas mesmo assim é Democracia, porque são as regras da Democracia. O Parlamento estabeleceu que era assim e nós temos de respeitar. De maneira que nessa matéria, portanto, não sei se o Senhor Deputado do Chega tem razão. Mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, a informação que tenho é que o Chega, tal como a Iniciativa Liberal, não tem juventude partidária constituída. Não tem juventude partidária constituída, se a tem que demonstre que a tem. Ora, daí não ter assento no Conselho Municipal de Juventude. Contudo, nos termos do Regimento do Conselho Municipal de Juventude de Oeiras foi convidado o Chega, tal como a Iniciativa Liberal. Senhor Deputado, o Senhor é um jovem velho, não interrompa. Quer dizer, eu também não o interrompi. Está a ver? A Democracia.... Falam tanto em Democracia e liberdade, dê-me a liberdade de eu poder falar.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, o Senhor Presidente está no uso da palavra, agradeço-lhe que...” -

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “Para a juventude e velhice que tem, é muito impaciente, tenha paciência. Ora bem e então, como a Iniciativa Liberal, indicar um membro com o estatuto de participante externo com direito de intervenção e participação nas sessões. A Iniciativa Liberal indicou um membro. O Chega não indicou ninguém. -----

----- Relativamente ao IMI, não percebo porque é que a Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) faz esta brilhante intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia. Estão a ver? É só para ganhar tempo, portanto, para ser ouvida duas vezes. De maneira que como eu não gosto de me ouvir duas vezes a dizer exatamente a mesma coisa, na altura da discussão da proposta e da apreciação, eu irei pronunciar-me sobre essa matéria. Judiciosamente, não deixarei de o fazer. ---

----- Relativamente ao parque de estacionamento da Cidade do Futebol, eu não sei se se está a referir à mesma coisa, mas está previsto, realmente, um pequeno parque de estacionamento, mesmo junto à rotunda da..., vai haver lá uma paragem de autocarro, mas é na zona onde vai nascer também o monumento de homenagem aos presos políticos, e cuja obra deverá estar a começar em breve também.” -----

----- “Mas, portanto, julgo que se tratará disso, mas poderemos recolher essa informação.-

-----Já relativamente ao Bairro do Marchante, é interessante esta demagogia, enfim, estas insistências. Eu até me admiro como é que a Senhora Deputada representativa da coligação dos partidos da extrema-esquerda aqui na Assembleia Municipal, como é que ultimamente não tem falado no Bairro Clemente Vicente. De repente, a extrema-esquerda desta Assembleia esqueceu-se do Clemente Vicente. Nunca mais falou no Clemente Vicente e, pronto, anda o Presidente da Câmara a falar com as pessoas do Clemente Vicente a ver se conseguimos chegar a um acordo. É curioso, o Bairro Clemente Vicente já não interessa. Talvez porque se tenha apercebido que no Bairro Clemente Vicente há pessoas pobres, com dificuldades, mas também há lá uns capitalistas que compraram quatro ou cinco apartamentos. E, portanto, como é que a Câmara Municipal vai financiar aqueles que compraram quatro ou cinco apartamentos para rendimento? É claro que não o pode fazer. Em relação ao Bairro do Marchante é exatamente a mesma coisa. O Bairro do Marchante já foram informados, os moradores, no sentido daquilo que têm de fazer e, portanto, têm que apresentar pelo menos um programa para que a Câmara Municipal (e a Câmara já se disponibilizou para isso) para fazer o projeto de loteamento do Bairro do Marchante. É uma pequena... São vinte ou trinta casas, não são mais. Agora, o que acontece é que, na realidade são avos indivisos, portanto, é preciso ter a noção disso. São avos indivisos e há uns que têm mais avos do que outros. E os têm mais do que outros não querem prescindir. Na realidade, estes bairros de génese ilegal nasceram, teoricamente, pela necessidade de as pessoas fazerem a sua casa, e com sacrifício compraram os avos indivisos. Mas também há quem o tenha feito para negócio. Não compraram apenas avos indivisos suficientes para fazer uma casa, compraram avos indivisos suficientes para fazer cinco casas. Ora bem, e agora é necessário reservar terreno, por exemplo, para equipamento social. É claro que quem vai ceder o terreno para equipamento social não vai ser aquele que só tem avos indivisos para fazer um pequeno lote, para fazer a sua casa. Terá de se ir buscar àqueles que têm realmente uma área maior, portanto, terão que ceder terreno, nem que esse terreno seja, de alguma forma, participado por todos os coproprietários. Portanto, é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

assunto... Mais, a Câmara Municipal, já agora repito aqui pela não sei quanta vez, a Câmara Municipal já teve a empreitada das infraestruturas adjudicada, já esteve adjudicada e tivemos de suspender tudo justamente porque não houve acordo entre os coproprietários. E esse é o grande problema. Não temos problemas ali só no Bairro do Marchante. No Casal da Choca ainda temos dois ou três loteamentos - aliás, ainda hoje despachei dois loteamentos justamente para ver se há entendimento entre os moradores. Na Quinta da Gandarela também temos ainda problemas de entendimento com alguns moradores. Portanto, tudo isso está a ser objeto de negociações e o DPERU (Departamento de Projetos Especiais e Requalificação Urbana) está a acompanhar tudo isso. Portanto, Senhora Deputada, também em relação ao Bairro do Marchante estão a ser levadas a cabo as ações necessárias. -----

----- Relativamente à questão do adjunto do Presidente da Câmara e que tem a honra de ser deputado municipal também, se houver alguma incompatibilidade, a Senhora Deputada faça o favor de a fazer chegar ao meu gabinete, porque, de acordo com a lei, não há qualquer incompatibilidade. É deputado municipal, desempenha funções como adjunto e, naturalmente, que é muito cómodo para o Presidente da Câmara e para a Assembleia Municipal... Por exemplo, os requerimentos que são feitos, ele que é meu adjunto e que tem as atribuições de acompanhamento da Assembleia Municipal (e até é deputado municipal) tem mais facilidade em, na Câmara, procurar saber quais são as respostas. Aliás, gostaria de saber qual é a incompatibilidade ou o conflito de interesses de alguém que sendo o adjunto do Presidente da Câmara e deputado municipal só facilita a vida, no sentido de mais rapidamente obter as informações dos pedidos para canalizar para Assembleia Municipal. Portanto, o papel dele, entre muitos papéis que desempenha, também tem esse, o de criar condições para que as respostas cheguem céleres à Assembleia Municipal. E ao que sei, provavelmente, quem faz mais requerimentos até é a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). Provavelmente é ela que faz mais requerimento. Ora bem e, portanto, sendo a Deputada Mónica Albuquerque (CEO) a fazer tantos requerimentos, até tem mais

facilidade em falar com o seu colega deputado que terá, com certeza, muito gosto em transmitir ao adjunto do Presidente da Câmara, a importância da resposta célere a esta Assembleia Municipal.

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Eu não sei se o Senhor Vereador quer falar sobre aquela questão que foi aqui colocada primeiro, relativa àquela munícipe.” -----

3.18. O Senhor Vereador Pedro Patacho prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Sim, Senhora Presidente. -----

-----Só muito rapidamente o esclarecimento de que, portanto, quando o assunto foi espoletado aqui na Assembleia Municipal pela intervenção da senhora munícipe, portanto, setenta e duas horas antes eu tive conhecimento, no sábado, por e-mail enviado pela mesma munícipe. Imediatamente fui averiguar do que se tratava e tive oportunidade de ouvir a escola e a professora que selecionou essa atividade, a equipa técnica do Oeiras Educa + que gere o programa, a organização parceira na provisão dessa atividade e de visualizar, obviamente, o próprio vídeo. ---

-----Portanto, é importante frisar aqui que a atividade foi selecionada pela professora. As curtas-metragens utilizadas na atividade foram vistas previamente pela professora que dirigiu a atividade, juntamente com o mediador da instituição parceira, e que o Oeiras Educa + tem mais de duzentas e trinta atividades disponíveis, organizadas em oito áreas temáticas, portanto um enormíssimo volume de atividades. Eu desconhecia o vídeo, depois de ouvir as pessoas envolvidas, tive oportunidade de o visualizar e dei imediatamente orientações que fosse retirado daquela atividade, não por causa da temática em si, mas porque o vídeo está mal construído, é desadequado e enquanto conteúdo pedagógico é mau. -----

-----Portanto, mandei imediatamente retirar, o parceiro continua a ser um parceiro do programa Oeiras Educa +, tem um conjunto de outras atividades de enorme relevância, que trata



59

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma grande diversidade de situações de desigualdade social e de problemas sociais contemporâneos. E só terminar dizendo que respondemos isso mesmo à mãe, à encarregada de educação, que também já devolveu agradecendo os esclarecimentos e a resposta e dando-se como satisfeita pela análise que o Município fez e pela decisão que tomou. -----

----- Volto a dizer que essa decisão não está relacionada com o tema em si, as questões da diversidade de género e da igualdade de género, fazem parte daquilo que são as aprendizagens essenciais para a área curricular de cidadania e desenvolvimento, e tem enquadramento na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. Esses temas têm todo o cabimento de ser tratados em contexto escolar, são tratados no uso da autonomia pedagógica dos professores enquanto líderes educativos no contexto escolar. A Câmara Municipal não deixará de no programa Oeiras Educa + ter atividades, for caso disso, sobre essa temática específica, esse conteúdo foi retirado porque é mau, está mal feito e é pedagogicamente mal construído. -----

----- É só.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Vereador.”-----

----- Mais alguém pretende usar da palavra? -----

----- Faz favor, Senhora Deputada.” -----

3.19. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Sim, Senhora Presidente.-----

----- Muito rapidamente para dizer que, em relação ao Bairro do Marchante, nós trouxemos este assunto aqui hoje porque desde dois mil e vinte e quatro que não era abordado nesta Assembleia. E, portanto, achámos pertinente fazê-lo. -----

----- E, de qualquer forma, eu não perguntei ao Senhor Presidente o que está para trás, eu perguntei de quem é a iniciativa e o que é que está pela frente. E, portanto, tendo sido respondido de forma vaga, agradeço que seja respondido por requerimento assim que possível. -----

-----Em relação à incompatibilidade, Senhor Presidente, é no mínimo pouco ético e não seria muito difícil de perceber porquê. Em relação à comunicação, eu farei como mandam as regras, farei para as entidades próprias e farei através da Mesa da Assembleia Municipal, que é isso que diz o nosso Regimento, e não com o colega adjunto/deputado. -----

-----Muito obrigada.”-----

3.20. O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, eu peço desculpa, mas eu não percebi qual foi a minha “resposta vaga”, que matéria foi. Gostaria que repetisse.” -----

3.21. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) perguntou o seguinte: -----

-----“Posso esclarecer, Senhora Presidente?”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte:

-----“Faz favor, faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) prestou o seguinte esclarecimento:-----

-----“Então muito sucintamente, Senhor Presidente. O que eu perguntei foi quais são as iniciativas que estão a ser desenvolvidas para resolver a situação no Bairro do Marchante e quais são os prazos dessa resolução. Foi isto que eu perguntei.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Não tenho mais nada a dizer.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) observou o seguinte:-----

-----“Pronto, por isso fazemos por requerimento. Muito obrigada.” -----



53

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- O Senhor Deputado António Moita (INOV25) referiu o seguinte:-----

----- “Peço desculpa. Senhora Presidente.-----

----- Como vamos passar para a Ordem do Dia eu julgo, e é esse o entendimento que o meu grupo tem, de que a discussão do ponto um é indissociável da discussão do ponto quatro. Estão em conjunto e, portanto, pedíamos à Mesa que essa discussão fosse feita, efetivamente, em conjunto, ainda que depois, numa fase mais adiantada, se vote primeiro o ponto um e depois o ponto quatro.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Sim, é isso mesmo. Portanto, é o ponto um da Ordem de Trabalhos e o ponto quatro, visto que... Perdão, disse o ponto um e o ponto quatro?”-----

----- O Senhor Deputado Nuno Custódio (INOV25), Primeiro Secretário, observou o seguinte: -- -----

----- “Eu acho que é o quinto.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- Não, é o ponto quinto.”-----

----- O Senhor Deputado António Moita (INOV25) disse o seguinte:-----

----- “Peço desculpa, é o ponto cinco. É o ponto cinco, peço desculpa.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Peço desculpa, é o ponto um e o ponto cinco para serem apreciados em conjunto,

visto que estão intimamente relacionados. Estão relacionados.-----

-----Senhor Deputado, parecia-me de alguma forma importante aquilo que disse, mas, na verdade, mesmo para controlo do tempo, depois é difícil conseguirmos fazer isso.” -----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, eu peço desculpa interromper, mas obviamente que todas as forças políticas, tratando-se de dois pontos da Ordem de Trabalhos de hoje, passarão a ter o dobro do tempo que têm. E, portanto, não há aqui uma questão de imposição de um tempo inferior para que a discussão possa acontecer. Não é isso que está em causa. Agora, verdadeiramente, não é possível discutir de forma séria o ponto um sem, ao mesmo tempo, discutir os benefícios fiscais que estão implícitos à aplicação dessa taxa. -----

-----E, portanto, peço que o faça e se, ainda que as outras forças políticas não concordem, não sei qual vai ser a decisão que a Mesa terá sobre o assunto, mas se a decisão for contrária, nós vamos, obviamente, interpor um pedido à Mesa para que coloque essa decisão na Assembleia.---

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Sim senhor.-----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para dizer que nós não concordamos com essa posição. Achamos que os pontos são perfeitamente separáveis e são matérias, embora pelas palavras do Senhor Deputado António Moita (INOV25) talvez queira justificar um com o outro, mas as matérias são diferentes. Uma trata-se de uma taxa, do IMI, e a outra trata-se de isenções. Um imposto, peço desculpa. -----

-----Obrigada. -----

-----E o outro é um regulamento.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim. Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) quer pronunciar-se? Faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Para dizer que o Partido Socialista considera que a Ordem de Trabalhos hoje deve ser respeitada, tendo em conta que há quinze dias, quando estavam agendados os diferentes impostos, não havia regulamento e, nesse momento, não se colocou. Portanto, não vejo razão nenhuma para quinze dias depois haver uma alteração.-----

----- Para além do mais, de facto, por um lado estamos a discutir aquilo que é a aplicação do IMI, por outro lado estamos a discutir aquilo que é o regulamento e a composição que o regulamento traz, a diferenciação que o regulamento traz num determinado imposto, o que não significa que tenha de ser discutido em conjunto.-----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte: -----

----- “Muito rapidamente, Senhora Presidente.-----

----- Para dizer que em cada Ata que nós votamos aqui desta Assembleia, todas as Atas têm um ponto dois da Ordem de Trabalhos na própria Ata, na ordem da Ata. E essa respeito à Ordem de Trabalhos. Portanto, à ordem em que os pontos são. Portanto, este pedido completamente extemporâneo não pode ser avaliado agora. Devia ter sido antes.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Mais alguém pretende falar sobre esta questão? Não. Agradeço-vos que façam silêncio...”-----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) referiu o seguinte:-----

-----“Dar nota do seguinte: nós não queremos de forma nenhuma, nem impedir que a discussão se faça, nem impedir que a mesma se faça em qualquer altura. Estamos tão conscientes da proposta que aqui é feita e dos argumentos que a sustentam, que é para nós absolutamente indiferente se se discute agora o ponto um, e depois o ponto quatro.-----

-----O que nós achámos e acho que era uma questão...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Agradeço que façam silêncio, por favor.”-----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

-----“... acho que era uma questão de bom senso, é dado que os benefícios fiscais e as alterações propostas têm única e exclusivamente a ver com a discussão que vamos ter para o IMI, que a mesma pudesse ser feita conjuntamente. Se as outras forças políticas assim não querem, não é mais um argumento que lhes vamos dar e, portanto, pela nossa parte fica como está. Vamos discutir o ponto um e, depois, a seu tempo, o ponto quatro.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito bem.-----

-----Vamos passar ao ponto um da Ordem do Dia.”-----

4.1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1044/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) respeitante ao ano de 2025 a liquidar em 2026 (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Quem pretende inscrever-se para falar sobre este ponto? Alguém pretende falar sobre este ponto, sobre esta proposta? Senhor Deputado Jorge Rato (PS), mais alguém? Anabela Brito (IL). Mais alguém? Sílvia Marques (PAN), João Santos (CDU). Mais alguém? António Moita (INOV25). Tomás Pereira (CEO), José Shirley (CH). Portanto, estão todos inscritos. Mais ninguém pretende inscrever-se, é isso? Então começaremos pelo Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, muito boa tarde e muito obrigado. Cumprimento todos os presentes e quem assiste a esta Sessão. -----

----- A proposta que nos é apresentada pela Câmara, de agravamento brutal do IMI que os Municípios vão ser obrigados a pagar em dois mil e vinte e seis, é escandalosa e injustificável! ---

----- Falei nisso na última reunião e, da parte da Câmara, um silêncio ensurdecedor! Hoje, a minha colega Alexandra Tavares de Moura (PS) fala sobre isso e sobre esta matéria, igual silêncio ensurdecedor! -----

----- Sem qualquer preocupação pelos cidadãos, sem atentar no custo exorbitante a que chegou o metro quadrado no Concelho, vivemos na era do saque! -----

----- Lembram-se Senhoras e Senhores Deputados, deste cartaz? -----

----- Deste exercício de propaganda da Câmara e do Presidente Isaltino de Moraes, pago pelos recursos públicos? -----

----- Pois bem, desta vez, a história inverte-se... diria que pela calada, a coberto de uma maioria eleitoral que, incauta, foi enganada! -----

----- Não só pelas promessas incumpridas, pela narrativa tantas vezes repetida de que em Oeiras é que é bom, que em Oeiras se come e bebe bem, que se vive no melhor e mais humano Concelho do País, mas também por este esbulho! -----

-----Agora, esquece-se a maioria dos oeirenses – a população idosa, remediada, mas com reformas baixas.-----

-----Agora, o que interessa, é olhá-los noutra perspetiva, na sua qualidade de proprietários de imóveis e fonte geradora de receitas para os cofres municipais.-----

-----O Partido Socialista não pactua com esta postura, com esta prática intencional de mentir aos eleitores e de os roubar!-----

-----Sim, porque roubar é o verbo mais suave que encontro para qualificar a proposta do IMI.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Anabela Brito (IL).”-----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente.-----

-----O banquete fiscal e a traição.-----

-----Estamos hoje aqui para analisar uma decisão que pesa diretamente no bolso de cada família de Oeiras: o aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis, o IMI.-----

-----O que está em causa é uma questão de moralidade política, de qualidade de gestão pública e de confiança democrática.-----

-----Objetivamente, os orçamentos familiares estão a ser drenados para alimentar um sistema que parece insaciável. E por isso perguntamos... A forma como este aumento foi imposto não nos deixa muitas dúvidas, Oeiras está hoje a comportar-se como um concelho vampiro, sugando os seus munícipes através de uma carga fiscal cada vez mais pesada, em particular com este aumento do IMI.-----

-----E isto é ainda mais grave quando falamos de um dos concelhos mais ricos do país com elevados níveis de investimento, forte presença empresarial e receitas significativas.-----



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Num contexto destes, o que era expectável? Alívio fiscal. Devolução de rendimentos às famílias. Boa gestão como alternativa ao aumento de impostos. -----

----- Mas não. Oeiras segue em contraciclo. Enquanto concelhos vizinhos optam por baixar impostos e aliviar os munícipes, Oeiras escolhe aumentar o IMI e agravar o esforço fiscal das famílias.-----

----- O resultado é claro: Oeiras, tornou-se um grande banquete fiscal, onde o Executivo se alimenta e os cidadãos ficam cada vez mais anémicos. -----

----- A este cenário soma-se a traição política e a quebra de confiança. -----

----- Há apenas dois meses, o programa eleitoral que foi apresentado aos eleitores não fazia qualquer referência ao aumento de IMI. Pelo contrário, prometia estabilidade fiscal.-----

----- Hoje temos exatamente o oposto: uma medida que não foi sufragada; uma decisão que não foi discutida com os cidadãos; uma opção política tomada logo após eleições. -----

----- Isto não é apenas má gestão, é uma traição política! -----

----- Como podem os munícipes confiar num Executivo que diz uma coisa em campanha e faz o contrário imediatamente depois? Isto representa uma falha grave de transparência, coerência e lealdade para quem votou. -----

----- Mas a verdade é simples e inconveniente: bastaria uma boa gestão dos dinheiros públicos para evitar essa drenagem fiscal sobre as famílias. -----

----- Vejamos alguns exemplos: -----

----- Só em contratos-programa temos mais de dois milhões e meio.-----

----- Em isenções de taxas tivemos mais de um milhão. -----

----- Em viagens, ajudas de custo, almoços institucionais e subsídios a entidades como a OVIA (Oeiras Valley Investment Agency) quanto é que temos mais? -----

----- Se houvesse rigor, prioridades claras e coragem política para rever estas despesas, talvez o aumento do IMI simplesmente não fosse necessário. -----

-----O problema não é falta de dinheiro. -----

-----O problema é a falta de gestão disfarçada de urgência!-----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Senhora Deputada **Sílvia Marques (PAN)**, faz favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“A proposta que hoje apreciamos fixa a taxa de IMI no valor máximo legal, representando um aumento de cinquenta por cento face à taxa anteriormente praticada no concelho.

-----Este é um dado objetivo, que importa dizer de forma clara aos munícipes: quem tem casa própria em Oeiras vai pagar mais IMI em dois mil e vinte e seis.-----

-----O PAN entende que a política fiscal municipal deve ser previsível, transparente e justa, sobretudo quando incide sobre um imposto que pesa de forma direta e contínua no orçamento das famílias. --- -----

-----O argumento apresentado para este aumento assenta na necessidade de reforçar a capacidade de investimento do Município. O PAN reconhece a importância de investir em áreas essenciais como a educação, a rede solidária, a habitação e o espaço público. Esses investimentos são necessários e estruturantes. -----

-----No entanto, uma coisa não invalida a outra.-----

-----O que está aqui em causa é a opção política de fazer recair esse esforço, de forma imediata e significativa, sobre as famílias, através de um aumento abrupto do imposto municipal sobre a habitação. -----

-----Um aumento desta dimensão não é neutro, nem socialmente indiferente. Afeta famílias de classe média, pessoas idosas com património herdado, agregados com rendimentos fixos e um concelho onde o custo da habitação já é particularmente elevado.-----



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Acresce que este aumento não foi claramente assumido no debate eleitoral, o que fragiliza a relação de confiança entre eleitos e eleitores quando se trata de decisões fiscais com impacto direto na vida das pessoas. -----

----- O PAN defende que a justiça social não se faz apenas a posteriori, com mecanismos de mitigação ou benefícios parciais. Faz-se, desde logo, com decisões equilibradas na definição da carga fiscal. -----

----- Não recusamos o investimento público, nem ignoramos as necessidades do concelho. Mas entendemos que existem outras formas de gerir prioridades, fases de execução e opções financeiras sem impor um aumento tão significativo e imediato no imposto que mais pesa sobre as famílias.-----

----- Por estas razões, o PAN vota contra esta proposta, reafirmando a defesa de uma política fiscal municipal mais justa, transparente e verdadeiramente orientada para o interesse público. --- -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado João Santos (CDU), por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- O agravamento deste imposto trará um aumento muito significativo de custos para muitas famílias e muitos munícipes de Oeiras. Trata-se de uma mudança de cento e oitenta graus relativamente àquilo que tem sido a política da Câmara Municipal e, embora reconheçamos que há um conjunto de argumentos que justificam esta alteração, nomeadamente a taxação de proprietários com grandes propriedades e com valores de propriedade imobiliária muito, muito elevados, entendemos que esta inversão constitui uma alteração relativamente às expectativas, ao

planeamento e à confiança que os munícipes têm na Câmara Municipal.-----

-----Efetivamente, concordamos que estes grandes proprietários que são invocados na argumentação da Câmara Municipal devem ser taxados na taxa máxima. Um imposto como o IMI é um imposto que tem também uma natureza progressiva, o valor imobiliário, o valor patrimonial, naturalmente, cresce consoante a riqueza e essa taxação, em si já tem aqui uma função social importante, mas temos de ter em atenção que o aumento indiscriminado vai “apanhar”, perdoem-me a metáfora, nesta rede não só os grandes tubarões mas também o peixe miúdo que, naturalmente, são pessoas que têm muito menos rendimentos e que fazem a sua vida com grandes dificuldades em Oeiras. -----

-----Do nosso ponto de vista, seria possível trabalhar noutras medidas. Naturalmente que ainda se vai discutir a questão do regulamento, noutro ponto, mas parece-nos que poderia ser enquadrado no âmbito de exceção deste regulamento, desta aplicação de imposto, a munícipes com rendimentos mais baixos, maiores de sessenta e cinco anos e, no fundo, perceber que há aqui um conjunto de aplicações que têm a ver com as políticas sociais que, naturalmente, escapam a esta malha tão fina que está aqui em causa.-----

-----As contas da Câmara Municipal de Oeiras, passados vários mandatos em que se têm vindo também a contratar empréstimos; em que se têm consumido os saldos de gerência de um ano para o outro; em que se tem, para além de apostar em obras importantes e em habitação, também se tem gasto muitíssimo em despesas acessórias, em propaganda, em comunicação, em subsídios e isenções de taxas, estes vários gastos têm também de ser considerados naquilo que são as prioridades e na aplicação daquilo que são os recursos, evitando que sejam os munícipes a pagar por toda esta situação.-----

-----Naturalmente, reservamos ainda para sugerir outras posições e outras soluções, quando for a discussão a propósito do regulamento de isenções de taxas.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Enfim, cumpre-me dizer aqui que não é sem algum espanto que verifico que o Partido Socialista e outras forças de esquerda, que conduziram o país à aplicação da mais alta carga fiscal de sempre, estão agora preocupadas em perceber se aqui em Oeiras estamos a ir pela mesma via.

----- Eu devo esclarecer que estas apresentações, ou estas intervenções que foram feitas, partem de um equívoco, partem de um erro. E qual é o erro? É que nós estamos a, como aqui se disse, aprovar medidas.-----

----- Ponto um. Que não foram objeto de discussão ou de apresentação durante o programa eleitoral, o que, como já verificámos, não é assim. Aquilo que o programa eleitoral promete, aquilo que o programa eleitoral diz de uma forma clara é que o Município irá olhar para o conjunto de impostos que aplica, ou para o conjunto de taxas que propõe, irá fazer um ajustamento em função das necessidades de investimento que tenha e, portanto, é isso que é dito de uma forma clara a todos os eleitores. -----

----- E aquilo que nós vemos em termos práticos é que, e por isso é que eu pretendia fazer esta discussão em conjunto com a discussão dos benefícios fiscais, o que nós verificaremos é que o tal roubo, o tal esbulho de que o Partido Socialista fala, afinal, não vai acontecer.-----

----- Todos temos um grande apreço pelo Executivo da Câmara Municipal quando ele se substitui à Administração Central do Estado em obras e em custos que, supostamente, não seriam seus. Podíamos fazer como outras câmaras e ficar à espera de que a Administração Central resolvesse tudo. Mas isso não aumentaria, pelo contrário, prejudicaria a qualidade de vida que temos neste Concelho. Aliás, só assim se explica aquele resultado que em

doze de outubro aconteceu e que mostra, de uma forma absolutamente clara, o apoio que os munícipes, que os eleitores de Oeiras dão às políticas que têm vindo a ser seguidas pela Câmara Municipal, pelo seu Executivo e pelo seu Presidente. -----

-----É com base nessa aprovação, é com base nesse rumo que a Câmara Municipal tem seguido que temos de olhar para o pacote fiscal, não apenas para o IMI, mas também para os outros impostos que vamos tratar aqui nos pontos que vêm a seguir. E aquilo que se pretendeu e aquilo que se pretende não é nem fazer algo nas costas dos eleitores, nem roubar os eleitores como aqui malevolamente foi dito, nem sequer encontrar uma forma de aumentar a receita de forma desproporcionada. Como veremos mais à frente na discussão do ponto cinco, haverá um conjunto de condições que, aplicadas diretamente a quem mais necessita, fará com que o efeito fiscal, o efeito sobre o imposto, será um efeito nulo ou quase nulo. -----

-----Quem diz que os munícipes de Oeiras passarão todos a pagar IMI pela taxa máxima mente. Aqui sim, aqui há uma inverdade ou, se quisermos ser mais óbvios, quem o diz mente. E mente porquê? Porque não há nenhum munícipe em Oeiras que passe a pagar a taxa máxima. É tão simples como isto, acabaremos daqui a pouco, no ponto seguinte, para discutir este tema. ----

-----A segunda questão é que este ajustamento fiscal é feito com uma única preocupação, que é de encontrar justiça social. Aliás, o mesmo se passa ao nível da proposta que é feita para o IRS, a lógica é exatamente a mesma. E é uma lógica que tem sido sempre desde o início, como se lembrarão. Nunca este Executivo, ou outro, vieram propor a redução dos zero vírgula cinco por cento do IRS, porquê? Porque o entendimento é que a redistribuição das receitas deste imposto feita pela Câmara Municipal acabaria por redundar numa forma mais justa de aplicação destas verbas. E, portanto, isso foi feito para o IRS, finalmente, e já é uma medida que, como todos sabem, já vem sendo objeto de estudo desde há bastante tempo a esta parte e, portanto, não se diga também que a Câmara Municipal, de um dia para o outro, percebendo as eventuais dificuldades que iria ter junto da opinião pública mudou de posição. Não mudou de posição. Aquilo que aconteceu foi que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fazia sentido ao Executivo Municipal (e faz sentido hoje) discutir aquilo que é, ou aquilo que são os efeitos práticos da aplicação desta medida. E nós vamos verificar que a aplicação desta medida é, de facto, um ajustamento em função da possibilidade que os contribuintes têm, cada um a seu modo, de contribuir para aquilo (e que é muito) que recebem do facto de residirem, ou de terem propriedade aqui em Oeiras.-----

----- Toda a gente gosta de verificar que o Município de Oeiras tem os mais elevados padrões de qualidade em tudo aquilo que presta: nos espaços verdes, nos espaços públicos, nos arruamentos, no apoio social, enfim, um conjunto vastíssimo de atividades que desenvolve. E todos têm muito apreço - todos menos alguns representados nesta Assembleia Municipal, mas o que interessa verdadeiramente para nós é aquilo que os munícipes pensam - todos têm um grande apreço por aquilo que a Câmara Municipal tem feito.-----

----- Os resultados das eleições provam-no, mas não é preciso os resultados das eleições. É preciso que se ouçam as pessoas, é preciso que se ouçam mesmo aqueles que não moram aqui. E eu atrevo-me até a dizer que esta medida que é proposta hoje pela Câmara Municipal, pelo Executivo Municipal, de subida do IMI para a taxa máxima vai, mais tarde ou mais cedo, provavelmente mais cedo que tarde, ser acompanhada pelas outras câmaras municipais, pelos outros municípios. Porquê? Porque é através de uma medida deste género que se pode fazer uma maior justiça, que se pode aplicar os recursos em função da captação de receita de uma forma mais equilibrada, de uma forma que vai de encontro mais proximamente às necessidades que os munícipes têm.-----

----- Como poderão ver, e se quiserem fazer uma análise séria das receitas que este imposto capta, nós verificaremos que há, de facto, uma incidência especial em proprietários, não em pessoas coletivas, em pessoas singulares, mas, fundamentalmente para as empresas. Empresas que são proprietárias, empresas que desenvolvem atividade e que beneficiam (e muito) daquilo que Oeiras lhes dá, daquilo que Oeiras lhes proporciona. E a aplicação e o aumento de receita

proveniente da aplicação da taxa do IMI, como veremos, tem fundamentalmente a ver com esses casos. Não tem a ver tanto com as pessoas singulares (mas não quero discutir isso agora), tem fundamentalmente a ver com as empresas que têm propriedades aqui em Oeiras. E devo até dizer que, do ponto de vista fiscal, esta questão é até relativamente neutra, porque para as empresas isto será encarado como um custo fiscal e, portanto, deduzido nos seus impostos. Estamos, em última instância, a promover uma deslocação daquilo que é a receita do orçamento geral do Estado para a receita do Executivo Municipal, ou para a receita do orçamento municipal. -----

-----E, portanto, parece-me que este conjunto de questões deve ser óbvio, deve ser esclarecido. As pessoas não têm de ter medo de falar sobre esta questão. Todas as intervenções que as forças políticas fizeram aqui foi no sentido de dizer às pessoas que vem aí um drama para todos, vem aí um mal que o Executivo Municipal, aproveitando-se do resultado que teve e nas costas dos eleitores, vem agora “espetar-lhes uma faca” e fazer com que os seus encargos pela contribuição que têm de pagar pelo IMI passe a ser, cheguei aqui a dizer, a ter aumentos de cinquenta por cento. Não é verdade. Não é verdade, é bom que isto seja dito de uma forma clara. Explicaremos isto com números quando tratarmos dos benefícios fiscais, mas há uma tentativa que, volto a dizer, é uma tentativa que estou certo de que será acompanhada por outros municípios em breve, é uma tentativa de repor justiça em todos estes processos relacionados com o pacote fiscal. -----

-----Isto de dar tudo a todos, não parece que seja uma boa ideia. Tirar tudo a todos também não parece que seja uma boa ideia. Alguns partidos são mais se especialistas em, quando estão no exercício do poder, tirar tudo a todos, porque quando estão na oposição já querem dar tudo a todos. Nós estamos a dar a quem precisa e estamos a ir buscar recursos a quem os pode dar. É isso que está aqui em causa, é uma questão de equilíbrio, de ajustamento em função dos investimentos que a Câmara Municipal tem feito, dos investimentos que a Câmara Municipal tem em curso para os próximos anos, e não se trata mais do que fazer com que, do ponto de vista social, haja uma



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

redistribuição mais justa desta receita e que, fundamentalmente, ela não afete diretamente as pessoas que mais precisam. É porque para além do conjunto de medidas que são propostas nos benefícios fiscais, ou no regulamento dos benefícios fiscais, não esqueçamos que existe um conjunto vastíssimo de outras medidas, ou de outras soluções que dão apoio precisamente nesta área a quem mais precisa. -----

----- Quem fala das questões relacionadas com a energia, com a contribuição para o pagamento da eletricidade, quem fala da contribuição para os medicamentos, quem fala de um apoio às rendas que tantas e tantas vezes acontece através do Fundo Social, quem fala de um conjunto vastíssimo de apoios que a Câmara Municipal tem desde há largos anos em curso, não pode vir aqui dizer que os mais desfavorecidos vão sair prejudicados da aplicação desta taxa. Não é verdade, não deve ser dito e, pelo contrário, se há Câmara Municipal que tem sido um exemplo neste tipo de apoio a quem mais precisa tem sido a Câmara Municipal de Oeiras. Não é esta medida que vem alterar, pelo contrário, esta medida vem criar condições para que esse apoio social possa ser ainda maior, para que possa chegar ainda a mais pessoas.-----

----- E, portanto, é com convicção que estamos de acordo e que aprovamos a alteração da taxa de IMI para zero vírgula quarenta e cinco por cento, obviamente que acompanhada daquilo que vamos discutir mais à frente e que são um conjunto de benefícios que fazem com que esta medida possa ser vista por todos. E eu estou absolutamente convencido que, quando os recibos para o pagamento do IMI chegarem a casa das pessoas, todo este discurso, toda esta ideia de caos que aqui trouxeram as diferentes forças políticas cairá pela base. Esta medida é justa, esta medida é correta, esta medida é um ajustamento que é bem feito e que socialmente é mais defensável. E, portanto, como digo, não teremos qualquer problema em apoiar esta medida. E se ela tivesse vindo mais cedo, antes das eleições, confesso-vos que nada disso teria contribuído para que o resultado que houve em doze de outubro fosse distinto daquele que foi. Portanto, não aproveitemos para fins de eleitoralismo estas medidas. Estas medidas devem ser vistas do ponto de vista técnico como

elas são, qual é o impacto que têm e do ponto de vista da redistribuição da riqueza criada também nos parece como, aliás, fazemos noutras propostas, que é o mais justo de todos.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu nunca pensei ver na Assembleia Municipal uma proposta que misturasse tão bem George Orwell com Quim Barreiros. É que, passo a explicar, nós temos aqui uma reescrita constante da história à imagem das distopias de George Orwell. Durante anos ouvimos do INOV “os oeirenses poupam não sei quantos milhões com a taxa de IMI no mínimo, porque o Executivo se preocupa com as famílias e com o seu poder de compra”. Depois, há umas semanas, na calada da noite pós-eleitoral “viraram o bico ao prego” e, subitamente, já diziam “é preciso subir o IMI, porque quem beneficia com o IMI no mínimo é a banca e os grandes fundos imobiliários e nós sempre dissemos que assim era, portanto, temos de ser consequentes e de subir o IMI para a taxa máxima”. E agora, perante a pressão da oposição na qual se inclui a Coligação Evoluir Oeiras que resultou em cobertura negativa na comunicação social, voltámos ao “nós nunca quisemos o IMI na taxa máxima, porque o IMI mais baixo ajuda as famílias e o seu poder de compra que é, e sempre foi, sempre dissemos, a maior preocupação deste Executivo”.-----

-----E, depois, ainda temos aqui o líder da bancada do INOV na Assembleia Municipal a tentar vender todas estas narrativas ao mesmo tempo de forma desastrada. Eu acho que o Senhor Deputado António Moita (INOV25) podia abrir uma consultoria, uma empresa consultora de comunicação, até tenho uma sugestão de nome, pode-lhe chamar Spinumviva. Nem o ministério da verdade, nome dado ao ministério da propaganda do regime criado por George Orwell em Mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Novecentos e Oitenta e Quatro, no seu livro Mil Novecentos e Oitenta e Quatro, conseguiria piruetas narrativas tão drásticas. Todo este fenómeno nos pode lembrar Orwell, porque em todos estes momentos o INOV, comicadamente, tenta convencer-nos de que a sua posição sempre foi a que tinham naquele momento, mesmo que seja diametralmente oposta à que tinham meia hora antes. Da mesma maneira que o regime ditatorial distópico criado por Orwell tenta convencer os seus cidadãos que sempre estiveram em guerra com determinado país, quando todos sabem que isso não é verdade. -----

----- Da mesma maneira, sabemos que a narrativa que este Executivo, as várias narrativas que este Executivo vai tentando vender ao longo do tempo, não são verdade. É aqui que entra Quim Barreiros com o seu hit musical “a garagem da vizinha”, onde Joaquim Magalhães Fernandes Barreiros descreve com ainda maior precisão que Orwell o que aqui se está a passar, ao descrever uma música que toca nas festas de verão para gáudio de muitos de nós (eu pessoalmente também sou um fã), nesta música Quim Barreiros descreve que “põe o carro e tira o carro à hora que quiser na garagem da vizinha”, o que é muito mais próximo do ato que este Executivo quer praticar com esta proposta, já que claramente querem pôr IMI, ou tirar IMI, à hora que quiserem nas casas dos oeirenses. -----

----- Portanto, temos um Executivo a tentar armar-se em “Ministério da Narrativa”, mas toda a gente sabe que o que estão a fazer é a “dar música aos oeirenses”. Este Executivo prepara-se para subir o IMI para a taxa máxima, conforme o que está nesta proposta, mas com uma dedução arbitrária muito parcial a cavalo, que já vamos discutir a seguir para ver se disfarçam. Mas as pessoas não são estúpidas e sabem muito bem que vão acabar a pagar mais impostos, contra o que vinha no programa eleitoral de Isaltino Morais, contra o que lhes foi prometido não só durante a campanha, mas durante muitos anos e contra toda e qualquer lógica de bom senso. Tiram dezassete vírgula sete milhões com uma mão, mas acenam com muita força para os três vírgula sete milhões que estão supostamente a devolver depois de tirarem uma fatia muito maior. Parece aqueles

descontos da Black Friday onde sobem os produtos para o dobro do preço e depois se tira dez por cento. É basicamente o que o Executivo está aqui a fazer. -----

-----Uma palavra rápida apenas para apontar a hipocrisia da extrema-direita que votou a favor deste aumento de IMI para o máximo na Câmara, seja porque não leram a proposta, porque são trapalhões, ou porque andam sempre todos à “bulha” uns com os outros dentro do próprio Partido e nem nos básicos conseguem concordar. E agora vão aqui, a seguir vai falar o Senhor Deputado José Shirley (CH) a tentar fingir que não. Mas, Senhor Deputado, a sua tática é exatamente igual à do INOV, é dizer uma coisa para a seguir, no momento a seguir fazer exatamente a contrária. É a tática dos populistas, os oeirenses também estão a ver muito bem como o populismo da extrema-direita e o populismo do centrão leram os mesmos livros, têm a mesma cartilha de maneiras exatamente iguais. O Chega e o INOV estão a ficar cada vez mais parecidos um com o outro. -----

-----A Coligação Evoluir Oeiras votará contra este ataque às pessoas e às famílias de Oeiras. E denunciámos aqui a tentativa de fazer passar toda a gente por estúpida. Nós não somos estúpidos, os oeirenses não são estúpidos, as pessoas sabem muito bem o que é que vocês aqui estão a fazer. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado José Shirley (CH), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Caros Municípios.-----

-----Realmente, deixe-me pegar nas últimas palavras do Senhor Deputado que me antecedeu que disse com os oeirenses não são estúpidos. Realmente não são, porque varreram a extrema-esquerda do Executivo e diminuíram a vossa bancada nesta Assembleia.-----



W

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E, já agora, sobre estes temas que muitos preferem trazer em voz baixa, há decisões que gostavam que passassem sem barulho, sem incómodo e sem perguntas. Eu não vim para aqui para ficar confortável. Vim para dizer o que muitos pensam e poucos têm coragem de assumir. E quando se fala do Imposto Municipal sobre Imóveis, falar baixo não é nenhuma opção.-----

----- Quando se mexe no IMI, mexe-se diretamente na vida das pessoas. Não é um detalhe técnico. Não é um número abstrato. É a casa onde se vive. É o esforço de uma vida inteira. É o dinheiro que deixa de sobrar ao fim do mês. É aquilo que separa alguma tranquilidade de mais uma preocupação.-----

----- O IMI pesa. Pesa nas famílias que já vivem no limite. Pesa nos jovens que querem ficar neste concelho e percebem que cada imposto é mais um empurrão para fora. Pesa nos idosos que vivem com reformas baixas, com contas altas e com pouca margem para os imprevistos. Pesa em quem trabalha, em quem cumpre, em quem nunca falha.-----

----- E é por isso que não podemos ficar calados perante a enorme contradição que existe neste Município.-----

----- O mesmo Município que diz precisar de mais receita é o Município que isenta taxas municipais a grandes eventos, a grandes concertos, e a grandes empresas. Para quem monta palcos, há facilidade. Para quem vive cá o ano inteiro, há fatura. Para os de lá de fora, estendemos o tapete vermelho. Para quem sustenta o concelho todos os meses, obrigações e mais obrigações. E isso é profundamente imoral.-----

----- Porque enquanto se facilitam milhões a alguns, há pessoas em Oeiras — muitos idosos — que hoje vivem no limite. Pessoas que têm de escolher entre pôr comida na mesa ou comprar medicamentos. Pessoas que fazem contas ao supermercado, à farmácia e à conta da luz, e que agora ainda levam com mais um peso em cima. Como se a vida já não estivesse suficientemente cara.-----

----- Depois vem sempre a explicação bonita, dita com ar sério: “investimento social”.----

-----Mas sejamos honestos.-----

-----Não há investimento social quando se começa por castigar quem já está no limite. ---

-----Não há justiça social quando se governa à custa do bolso das famílias.-----

-----Não há boas políticas públicas quando a solução é sempre pedir mais a quem menos tem para dar. -----

-----A verdade é simples, e convém dizer a todos.-----

-----É mais fácil aumentar impostos do que rever despesas. -----

-----É mais cómodo ir buscar dinheiro às pessoas do que cortar no que é supérfluo. -----

-----É mais simples carregar nos munícipes do que fazer escolhas difíceis dentro do próprio executivo. - -----

-----Mas governar não é escolher o caminho fácil. Governar é escolher o caminho certo. -

-----Mesmo quando dá trabalho. Mesmo quando obriga a dizer não a alguns interesses.---

-----Oeiras gosta sempre de se apresentar como um concelho de excelência. Aliás, no último mandato brindou o executivo com montes de prémios aqui. Mas a excelência não se constrói com impostos cada vez mais pesados. Constrói-se com rigor, com prioridades claras e com respeito por quem vive e trabalha cá todos os dias.-----

-----E no fim do dia, tudo se resume a uma pergunta simples, que não dá para fugir: -----

-----Senhor Presidente, Doutor Isaltino Morais: Para quem é que o senhor governa mesmo? Para os grandes eventos? Para as grandes empresas, ou para a população de Oeiras?? -----

-----Eu não tenho dúvidas e o CHEGA também não: -----

-----Nós escolhemos as pessoas. Nós escolhemos as famílias. Nós escolhemos os jovens que querem construir um futuro aqui em Oeiras. Nós escolhemos os idosos que querem viver com dignidade e tranquilidade. -----

-----E dizemos sem medo, sem rodeios e sem pedir autorização a ninguém que aumentar o IMI é uma escolha errada. Errada socialmente. Errada politicamente. E, Senhor Presidente e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

senhores deputados, errada moralmente. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado João Viegas (INOV25), queria usar da palavra? Faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Tentar meter aqui um bocadinho de gelo nesta demagogia. Havia aqui uma banda, o Senhor Deputado falou no Quim Barreiros, mas você tem mais pinta de Já Fumega, que era “demagogia feita à maneira, é como ...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Era a Lena d'Água. Está bem. Então é a Lena d'Água. Fica mais perto, Senhor Deputado. A demagogia, vamos lá falar aqui com tranquilidade e assumir as coisas como elas são. Mas alguém duvida que os oeirenses e os agentes económicos não se vão aperceber desta medida? É óbvio. Vão receber a cartinha de pagamento do IMI no ano que vem, portanto, ninguém anda a esconder nada a ninguém. Primeiro ponto: aqui ninguém esconde nada a ninguém. O que há é aquilo que se chama coragem. Governar é saber tomar decisões difíceis, e este Executivo mandatado pelo povo (e já agora consulte a página dezasseis do programa do INOV) decidiu de facto, aumentar o IMI. Foi uma decisão que tomou. E é assim que se deve governar ao centro, não aos extremos. Não é com o imposto Mortágua e da extrema-direita, então, nem vou dizer os disparates que o André Ventura já disse sobre aumentos de pensões, que toda a gente tinha uma pensão, por aí fora, enfim. -----

----- Portanto, houve uma decisão, era necessário aumentar impostos e, tal como o meu

líder de bancada referiu (e muito bem) depois no ponto cinco verão que tudo aquilo que disseram é falso. Estive a fazer, olhei para mim próprio, Senhor Deputado, eu pago mais por mês de IRS, três vezes mais por mês de IRS do que eu pago por IMI por ano. Portanto, este discurso catastrofista que as pessoas vão ficar sem dinheiro... Senhor Deputado, as pessoas que não têm dinheiro para pagar os medicamentos têm o programa da Câmara, são meio milhão por ano que nós damos à Associação Nacional de Farmácias. Que não têm dinheiro para comer e que depois pagam IMI. Senhor Deputado, não deve estar a falar do mesmo país que nós.-----

-----Mas a questão que eu queria falar aqui era uma questão histórica e que afeta o Partido Socialista, por onde eu andava nesse tempo. Já foi aqui dito que o IMI era o imposto mais estúpido do mundo. Mentira, foi mal parafraseado. Quem disse isso foi António Guterres acerca da SISA. E a SISA era um imposto sobre nova construção e que fazia com que houvesse muita especulação e muita construção. E houve um grande debate ideológico promovido por António Guterres, pelo socialismo democrático, pelos sociais-democratas, concretizado por Durão Barroso que decidiu: “não, é errado”. Havia uma contribuição autárquica que era dinheiro que vinha para as autarquias, que deixou de vir e criou-se o IMI para substituir o dinheiro que o Estado Central transferia para as autarquias. E o princípio ideológico é este. O princípio ideológico do IMI, isto, enfim, contraria talvez a Iniciativa Liberal, mas temos de respeitar, é taxar o património. Sabe quem é que está preocupado com esta decisão? Não é a pessoa que vai ter cento e tal, ou duzentos, ou até trezentos euros, realmente não sei, verá depois de no ponto cinco discutirmos. São aquelas pessoas que têm dez, quinze, vinte apartamentos alugados. Aí vai doer.... Aí vai doer. São os bancos e as empresas que pagam milhões em IMI, aí é capaz de doer um bocadinho. Mas a mim como social-democrata e socialista sempre me preocupou foi o seguinte: não é o dinheiro que eu pago de impostos, é o que o Estado faz com esses impostos. E, desse ponto de vista, do lado do Executivo fica uma grande responsabilidade, ou seja... E temos o exemplo dos países nórdicos que têm taxas de impostos muito superiores às que nós praticamos e têm um nível de vida invejoso e que nós



jm

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desejamos. Portanto, senhores deputados, escusam de estar a tentar alarmar, a extrema-esquerda está a usar a tática do caneiro de Algés. Com o caneiro de Algés vieram meter as pessoas em pânico, vejam lá que quando chovia muito (isto foi-me dito por um funcionário da Câmara) a CMTV ia para o largo das estátuas todas as manhãs, “eh pá, esta porcária nunca mais enche”, e não encheu. E não encheu, Senhor Deputado. E, portanto, o Senhor Deputado andou quatro anos a dizer “aqui d’el rei não há dinheiro, a Câmara vai à falência” e nunca foi. Até parecia o Passos Coelho. Andou a anunciar o diabo ano após ano, após ano, após ano e o diabo nunca chegou.

Agora, Vossas Excelências pegam em duas falsidades:-----

----- Primeira e que fique claro: ninguém foi enganado, está no nosso programa que nós iremos analisar a questão dos impostos. -----

----- Segunda questão e aí no ponto cinco será esclarecida cabalmente. Será esclarecida cabalmente. É verdade. É verdade, vai-se pagar mais IMI, mas não é os valores assustadores que Vossas Excelências estão a dizer, e é feito com justiça social em nome da justiça social e para que haja mais creches, para que continue a haver bolsas de estudo, para que continue a haver financiamento nas farmácias para quem precisa de medicamentos, para que continue a haver financiamento elétrico aos idosos, para que continue a haver todos os apoios sociais que existem no nosso Concelho. -----

----- Muito obrigado. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Eu penso que há aqui um problema com os microfones, é que está tudo aos gritos hoje. Está tudo aos gritos, pronto. Então, ninguém mais quer usar da palavra sobre esta matéria da primeira proposta? Pois tenho de mandar aqui um técnico compor os microfones. Ora bem, podemos passar à votação da primeira...? Senhor Presidente, desculpe, eu estava a ser... Faz favor, Senhor Presidente.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Eu compreendo a celeridade que a Senhora Presidente quer imprimir à reunião (e até me agrada), mas, às vezes, por razões pedagógicas sobretudo, é importante dizer algumas palavras.

-----Eu começaria por dizer assim, por começar pelo seguinte. Eu cada vez mais compreendo por que razão é que o INOV ao longo dos anos cresce e os partidos decrescem. Cada vez compreendo mais isso. E depois de ouvir as intervenções que se fizeram aqui hoje, acho que ainda não se aperceberam que, provavelmente, em dois mil e vinte e nove o INOV vai passar para dez vereadores, também é só aumentar mais um, e que nesta Assembleia, possivelmente, passará para três quartos. Tudo indica que assim será. -----

-----Ora, vamos lá esclarecer. Programa eleitoral. No programa eleitoral que eu tive a honra de subscrever, diz o seguinte: política fiscal, sustentabilidade financeira e eficiência da gestão.

“Iremos manter uma política fiscal de estímulo ao investimento por um lado e de garantia da equidade...” Sabem, querem que eu traduza o que é equidade? Não é igualdade, mas vão ao dicionário. “... de equidade por outro, ajustando os impostos e taxas ao nível do investimento municipal. O elevado rigor orçamental e a eficiência da gestão patrimonial manter-se-ão entre as nossas principais preocupações no quadro do planeamento estratégico, para uma gestão municipal transparente, sustentável e apoiada em meios indicadores objetivos de monitorização. Pretendemos melhorar os sistemas de contabilidade e gestão tornando-os mais eficientes com o apuramento rigoroso do custo de cada bem, serviço ou atividade”. E mais uma nota: “alargar os mecanismos de revisão e atualização da avaliação dos imóveis, garantindo o cálculo correto e justo do Imposto Municipal sobre Imóveis para todos os proprietários, refletindo o valor real e a utilização dos imóveis, e promovendo a equidade fiscal”. Esta última parte cito-a Eu não interrompi nenhum dos senhores deputados.... Esta última parte que li, cito-a apenas por uma razão: é que, infelizmente, não está na disponibilidade da Câmara Municipal, mas sim na base tributária dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

imóveis. Mas todos sabem e há aqui, realmente eu noto esta hipocrisia monumental.... Vamos lá ver, nós não podemos dizer que Oeiras tem a classe média mais forte do país, só por diversão. Se é a classe média mais forte do país tem de pagar em conformidade. E vejam bem, estou a dizer isto, não tenho nenhum problema em dizê-lo, porque os cidadãos e as famílias portuguesas compreendem aquilo que eu estou a dizer. Ora acontece, provavelmente nenhum dos senhores deputados tem a mínima noção... eu, sinceramente, não vos dou sequer a dúvida, porque ninguém falou nisso, parece que toda a gente está preocupada com os pobres, dando a entender que todas as famílias deste Concelho são pobres e, portanto, não podem pagar o IMI, e esquecem-se que o valor tributário essencial, a base tributária essencial é o valor da construção da casa. Ora bem, num concelho onde é difícil encontrar uma casa por menos de quatro mil euros o metro quadrado, sabem qual é a base tributária que consta nas finanças? Seiscentos euros. O Senhor Deputado é um excelente ator, mas tenha paciência, comigo não vale a pena fazer teatro. Cale-se. Cale-se, neste momento é ouvir-me a mim, porque eu também o ouvi com respeito.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “Também o ouvi com respeito, é uma coisa extraordinária. Ora bem, portanto, o que é que acontece? Mais umas notas. Quanto à legitimidade das atualizações está dito. Agora, mas vêm depois as hipocrisias “esquecem-se dos idosos e necessitados”. Em Oeiras há idosos, mas não há necessitados, porque dos necessitados a Câmara trata de todos. Todos sem exceção. E se houver algum necessitado que não esteja a ser acompanhado pela Câmara Municipal façam o favor de o identificar. Poucas câmaras municipais, os presidentes poderão dizer o que eu estou a dizer. Nós atualizamos e aumentamos a política do medicamento, Médico em Casa e agora aumentámos trinta euros o aquecimento, passámos de cento e cinquenta para cento e oitenta e vamos aumentar a base do rendimento das famílias. Portanto, significa que sejam quais forem as voltas que o IMI que

possa vir a ter em relação às famílias, aquilo que as famílias vão receber é muito mais, muito mais do que aquilo que, porventura, vão pagar em termos de IMI. -----

-----Por outro lado, eu devo vos dizer, diz o PS “não pactua com esta política” e adjetivou, e eu devo vos dizer onde o PS chegou (até calha em verso): “mentir e roubar”. Estava eu habituado a ouvir essas expressões do Chega. Vejam bem como o léxico está a contaminar, até o Partido Socialista já utiliza..., por isso é que me dá algum prazer quando a extrema-direita ataca a extrema-esquerda e a extrema-esquerda ataca a extrema-direita. É uma coisa, é um prazer assistir a essas discussões. Ora, dá-se a circunstância que eu não sou economicamente liberal, sou social-democrata e continuo a ser. Ora, por isso o meu programa eleitoral é claro. No que diz respeito à campanha do PS, até é interessante esta discussão à parte, obviamente que uma coisa tem a ver com a outra, quer dizer, estão interligadas, mas, como se pode dizer “o IMI no máximo”, etc., o que não é verdade. E a campanha que o PS está a fazer com os outdoors, esperem pela resposta. Esperem pela resposta, que eu também sei como é que se trabalha. Portanto, deram-me excelentes ideias do ponto de vista do marketing da informação. -----

-----Ora, imposto sobre as famílias. Devo dizer o seguinte: este imposto aparentemente tem natureza progressiva, pode ter natureza progressiva, mas dá-se a circunstância que a Câmara, nos termos da lei, não pode determinar diferenciações em função do estatuto socioeconómico da família. Quer dizer, o que seria natural, e devo vos dizer que ainda esta semana tive a oportunidade de falar com um governante das finanças, na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, e tive oportunidade de sugerir que era importante que agora com a Lei das Finanças Locais prometida, com a revisão da Lei das Finanças Locais, que fosse introduzida uma norma que permitisse às câmaras municipais estabelecer uma taxa do IMI em função do estatuto, do rendimento da família. E, portanto, pagaria zero trinta, zero trinta e dois, zero trinta e cinco em função do estatuto social. Acontece que a lei neste momento não o permite, mas eu sugeri isso e é interessante que esse governante disse-me que era uma excelente ideia e que ia estudá-la. Ora, dá-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

se a circunstância que, nesses termos, nós só podemos minimizar qualquer alteração da taxa do IMI, através dos benefícios fiscais. E é interessante, eu fico surpreendido, sinceramente, porque eu atualmente não tenho tanto tempo para ler, mas já li muita coisa sobre a esquerda, sobre a direita, sobre essas teorias todas e tal, e fico realmente espantado, e é interessante como é que a esquerda nesta Assembleia, pelo menos, perdeu o foco na justiça social. É uma coisa chocante. Chocante. Porque falam de tubarões e peixinhos, ali o Senhor Deputado do PCP falou de tubarões e peixinhos. Ora, o que nós estamos a fazer com estas alterações, é proteger os peixinhos. Não onerar os tubarões é deixá-los comer os peixinhos. Esta alteração fiscal é um instrumento de justiça distributiva e equitativa de receitas municipais. Portanto, nós não olhamos para os impostos de forma atomística. Olhamos de forma global e integrada, porque os investimentos e as medidas de natureza social têm de estar, digamos, indexados àquilo que são os impostos. E, portanto, não podemos olhar para o IMI isoladamente dos restantes impostos. Não podemos olhar para os impostos e taxas isoladamente daquilo que são as políticas de investimento do Município. Eu quero vos dizer que nós estudamos o assunto e nós não queremos que as famílias paguem... ou melhor, nós queremos que as famílias paguem o mínimo do IMI possível, é isso que nós queremos, que as famílias paguem o mínimo. Mas não queremos que as empresas, os bancos e os fundos deixem de pagar. Nós não queremos favorecer os bancos, as empresas, as multinacionais e os fundos financeiros. Ora bem, em dois mil e vinte e três (isto não é de agora) nós encomendámos um estudo, uma consultoria fiscal sobre o IMI, porque começámos a assistir a aquisições sucessivas de fundos financeiros, às vezes até são os moradores que vinham ter com a Câmara Municipal e diziam “Senhor Presidente, o meu prédio foi todo comprado por um fundo”, por companhias de seguros e essa coisa toda. Prédios com trinta/quarenta apartamentos. E agora querem vender e agora querem nos despejar. E eu aquilo começou-me a fazer.... Só não aprende quem, de facto, é burro de todo e não quer aprender. Eu estou sempre atento e a aprender, sempre. E começámos a pensar, mas espera aí, quem é que estamos a favorecer com o IMI no mínimo? Pois bem,

começámos a verificar que esta coisa do IMI no mínimo estava a favorecer sobretudo estas empresas que citei, multinacionais, bancos, etc. -----

-----Mas claro, no meio disto tudo não deixa de ser interessante que assistimos a isto, a intervenções..., as pessoas deviam ter mais humildade. Devo vos dizer, quem não conhece bem o território, o Concelho, devia ter alguma humildade. E eu ao ouvir o Senhor Deputado do Chega que não tem nem conhecimento, nem história, nem autoridade para falar, designadamente sobre justiça social, e que a justiça social não se faz com discurso proclamatórios. É preciso conhecer a realidade de Oeiras e, por isso, é muito difícil ouvir esta pesporrência. Pesporrência, é do que estou a falar. Eu recomendo ao Senhor Deputado mais humildade, porque parece que conhece o terreno, não conhece nada. Disse uma série de disparates na sua intervenção que não têm a mínima correspondência no nosso Concelho. As pessoas em Oeiras, nós temos coesão social. Oeiras é o concelho com mais coesão social e, portanto, não sei se sabe o que isso é. Leia, veja as estatísticas, recolha elementos e depois venha falar aqui. Até eu lhe bato palmas quando conseguir..., veja bem, até lhe bato palmas, não tenho nenhum problema.-----

-----Agora, vamos lá ver a questão, então, da justiça social e do IMI. Nós mandámos fazer este estudo que está aqui, em dois mil e vinte e quatro, e a primeira versão foi-nos entregue em dois mil e vinte e quatro, razão por que pusemos esta previsão no nosso programa eleitoral, justamente em função do investimento, disto, daquilo e tal. Então o que é que acontece? E surpreende-me que os senhores deputados realmente não falem nisso. Ora, o que é que se verifica? Enfim, é só uma nota, eu estou a falar ali para a televisão, para as redes sociais, não é, porque os senhores não quiseram falar nisso, até queriam separar as coisas, mas eu tenho de esclarecer o seguinte. Já agora, sabem quanto é que as empresas, que engloba todo o tipo de empresas, etc., vão pagar? Ou melhor, quanto é que não pagam se for aplicado o IMI mínimo? Seis milhões quatrocentos e setenta e nove euros. Bancos, fundos, mais dois milhões trezentos e trinta e nove mil. Nove milhões de euros, ou seja, daqueles ditos dezoitos milhões, ou dezassete, que nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dizíamos que poupávamos aos municípios (deverá querer dizer “munícipes”), mais de metade, nove milhões é banca, empresas e por aí fora. Portanto, quem é que estamos a favorecer com essa isenção? Não são as famílias oeirenses. A partir do momento em que nós - e aí nos termos da lei, porque a lei nos permite fazer isso - estabelecemos reduções para três ou mais dependentes, irão pagar justamente zero trinta por cento. Com dois dependentes irão pagar zero trinta e cinco. E com um dependente zero trinta e sete. Os restantes então, zero quarenta e um. Mas atenção, todos aqueles.... Reparem uma coisa, quem compra, e foi a extrema-esquerda que disse isso, que o metro quadrado, que as casas em Oeiras estão caríssimas, cada vez mais caras.... Pois é, e eu pergunto: quem é que tem dinheiro para comprar uma casa de seiscentos mil euros? Quem tem dinheiro para comprar uma casa de seiscentos mil euros, não tem dinheiro para pagar o IMI? Os liberais dirão não, porque eles querem isenções para tudo até ao milhão. Mas quem tem seiscentos mil euros para comprar uma casa precisa de reduções no IMI? Não precisa. É do que estamos a falar. Porque as famílias mais necessitadas, pode haver famílias que têm casa própria, e não se esqueçam que em Oeiras sessenta e cinco por cento das famílias têm casa própria e depois há trinta e cinco que pagam renda. Mas também sabemos que há muitas casas que pertencem ao mesmo proprietário e aqueles que, porventura, são casas avaliadas por preços mais reduzidos, o IMI também é muito curto e, portanto, só o..... Pensando nas famílias mais necessitadas, nomeadamente idosos, só o subsídio para o aquecimento é superior àquilo que as famílias pagam de IMI. É preciso termos isso em conta. Só o subsídio para o aquecimento ultrapassa a maioria dos contribuintes do IMI que pagam menos do que isso. Portanto, é interessante, como é que se protegem as famílias? Protegem-se tratando-as, naturalmente, em função da sua situação económico-social. Não é isentando tudo da mesma maneira que nós estamos a proteger as famílias ou a fazer justiça social. -----

----- E aqui está o exemplo, o que os senhores estão aqui a propor é que o Município poupe nove milhões de euros a quem efetivamente pode pagar. De maneira que qual é a redução que o Município vai fazer às famílias? À volta de quatro milhões de euros. Só de bolsas de estudo para

as famílias que se enquadram justamente nessa situação são dois milhões de euros.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

-----“Dois e duzentos.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Dois milhões e duzentos. Depois pensem nos medicamentos, no médico, no aquecimento, em todas estas medidas de natureza social que vão abranger justamente essas famílias. Justiça social é isto. E, portanto, não deixa de ser surpreendente que nenhum dos senhores deputados tenha aqui referido que mais de metade daquilo que era a redução do IMI não é para as famílias, o que está em causa aqui não são as famílias oeirenses. O que está em causa são os tubarões, não são os peixinhos. Porque as famílias que porventura, provavelmente algumas que se calhar, não têm dinheiro para pagar o IMI se estiverem numa situação difícil, vêm à Câmara pedir o dinheiro para pagar o IMI.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte: -----

-----“O FES (Fundo de Emergência Social) ajuda.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“E através do FES conforme a Câmara paga rendas, também paga o IMI, não sei se estão a ver. Quer dizer, ninguém vai perder a casa, se demonstrar na Câmara que tem rendimentos, mas não tem rendimentos suficientes para pagar o IMI. Portanto, a Câmara Municipal tem uma política social que cobre todas essas famílias e os senhores deputados e deputadas têm obrigação de saber isso. Agora, quem nos está a ouvir é que deve pensar, “mas então andam-nos a mentir”. Quem é que mente aqui? Quem é que anda a enganar? Quem diz que o IMI é zero quarenta e cinco para todos ou quem diz que, afinal, que será uma minoria, porque a maior parte deste dinheiro é das empresas e dos bancos? Estamos aqui a engordar os bancos? Os bancos que através das comissões que nos cobram estão cada vez com mais lucros? E é os bancos que esta Assembleia Municipal quer proteger?”-----



15

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** observou o seguinte: -----

----- “Rica esquerda...” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “E as multinacionais? Rica esquerda que nós temos aqui. Rica esquerda, perderam completamente o foco. Por este caminhar vocês vão chegar a dois mil e vinte e nove.... Estão três, passam a dois. Desconfio que é isso que vai acontecer. Portanto, senhoras e senhores deputados, lembro-lhes então que são oito milhões e oitocentos mil euros que o Município vai cobrar às empresas, aos bancos e aos fundos. É aí que nós vamos buscar este dinheiro. Quanto às famílias, para já o máximo são zero quarenta e um, e esses zero quarenta e um que, porventura, tenham qualquer dificuldade, o que recebem da Câmara é muito mais, mas muito mais do que aquilo que que podem pagar de IMI. Portanto, o que os senhores deputados aqui fizeram, estiveram a fazer foi um exercício de hipocrisia monumental que não entra, não cabe na cabeça de ninguém, e dos munícipes de Oeiras muito menos. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Alguém quer usar da palavra? Faz favor, Senhor Deputado Jorge Rato (PS).” -----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Nós neste ponto da Ordem de Trabalhos assistimos a duas narrativas diametralmente opostas e incoerentes: uma do Senhor Deputado António Moita (INOV25), outra do Senhor Presidente da Câmara. E, Senhor Presidente, quem não quer ser demagogo, não lhe veste a pele. Eu sei que lhe interessa muito a subsidi dependência e, portanto, aumentar os impostos e, depois, se for preciso ajudo uns pobrezinhos para que paguem e possam pagar aquilo que é os impostos. Mas vamos..., eu não sei se o Senhor Presidente teve boas notas a matemática ou não, e se o Senhor

Deputado António Moita (INOV25) teve boas notas ou não, mas vamos a um exercício de matemática. Senhor Presidente, eu não o interrompi, agradeço que também não me interrompa, porque é isso que o senhor passa a vida a dizer. -----

-----Um cidadão que paga quinhentos euros, ou que pagava o ano passado quinhentos euros de IMI (eu estou a usar quinhentos, como podia usar duzentos, ou outro valor qualquer), com a aplicação do agravamento do IMI que é proposto pela Câmara passa a pagar setecentos e cinquenta euros. Senhor Presidente não diga que não, é isto.” -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Não ouviu nada do que eu disse.” -----

-----**O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Depois... ouvi, ouvi, ouvi, ouvi e registei. Mas isto não é a teoria da relatividade, Senhor Presidente, é matemática, e a matemática é uma ciência exata. Quem pagava zero trinta pelo valor patrimonial da casa e pagava quinhentos euros, com o agravamento para zero quarenta e cinco...”-- -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----**O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Senhor Presidente, deixe-me acabar, por favor.” -----

-----**A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Não interrompa.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhores deputados tenham...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

transcrever o que foi dito.-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu dizendo o seguinte:-----

----- “Não, não. Senhora Deputada, a Senhora Deputada não é Presidente desta Assembleia, portanto a Senhora Deputada cala-se. A Senhora Deputada cala-se, a única pessoa que pode mandar calar sou eu. Faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “O tempo estava a contar, Senhora Presidente. Mas queria eu dizer que de zero trinta para zero quarenta e cinco passa a pagar setecentos e cinquenta euros. Pela aplicação do artigo sétimo que vamos discutir no regulamento, tem uma bonificação de dez por cento se não tiver dependentes. Ora, dez por cento de setecentos e cinquenta euros são setenta e cinco euros. O que significa que quem pagava quinhentos vai agora pagar seiscentos e setenta e cinco. A matemática é uma ciência exata. Se quisessem fazer aquilo que estão a anunciar e que é um logro, tinham posto na alínea a) do artigo sétimo o abatimento por forma a que as pessoas voltassem a pagar os zero trinta por cento de taxa. Não é isso que fizeram e, portanto, estão a M E N T I R. Mentir.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado José Shirley (CH), faz favor. Depois a Senhora Deputada Anabela Brito (IL).”-----

----- **O Senhor Deputado José Shirley (CH)** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. Vou ser muito breve. -----

----- Senhor Presidente, Doutor Isaltino Morais, eu efetivamente posso não conhecer tão bem este Concelho com vinte e dois anos, como eu acredito que o Senhor Presidente conhece este Concelho, eu tenho essa humildade para o reconhecer. Mas também posso dizer ao Senhor

Presidente que acho de uma tremenda hipocrisia da sua parte dizer que o Município precisa de mais receita (e daí o aumento do IMI) quando o Senhor Presidente e o seu Executivo andam a isentar taxas municipais aos grandes eventos, às empresas. Isso eu acho uma tremenda hipocrisia, Senhor Presidente. Portanto, eu posso não conhecer este Concelho tão bem como o Senhor Presidente em quarenta anos, tenho a certeza que o conhecerá melhor do que todos aqui nesta Casa, mas uma coisa eu sei, Senhor Presidente, eu nunca, se estivesse na sua posição, aumentaria o IMI, e depois andava a isentar taxas municipais a eventos e concertos. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Para dizer ao Senhor Presidente Isaltino Morais, que muitas dessas famílias se calhar que têm bolsas de estudo e que recebem esses apoios de aquecimento, se calhar não têm casa própria. Portanto, se calhar, nem pagam IMI, essas se calhar não pagam IMI.-----

-----Outra coisa também que lhe queria dizer é que disse que, em termos médios, estamos a falar de quatro mil euros o metro quadrado. O que acontece é que o Senhor está a fazer um Concelho ainda mais para ricos, porque as pessoas que vêm para aqui querem comprar uma casa aqui no Concelho e têm de pagar a prestação mais o IMI. E, então, estamos a fazer um Concelho para ricos única e exclusivamente. E muitos deles são jovens que têm ajuda dos pais que as prestações são altíssimas e o IMI influencia, e influencia muito onde compram a casa.-----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), se faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos, cara Presidente, caro Presidente, caros Vereadores, caros Deputados. -----

----- Relativamente a esta proposta de deliberação, já tudo foi dito, quais é que são os benefícios, quais é que são as consequências desta tomada de decisão, não só pela nossa bancada, mas também pelo nosso Presidente da Câmara. Mas, devido à intervenção da bancada do PS e à indignação, a bancada do PS viu que há aqui um filão para fazer oposição ao Município de Oeiras, eu tenho de dizer o seguinte: para os munícipes, basta colocar na balança quais é que são as consequências desta decisão e são várias e positivas e boas para a nossa comunidade, sendo que a maior parte da receita vai-se buscar à banca que, tal como o Presidente nos mencionou, todos os dias basta entrarmos nas nossas contas bancárias e vemos a quantidade de taxas e taxinhas que são cobradas por tudo o que fazemos. São as grandes empresas, são os fundos de investimento. E de acordo com a categoria das famílias, de acordo com o número de agregados, vão haver vários benefícios fiscais para essas famílias. -----

----- Por isso, vai haver a correção do desequilíbrio social que já existe, mas, para além disso, eu gostaria de acrescentar uma coisa. Ainda este fim de semana eu estive no Congresso da Associação Nacional de Municípios e o nosso Presidente na sua intervenção, mencionou que a delegação de competências para as autarquias locais é uma fraude. O Município de Oeiras (e já vão perceber porque é que eu vou dizer isto) ainda há pouco tempo aceitou, ou teve de aceitar, competências na área da saúde, da segurança social e na educação. Dou-vos um exemplo na área da segurança social, o Município de Oeiras substituiu um posto de atendimento que existia em Paço de Arcos e assumindo essa competência, criou dez postos de atendimento para realizar um bom trabalho, porque a responsabilidade é grande. Para todas estas competências, o pacote

financeiro do Estado nunca foi o suficiente. Por isso, eu diria que esta medida também serve para corrigir - ouçam bem, a bancada do PS - efeitos negativos dos vários Governos e, neste caso, do Governo do PS porque nessa altura, nesses momentos, a bancada do PS defendeu sempre a transferência das competências, defendeu sempre o Governo do PS, mas nunca defendeu os interesses da nossa população. -----

-----Talvez não fosse necessário avançar com esta medida se os pacotes financeiros do Governo, nessa altura, fossem os suficientes para resolver e para tratar dessas competências com a responsabilidade que o Município de Oeiras tem e que assumiu. -----

-----Por isso, faz todo o sentido e toda a população vai perceber quais é que são os benefícios desta medida. Eu tenho a dizer o seguinte: a partir deste momento, em todas as inaugurações, nós devemos e vamos (pelo menos eu) a todas as inaugurações em Carnaxide e Queijas (acho que os meus colegas devem fazer o mesmo) devem mencionar que o PS e quem votou contra esta proposta, tenha votado também da mesma forma. Em todas as inaugurações vou mencionar isso. -----

-----Disse.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. -----

-----Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Apenas para, enfim, e não encontro, daquilo que o Deputado Jorge Rato (PS) aqui nos propôs, é fazer uma pequena conta sobre os impactos sociais que esta medida pode ter. Como já disse o Senhor Presidente não vai haver ninguém neste Concelho que passe a pagar zero trinta para zero quarenta e cinco por cento. E dou-lhe um exemplo prático, e Senhor Presidente da Câmara, eu não queria falar nisto, mas o Senhor Presidente da Câmara falou do assunto e, portanto, acho



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que devemos pegar naquele, enfim, no argumento que deu. E o argumento que deu é qual? Como todos temos consciência, o valor tributário de uma casa está muito aquém do valor real que o mercado lhe dá. Não vamos aqui fazer contas, mas eu posso dizer isto andarà na casa dos quatro a cinco vezes mais. Há até quem diga que é mais do que isso. Uma casa com um valor tributável neste momento de duzentos e cinquenta mil euros é uma casa que, em termos de mercado, valerá quatro a cinco vezes isso, cerca de um milhão de euros. Eu pergunto, partindo do princípio de que o seu proprietário vive naquela casa e que o seu proprietário não tem filhos, ou não tem descendentes, o impacto prático que esta medida terá será de um pagamento adicional de vinte euros por mês. Eu pergunto, se considerando tudo aquilo que aqui foi dito relativamente à justiça fiscal e relativamente ao reequilíbrio ou à redistribuição que a riqueza tem de ter, nos moldes em que a Câmara Municipal o tem feito ao longo de tantos anos, eu pergunto se não é entendimento da esquerda socialista que esta é uma medida justa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Mais alguma intervenção? Não? Então penso que poderemos passar à votação desta proposta mil e quarenta e quatro/dois mil e vinte e cinco.” -----

4.1.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação este proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo vinte e um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda

Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com onze votos contra, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e João Gil de Almeida Gameiro), dois do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques e José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----A Senhora Deputada Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, do Partido Chega, não estava presente na altura da votação.-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 176/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 1044/25 – DPOC - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTE AO ANO DE 2025 A LIQUIDAR EM 2026**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e quarenta e quatro barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número vinte e seis



W

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e seis de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo vinte e um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com onze votos contra, sendo três do Partido Socialista, dois do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a aplicação da taxa do IMI em zero vírgula oito por cento, para prédios rústicos e zero vírgula quarenta e cinco por cento, para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, do ano de dois mil e vinte e cinco, a liquidar em dois mil e vinte e seis. -----

----- A majoração em trinta por cento da taxa de IMI, aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais, os que face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. -----

----- Majorar em triplo, a taxa fixada de IMI, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos ou em ruínas há mais de um ano. -----

----- Aplicar uma redução de vinte por cento da taxa de IMI, aplicável aos prédios urbanos arrendados para habitação, desde que a renda mensal não ultrapasse a média dos valores da portaria número cinquenta e três, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de fevereiro, relativos aos limites de renda aplicáveis no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível: -----

----- T Zero e T Um - Seiscentos e cinquenta euros; -----

----- T Dois - Mil euros; -----

----- T Três - Mil e duzentos euros; -----

----- T Quatro e superior - Mil e trezentos e cinquenta euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Onze votos contra, portanto Partido Socialista, PAN, Evoluir Oeiras, Iniciativa Liberal e Chega. Não há abstenções e vinte e seis votos a favor. Portanto, aprovada por maioria.

-----Passamos ao ponto dois.-----

-----Queria fazer uma declaração de voto? Faz favor. Também? Faz favor, Senhora Doutora.”-- -----

4.1.1.1. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----A Iniciativa Liberal manifesta o seu repúdio absoluto perante o aumento de cinquenta por cento da taxa de IMI em Oeiras. Este salto brutal é injustificado, desnecessário e representa uma clara traição ao compromisso político assumido perante os cidadãos há apenas dois meses, durante as eleições. -----

-----Trata-se de uma viragem política inaceitável que quebra a confiança dos oeirenses e expõe uma grave incoerência na condução do Município. Este aumento é um ataque direto às famílias, sobretudo à classe média que já suporta uma elevada carga fiscal. -----

-----A Iniciativa Liberal reafirma, o papel do Município é aliviar os contribuintes, não retirar-lhes ainda mais rendimento. E o mais grave, não existe qualquer razão válida, absolutamente nenhuma, que justifique este sacrifício imposto às famílias, sobretudo quando a própria Câmara tem acumulado episódios que levantam sérias dúvidas sobre as suas prioridades de gestão. Recordemos o exemplo simbólico, os gastos em almoços de trabalho e outras despesas internas, que nenhum munícipe consegue compreender ou aceitar. -----

-----Em vez de rever despesas, cortar excessos e melhorar eficiência opta-se pelo caminho mais fácil e mais injusto: ir buscar mais dinheiro ao bolso dos que moram em Oeiras, sacrificando as famílias. Este aumento do IMI é um erro político grave, um retrocesso injustificável e uma



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quebra de confiança. -----

----- Por tudo isso, a Iniciativa Liberal votou contra. Votámos contra porque defendemos as famílias, votámos contra porque defendemos uma gestão responsável. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado Jorge Rato (PS), primeiro.”-----

4.1.1.2. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A declaração de voto do Partido Socialista é a seguinte: -----

----- Ao longo dos últimos anos, de forma responsável, o Partido Socialista tem acompanhado a política fiscal do Município no que concerne ao IMI e ao IRS e discordando da Derrama.-- -----

----- Com surpresa, constatamos que a obsessão de aumentar o orçamento municipal com receitas e mais receitas, vingou! -----

----- Contraem-se empréstimos, aumenta-se o IMI de forma escandalosa e apesar disso, mantém-se o IRS igual aos anos anteriores; quanto à Derrama, não se criam mecanismos de progressividade, como defendemos. -----

----- A máscara caiu e percebe-se porquê! -----

----- Após doze anos de propostas incumpridas, recheiar o orçamento municipal é a única forma de Isaltino de Moraes conseguir iniciar (iniciar...) as obras que sucessivamente prometeu e não cumpriu. -----

----- O Partido Socialista não pactua com esta postura! E por respeito aos cidadãos, sobretudo aos jovens, aos idosos com poucos rendimentos ou viúvos, àqueles que vivem mal ou remediadamente, votamos contra! -----

-----Muito obrigado, Senhora presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.”-----

4.1.1.3. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----A Coligação Evoluir Oeiras votou contra esta proposta em conformidade com os seus princípios claros de justiça social e justiça fiscal. Falou-se aqui muito de justiça social e de justiça fiscal, tentámos ouvir umas supostas aulas sobre estes dois conceitos, mas a verdade, Senhor Presidente, é que justiça social e justiça fiscal (e foi por isso que votámos contra) não é na calada de uma noite pós-eleitoral tentar passar um aumento do IMI da taxa mínima para a taxa máxima pela “porta do cavalo”.-----

-----Justiça social e justiça fiscal não é ser sempre a favor de impostos altos, nem sempre a favor de impostos baixos. Justiça social e justiça fiscal é taxar, é tributar bem. É tributar de forma racional, é tributar de maneira que faça sentido. E esta proposta, Senhor Deputado António Moita (INOV25), deixe-me acabar, aquilo que faz é o oposto disso.-----

-----E, portanto, em consonância com estes princípios, com os princípios de esquerda que aqui também foram elencados, nós votámos contra esta proposta, em coerência também com aquilo que foi a nossa posição, com aquilo que sempre tem sido a nossa posição - e não, ao contrário de outros partidos, que votaram de uma maneira na Câmara e de outra maneira na Assembleia Municipal - nós votaremos como sempre votámos contra, contra, não..., contra propostas que não tributam de forma racional, que não tributam de forma justa e, por muitas consultoras de comunicação, por muito que tentem vender as narrativas todas aqui, umas contrárias às outras ao mesmo tempo, não cola. As pessoas sabem o que se está a passar, nós sabemos o que está a passar e foi por isso que votámos contra.-----



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Vamos fazer um intervalo agora, se faz favor.”-----

----- **INTERVALO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.--

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1045/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para 2026 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Boa tarde, outra vez. Vamos recomeçar os trabalhos. E vamos passar à proposta dois.

----- Quem pretende inscrever-se para usar da palavra sobre esta segunda proposta?-----

----- IRS... pretende? Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), Senhor Deputado Filipe Martins (IL), quem é que pediu mais? Tomás Pereira (CEO). Mais alguém? António Moita (INOV25), Sílvia Marques (PAN), mais alguém? Deixe-me ver o seu nome... João Gil (PS). Está tudo, mais ninguém?-----

----- Então, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), faz favor, que já ali está.”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

----- “Cumprimento a Senhora Presidente e perante Vossa Excelência, cumprimento o Executivo Camarário, os colegas Deputados Municipais e também todos os presentes. -----

----- Enquanto líder do Grupo Municipal do Chega em Oeiras, temos defendido desde o mandato de dois mil e vinte e um nesta Assembleia Municipal e de forma firme e coerente a necessidade urgente de aliviar a carga fiscal dos munícipes em Oeiras. A redução em sede de IRS

deveria ser visualizada nesta proposta que hoje aqui apreciamos e votamos de forma manifesta, não sendo apenas uma opção política, mas uma medida de justiça social e de respeito perante os munícipes em Oeiras. Não podemos, contudo, aceitar enquanto Grupo Municipal do Chega políticas que retiram de um lado para mascarar o aumento de outro. Certo que os elevados impostos, os elevados impostos aplicados em Oeiras, em sede de IMI, IRS e Derrama é o preço a pagar pela vaidade e pela má gestão. -----

----- Quanto à construção do Fórum Municipal em Oeiras, milhões pagos pelos munícipes pela edificação da “Torre de Babel da Vaidade”, sendo que o dinheiro dos munícipes não é elástico e a prova está à vista. Após cinco anos com a mesma taxa de IRS neste Concelho, é hora de fazer justiça a bem dos munícipes e baixar este imposto perante aqueles que fazem contas à vida, que recebem menos que o salário mínimo, que utilizam transportes públicos diariamente e não daqueles que ganham fortunas, que utilizam cartão de crédito da Câmara para almoços e jantares de luxo de lavagantes, Pêra-Manca e que possuem chofer e carro, pago com o dinheiro do povo para todas as suas deslocações, até pessoais, como visualizado e denunciado nesta Assembleia Municipal, encontrando-se em Ata, na vigência do mandato anterior. -----

----- Para um Executivo liderado por Isaltino Morais, que isenta os ricos e as grandes empresas em Oeiras, também pode diminuir o IRS aos munícipes, ou seja, aqueles que sobrevivem e que pagam a sua vaidade. O Doutor Isaltino certamente faz lembrar um personagem, a meu ver e com o devido respeito, faz lembrar o “Robin dos Bosques” na versão a *contrario sensu* a nível fiscal, aumenta os impostos aos munícipes ou mantém a taxa máxima para beneficiar os ricos e investidores endinheirados com isenções. Um contrassenso manifesto perante a justiça tributária inexistente em Oeiras. Para os munícipes em Oeiras compreenderem melhor toda esta situação, importa referir que Lisboa apresenta uma taxa baixíssima, devolvendo cinco por cento do IRS aos residentes. Em Oeiras, a taxa encontra-se inalterada nos quatro vírgula sete por cento desde dois mil e vinte, ou seja, cinco anos sem qualquer ajustamento, em prejuízo das famílias que vivem e



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

trabalham no Concelho sufocadas de impostos. A classe média é sempre a mesma a pagar a fatura. É suposta esta análise que pretende manter uma participação de quatro vírgula sete por cento sobre o IRS, configurando uma receita para dois mil e vinte e seis à custa da carteira das famílias, entendemos que este ciclo prolongado exige agora uma revisão responsável em abono do povo. -

----- No momento em que tantas famílias enfrentam encargos crescentes, seja pela habitação, alimentação ou pela subida do custo de vida, o Município de Oeiras deve dar o exemplo e pode dar o exemplo. Prescindir de um ponto percentual do IRS, ou mais, seria um sinal claro de compromisso com o rendimento disponível das famílias, podendo essa resolução ser progressiva e justa. Oeiras tem ativos suficientes para dar este passo de forma pensada e no que concerne a uma gestão pública que esteja ao serviço da qualidade de vida e não pondo em causa a sobrevivência das famílias. -----

----- E a bem dos munícipes, em Oeiras o Grupo Municipal defende uma redução efetiva da taxa de IRS, pois quem não tem dinheiro não pode ter vícios faraónicos, mais ainda quando suportados pelo povo. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- Todos os anos esta Assembleia é chamada a decidir quanto do rendimento das pessoas que trabalham em Oeiras deve ficar para a Câmara Municipal. E, curiosamente, a decisão é sempre a mesma. Mantém-se a taxa, mantém-se o conforto e segue-se em frente. -----

----- Permitam-me uma metáfora simples, imaginem um grupo de amigos que vai jantar fora. Um deles, antes de alguém abrir a ementa, decide que se vai pedir um pouco de tudo: entradas, pratos principais mais elaborados, sobremesas, um vinho de elevada reputação, e talvez algo no fim para acompanhar o café. Só depois se diz aos restantes: “Não se preocupem, no fim dividimos a conta.”. Se alguém pergunta se não dava para escolher algo mais simples, a resposta é sempre a mesma: “Eu sei o que é melhor.” -----

-----É mais ou menos este o princípio que está por detrás desta proposta. Ao manter-se, pelo quinto ano consecutivo, uma taxa elevada de participação no IRS, o Município parte do pressuposto de que quem sabe gerir melhor o dinheiro dos cidadãos do que os próprios cidadãos, é o Município. Parte do princípio de que um euro é mais útil nas contas da Câmara do que um euro no bolso de quem o ganhou.-----

-----A despesa é sempre tratada como um dado adquirido. Raramente se discute se o menu podia ser mais curto, se havia pratos repetidos ou se dava para prescindir de alguns extras. -----

-----O imposto é o meio para pagar a refeição. E, quando não chega, recorre-se ao empréstimo — como quem passa o cartão de crédito para não estragar o jantar. -----

-----Mas uma estratégia que este Município insiste em não considerar: reduzir gradualmente esta taxa, ano após ano. Em vez de manter sempre a mesma taxa, poderia iniciar-se um percurso responsável de redução anual da participação no IRS, acompanhado por um esforço sério de revisão e contenção da despesa municipal. -----

-----Tal como numa mesa de amigos, isso implica escolhas: menos pratos, menos excessos, mais critério. Mas também significaria mais respeito por quem paga e mais transparência sobre o que é realmente essencial. -----

-----Depois tenta-se explicar que a justiça social será feita através de regulamentos, benefícios e exceções. Cobra-se a todos, devolve-se a alguns, como quem oferece um chocolate para suavizar a conta. Talvez fosse mais simples perguntar antes quanto cada um quer gastar — e ajustar a escolha a essa realidade. -----

-----A nossa posição é clara: um euro no bolso do contribuinte é preferível a um euro nas contas da Câmara. Porque esse euro pode ser mais bem usado por quem o ganhou, de acordo com as suas necessidades, prioridades e escolhas. Oeiras é um Concelho forte e capaz, tanta vez é dito, por isso, não precisa de funcionar partindo do princípio de que só o Município sabe decidir. Pode confiar mais nos seus cidadãos, gastar melhor — e, progressivamente, cobrar menos. É por isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que votamos contra esta proposta.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Apenas para comentar a intervenção do Senhor Deputado do Chega, que usou expressões como: “Torre de Babel da Vaidade”, OK. “O dinheiro dos munícipes não estica...” também é verdade. “É hora de baixar este imposto...”, o que se pode aqui fazer não é baixar nem aumentar o imposto, é baixar, aumentar a participação da Câmara nesse imposto, mas tudo bem. Lavagante, Pêra-Manca, sim, também é verdade que é uma crítica justa, e choferes eu aí tinha cuidado a falar de choferes, quando o Chega tem um Vice-Presidente na Assembleia da República cujo motorista faz seiscentas horas extra em dois mil e vinte e quatro, quando o limite legal são duzentas horas extra, e quando tem um Vereador que para o carro em cima de carris para ir gravar TikTok’s. Teria cuidado, teria cuidado a falar de carros se fosse do Chega.-----

----- O Executivo pode diminuir o IRS aos munícipes, é a tal questão da participação no imposto e não da subida do imposto e tal.-----

----- Isaltino é o Robin dos Bosques, ao contrário, talvez.”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “O Chega defende a descida do imposto. O Chega defende a descida do imposto, está bem. E depois perante isto tudo, eu pensei: Bom, então se temos aqui estas proclamações todas

com uma grande verve proferidas ali de cima do púlpito, de certeza que o Chega votou contra manter o imposto neste nível na reunião de Câmara. E depois fui ver a deliberação da reunião de Câmara e o Chega votou a favor. O Chega votou a favor de manter o imposto nestes níveis. Portanto, nós temos outra vez aqui dissonância cognitiva e eu estou ali a ver o Senhor Deputado José Shirley (CH) e o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) prontos para dizer: "Ah, mas vocês não têm Vereador na Câmara, etc. e tal, não sei quê", mandar aquela boca do costume. Oh, Senhores, eu começo a duvidar que vocês também tenham um Vereador na Câmara, é porque é a história do costume, é a história de sempre. O Chega vem aqui a todas as Assembleias Municipais bradar contra o sistema, contra o INOV, contra a extrema-esquerda, contra estes, contra aqueles, contra aqueloutros e depois todas as propostas que o dito sistema vos põe à frente na Câmara Municipal, vocês assinam de cruz, vocês nem sabiam o que é que estava lá escrito, ou se sabiam, ainda é pior. Se sabiam, ainda é pior. É uma total trapalhada. -----

----- O Senhor Deputado está aí a levantar-se e a dizer adeus, deve ser adeus ao bom senso e à racionalidade perante aquilo que é o comportamento do Chega na Câmara Municipal porque o Chega, eu chego à conclusão que se Isaltino Moraes ou Robin dos Bosques ao contrário, o Chega é marxista, só que é tendência "Groucho". Porque é se nós temos este voto na Câmara, e se não gostarem deste voto na Câmara, temos um completamente diferente na Assembleia Municipal, marxistas "tendência Groucho". E, portanto, o que nós temos na Câmara Municipal começa a desenhar-se, já foram várias reuniões neste mandato, não é um Vereador do Chega, são dez Vereadores populistas, nove do INOV e um do Chega, nove populistas do Centrão e um Populista de extrema-direita. Todos contentes, todos muito alegres, a votar da mesma maneira à direita também, já agora, é verdade, todos a votar da mesma maneira, e depois vem aqui o Senhor Deputado com uma enorme verve, uma enorme convicção, fazer intervenções super acesas ali do púlpito a dizer exatamente o contrário daquilo que fez na Câmara Municipal. E é muito importante que os Oeirenses saibam disto. Eu não me vou cansar de repetir, até porque isto não é primeira,



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não é a segunda, não é a terceira vez e certamente não vai ser a última vez este mandato que o Chega, ou não lê as propostas, ou se lê não sabe como é que as vota, é a trapalhada total. E mais uma vez estamos a ver que o Chega está a ficar cada vez mais igual ao INOV. O INOV traz-nos aqui propostas cheias de trapalhadas vindas da Câmara Municipal, o Chega na Câmara Municipal só nos apresenta trapalhadas também. E, portanto, Senhores Deputados, eu acho que é muito importante vocês comecem a ler as propostas na Câmara Municipal, a ver se atinam os vossos sentidos de voto da Câmara com a Assembleia Municipal.-----

----- É verdade que a Coligação neste mandato não tem vereador, mas já tivemos. Tínhamos sempre o cuidado de votar na Câmara, noventa e tal por cento das vezes igual à Assembleia Municipal. E, portanto, Senhores Deputados, com a devida humildade, se quiserem, eu posso explicar-vos como é que se faz. O primeiro passo, o mais importante de todos, é ler, é ler as propostas, é ler bem aquilo que estão a votar, para não fazerem as figuras tristes e não passarem as vergonhas de dizer uma coisa na Câmara e dizer exatamente o oposto aqui na Assembleia Municipal. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado António Moita (INOV25), primeiro, desculpe, vou dar... dou-lhe a palavra no fim. António Moita (INOV25), sim.” -----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Esta obsessão entre extremos faz com que as pessoas utilizem o seu tempo e nem sequer falam da proposta que aqui está. E, portanto, eu acho que é tempo de começarmos a falar da proposta em concreto e para dizer coisas que são, acho eu, simples. A primeira coisa é que esta proposta nasce de uma alteração das regras do fundo de equilíbrio que foi feita já há muitos anos, em que Oeiras, pela alteração das regras, deixou de receber qualquer apoio ou qualquer subvenção

vinda do orçamento de Estado. E o que é que nessa altura aconteceu? Aconteceu que o ónus passou para as autarquias ao darem a possibilidade de as autarquias pegarem naquilo que era um imposto, que era uma receita do Estado, e poderem, de alguma forma, fazer a gestão deste processo e propor coisas, como outros municípios propõem, que é da devolução de parte desta receita. Ora, dá-se a circunstância de Oeiras, já há pouco dissemos isso, aliás, esta proposta tem exatamente e vimos aqui com os argumentos que usámos para o IMI, são exatamente os mesmos. Nós entendemos desde há muitos anos que tudo aquilo que é feito em Oeiras, mesmo aquilo que é feito em substituição do próprio Estado, da Administração Central do Estado, que justifica que algumas destas verbas, algumas destas receitas, dado que elas não podem ser provenientes do orçamento, terão que continuar a ser usadas pela Câmara Municipal para os fins que são considerados úteis. E quais são os fins que são considerados úteis? Insistem aqui, mais uma vez, no desperdício da Câmara Municipal, na “Torre de Babel”, que a Câmara está a construir. -----

-----Hoje, por acaso, não falaram do obelisco do Parque dos Poetas, mas também podia ter sido das despesas com a alimentação, com os almoços, enfim, de todo um conjunto de despesas, supostamente sumptuárias que a Câmara Municipal faz sem benefício para as pessoas. Ora, eu acho que no dia doze de outubro ficou claro aquilo que as pessoas pensam sobre esse tipo de questões. Ficou absolutamente claro o que é que os munícipes de Oeiras veem na sua Câmara Municipal. Ficou absolutamente claro a confiança que têm nas políticas que têm vindo a ser desenvolvidas ao longo de tantos anos, e esta é mais uma. Aquilo que se propõe aqui tem a ver com o seguinte: não vale a pena falarmos daqueles que mais sofrem, daqueles que, infelizmente, são causticados com os impostos, porque infelizmente, e aqui digo, infelizmente, boa parte ou uma parte grande dos contribuintes não paga IRS, e ao não pagar IRS, estão fora do âmbito de uma proposta deste tipo. Aquilo que se passa é mais uma vez usamos o argumento para o IMI, usamos o argumento para o IRS, mais uma vez fazer justiça social. E fazer justiça social com indo buscar receita a quem menos precisa dela para usar em prol, em benefício de quem mais dela precisa. É



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

só isso que está aqui em causa. Não há outro argumento para que esta taxa, eu digo, digo sempre, todos os anos, se viessem aqui propor cinco por cento eu achava bem. Vêm propor zero quarenta e sete, tudo bem também. Mas como digo, cinco por cento estaria de acordo com isso. Porquê? Porque tenho a certeza absoluta, eu e os munícipes de Oeiras, que faz mais efeito esta verba aplicada em conjunto nas necessidades sociais do que esta verba distribuída por muitos milhares de contribuintes em que o efeito prático nas suas bolsas, o efeito prático nas suas vidas seria nulo. Portanto, mais uma medida de justiça social, mais uma medida que queremos continuar a ter em Oeiras e mais, esta medida e esta verba têm a ver com algo que Oeiras devia ter recebido ou nunca deveria ter deixado de ter há muito tempo e foi com o Fundo de Equilíbrio que deixou de ter. Hoje em dia há poucas câmaras que estão em circunstâncias destas, passados tantos anos sobre a alteração das regras, mas Oeiras desde o princípio que é uma vítima do sucesso que teve, é uma vítima da boa gestão da coisa pública e é uma coisa que não foi nessa altura compreendida pelo Estado. Esta taxa é absolutamente justificável, era justificável o ano passado, continua a ser justificável este ano. Este dinheiro, esta verba está em ótimas mãos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- A proposta que agora apreciamos fixa a taxa de participação do Município de Oeiras no IRS em quatro vírgula sete por cento mantendo inalterado o nível de retenção que tem vindo a ser aplicado nos últimos anos.-----

----- O PAN entende que esta decisão deve ser analisada em conjunto com o restante pacote fiscal apresentado para dois mil e vinte e seis, e não de forma isolada. Quando olhamos para esse

conjunto, o que vemos é uma opção política clara: aumenta-se o imposto sobre a habitação, mantém-se a carga sobre os rendimentos do trabalho e só depois se introduzem mecanismos de mitigação parcial. -----

-----Para o PAN, esta não é a melhor forma de promover justiça fiscal. -----

-----A manutenção da taxa de IRS em quatro vírgula sete por cento significa que o Município opta por não aliviar o rendimento disponível das famílias, num contexto em que o custo de vida, a habitação, a energia e os bens essenciais continuam a pesar cada vez mais nos orçamentos familiares. -----

-----O IRS incide diretamente sobre o trabalho e os rendimentos das pessoas, e é precisamente aí que o alívio fiscal pode ter um impacto mais imediato e justo, sobretudo para quem vive do seu salário ou pensão. -----

-----Ao optar por manter esta taxa, o Município abdica de uma oportunidade de equilibrar o esforço fiscal, especialmente quando, em paralelo, decide aumentar de forma significativa o IMI. -----

-----O PAN defende que a política fiscal municipal deve ser coerente e orientada para a proteção dos rendimentos do trabalho, em particular das famílias de classe média, dos jovens trabalhadores e das pessoas com rendimentos fixos. -----

-----Não ignoramos as necessidades de financiamento do Município, nem a importância do investimento público. Mas entendemos que esse esforço não pode recair sempre sobre os mesmos — primeiro sobre quem trabalha e depois sobre quem tem casa própria. -----

-----Uma política fiscal justa faz escolhas. E, para o PAN, faria mais sentido aliviar o IRS e ponderar com maior equilíbrio a carga sobre o património, em vez de manter intacta a tributação sobre o rendimento do trabalho. -----

-----Por estas razões, o PAN vota contra a fixação da taxa de participação no IRS nos termos apresentados, reafirmando a defesa de uma política fiscal municipal mais justa, equilibrada e centrada nas pessoas. -----



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Senhor Deputado João Gameiro (PS), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado João Gameiro (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Em véspera de Natal, o Executivo Camarário decide presentear os Oeirenses da melhor maneira possível: aumentando a carga fiscal do Município. Fomos surpreendidos com o aumento da taxa de IMI, em cinquenta por cento, que já discutimos, em matéria de IRS, isto é, no imposto que atinge diretamente os rendimentos do trabalho e de quem vive apenas do seu salário, o Município decide manter a mesma taxa de quatro vírgula sete por cento.-----

----- É importante relembrar que a política fiscal do Município é, dentro dos limites da legalidade, uma escolha política do Executivo, e quando há escolha, há responsabilidade. Decidiu-se por penalizar todos aqueles que vivem no nosso Concelho, mas, como mandam as regras de um bom presente, mantendo tudo em segredo. Disse o Senhor Presidente, no Período Antes da Ordem do Dia que: “Temos de olhar para as eleições a sério”, e eu concordo. Ao olhar para o Manifesto e Programa Eleitoral do atual Executivo, e ao contrário do que disseram os deputados do INOV, e que o Senhor Presidente tão bem leu e tão bem conseguiu contrariar o que a sua própria bancada disse, em lado algum se propuseram aumentar a carga fiscal do Município; limitaram-se a utilizar uma formulação vaga, falando em “Alargar os mecanismos de revisão e atualização da avaliação dos imóveis, garantindo o cálculo correto e justo do IMI”, e em sede de IRS falaram em pena em manter. E de justiça já falaremos. Mas deixem-me assinalar também que não ficámos surpreendidos com a falta de transparência deste Executivo: o Senhor Presidente Isaltino Morais nos últimos meses, tem ganho, ganhou coragem para se dedicar aos vídeos no Instagram, para fazer umas coisas nas redes sociais, mas para dizer à população que lhes vai aumentar os impostos, a coragem ficou no bolso de trás das calças. -----

-----Falam tanto das famílias, então vamos à sua realidade: quando as famílias estão com o poder de compra cada vez mais diminuto, com rendas e prestações de casa cada vez mais altas, com a alimentação e a energia cada vez mais caras, com salários que não acompanham este custo de vida, entende o Município de Oeiras que o que é fiscalmente responsável, e utilizando as palavras que estão no programa, é aumentar os impostos e manter os impostos sobre o trabalho próximo da taxa máxima permitida. -----

-----Repare-se até no próprio contexto em que é anunciado este aumento fiscal: o aumento do IMI trará mais ou menos catorze milhões de euros para os cofres do Município, a isto se acresce um empréstimo de cerca de oitenta milhões de euros, é um aumento de cerca de cem milhões de euros na receita orçamental. O Orçamento Municipal pode vir a ultrapassar os quatrocentos milhões de euros. Face a tudo isto, a opção do Executivo é a manutenção da taxa de IRS em quatro vírgula sete por cento. É isto que é ser responsável do ponto de vista fiscal? -----

-----Há uma ausência total de visão, transparência e responsabilidade política em matéria fiscal e orçamental do Município Oeiras torna-se assim o Município onde se pede mais aos contribuintes, onde não existe qualquer política de alívio fiscal, e ainda se contrai dívida para pagar as contas públicas. É o caos total na gestão orçamental do Município, e quem paga são obviamente os Oeirenses.-----

-----E por falar em Justiça Social, o Partido Socialista, em matéria de IRS, defendeu no seu programa eleitoral a diminuição desta taxa em um por cento, como forma de apoio ao aumento do rendimento disponível das famílias do nosso Concelho. Não são benefícios fiscais inventados em função do agregado familiar, é uma proposta moderada e justa, que favorece quem trabalha, uma proposta que o Executivo podia acompanhar. Decidiram, de própria vontade, não o fazer. -----

-----O que está aqui mesmo em causa é a incapacidade deste Executivo de aliviar os impostos sobre o trabalho, quando o podiam perfeitamente tê-lo feito. -----

-----O PS rejeita categoricamente esta política fiscal trazida à Assembleia pelo Executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Camarário, e rejeitamos ainda esta forma obscura e irresponsável de apresentar um aumento fiscal a todos os Oeirenses. -----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada. Senhor Deputado João Santos (CDU).” -----

----- O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A minha intervenção talvez vá um bocadinho em contracorrente relativamente àquelas que têm vindo a ser feitas. Do nosso ponto de vista, o IRS é realmente o imposto mais progressivo que existe e naturalmente taxa os rendimentos. Parte destes rendimentos são salários, parte são outro tipo de rendimentos. E consideramos, como aliás tem sido habitual na nossa posição ao longo dos vários mandatos, que a Câmara Municipal deve aproveitar na íntegra esta receita e, portanto, votaremos contra, mas por entender que precisamente este imposto deveria estar no máximo. Na verdade, os rendimentos mais elevados são aqueles que vão ser mais taxados por este IRS. Se houver uma redução, quem estamos a beneficiar são aqueles que mais rendimentos têm. Aqueles que menos rendimentos têm, têm à partida, ou uma isenção, ou taxas de IRS bastante, bastante, inferiores àquilo que são as classes mais elevadas. Portanto, naturalmente sabemos que a Câmara Municipal faz com esta proposta, que tem mantido ao longo dos anos, um desconto mínimo, enfim, são zero vírgula três por cento de desconto, é simbólico, mas também por ser simbólico, votaremos contra, entendendo que esses zero vírgula três por cento fariam falta aos cofres do Município.----

----- Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH).” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:** -----

-----“Senhora Presidente, só um Ponto de Ordem à Mesa, agradecendo que o tempo não seja contabilizado. -----

-----É só para dizer, Senhora Presidente, que não se pode admitir numa Assembleia um Deputado Municipal ali como o Senhor Deputado Balcão Vicente (INOV25) mandar calar e fazer gestos de maluquinho ao meu Vereador. Eu não admito, como líder de bancada desta Assembleia Municipal, estar alguém a mandar calar o meu Vereador. Este Senhor devia ter vergonha na cara porque uma vez disse nesta Assembleia que se pudesse cuspir num morto na Marginal e teve três meses sem pôr cá os pés. Tal era a vergonha.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhores Deputados.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Portanto, tenha vergonha. Tenha vergonha na cara. Está em Ata. -----

-----Segundo lugar. Ali para o Senhor Deputado Tomás Perestrelo (CEO), eu quero dizer aqui o seguinte, o Senhor, logicamente, deve gostar muito de Canábis medicinal, pois não admito...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Peço desculpa, Senhores Deputados acalmem-se.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Não admito. Pronto, quanto ao Senhor Deputado Tomás Perestrelo (CEO), que



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

certamente deve ter tomado canábis medicinal a mais, agradeço que não crie aqui, digo, suposições nem procedimentos do Chega, porque do Chega não sabe mesmo nada. Portanto, se há aqui algum partido coerente, é o meu partido que vai a eleições sozinho, não anda aqui a fazer casamentos por conveniência. -----

----- Terceira situação. Eu não admito que volte alguém desta Assembleia a referir para eu ter cuidado com aquilo que eu digo ali porque, se quiserem processar, podem processar à vontade. Estou cá para me defender, mas esta Casa é uma Casa de Democracia. Portanto, eu digo o que tenho a dizer, Pêra-Manca, canábis, seja o que for, eu digo o que tenho a dizer, portanto eu agradeço acima de tudo é respeito pelo meu Partido. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu também digo tudo o que tenho a dizer e fui informado porque não ouvi, que durante a minha intervenção, ali o Senhor Vereador Pedro Frazão estava a fazer apartes... Eu nunca costumo ouvir nada do que o Senhor Vereador Pedro Frazão diz, nem aqui, nem na Assembleia da República. Às intervenções do Senhor Vereador Pedro Frazão, costumo chamar pausas para casa de banho ou pausas para café, mas aqui vou abrir uma exceção, porque fui informado que o Senhor Vereador estava a dizer que também fazia operações se fosse preciso e deve estar a referir-se à operação que fez a um gatinho em condições...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Oh, Senhor Deputado, você acabou de dizer tantos disparates agora, oiça lá se faz

favor.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhores Deputados, agradeço que não conversem uns com os outros, faz favor de terminar a intervenção.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

----- “O Senhor Vereador devia estar a referir-se à operação que fez a um gatinho de remoção dos testículos, desse gatinho, em condições de legalidade dúbia e sanitárias também muito dúbia, eu não vou responder quase nunca, eu vou abrir aqui uma exceção apenas ...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, o seu tempo está a terminar.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--- -----

----- “Apenas para dizer que espero que o problema do gatinho não fosse ter azia ou refluxo. --- -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito bem. Senhor Presidente de Câmara, pretende usar da palavra? Ai, desculpe, quer... parece-me que o Senhor Deputado... quer usar da palavra para?” -----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (INOV25)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, simplesmente para dar uma explicação. Quando havia uma pessoa a falar e o Senhor Vereador do Chega gesticulava e falava alto sem que a Presidente da Mesa naturalmente não se apercebesse, porque ele está de costas, impedia que se percebesse e se ouvisse o orador que estava a falar. E quando daqui eu fiz gestos para o Senhor Vereador se calar, porque não competia ao Senhor Vereador estar a falar, a não ser que ele queira transformar esta



m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assembleia na pouca-vergonha daquilo que tem feito na Assembleia da República. É que por enquanto, esta Assembleia tem sido uma Assembleia com dignidade. Foi a primeira vez, nesta Assembleia, que em oito anos, estou nesta Assembleia pelo nono ano, foi a primeira vez que nesta Assembleia um Vereador teve um comportamento destes. Se este é o comportamento normal que o Chega pretende introduzir, confesso que eu não me revejo nele. Não me revejo nele.-----

----- E, já agora, eu dispenso e não comento, não comento rigorosamente nada sobre as palavras do Senhor Deputado do Chega, porque são de tão ordinário, tão ordinário, que eu limitava-me a aconselhá-lo a ler as Atas para saber aquilo que eu digo, ou deixo de dizer.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim, Senhor...” -----

----- **O Senhor Deputado António Vicente (INOV25)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “...porque só me insulta... só me insulta quem tem categoria para isso e não quem gosta de o fazer. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim Senhor, terminou? Muito obrigada”.-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:-

----- “Senhora Presidente. É só, é uma frase...é que não é “ele”, é o Senhor Vereador, não trata por “ele”, é o Senhor Vereador, como eu também trato o Senhor Presidente Isaltino por Presidente ou então é o Isaltino. Não gosta. Portanto, vamos tratar aqui com elevação.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim, Senhor. Senhores Deputados, nós temos ainda muitas propostas para discutir e, portanto, eu sugiro que se acalmem, que se acalmem e que se comportem, enfim, o melhor possível, porque na verdade nós temos de trabalhar e precisamos de ter aqui um mínimo de decência nesta Assembleia. Nós não queremos que isto se transforme efetivamente num sítio que

não deve ser. Nós devemos, cada um deve ter a dignidade de estar aqui. Fomos todos eleitos para estarmos aqui. E, portanto, é isso que vamos fazer. Vamos continuar a trabalhar com dignidade, que é o que se exige a uma casa de Democracia. E, portanto, dignidade e respeito mútuo, respeito uns pelos outros. Sim, Senhor. Eu agora ia dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, se quiser se pronunciar.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Sim. Muito obrigado, Senhora Presidente e Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Eu começaria por dar uma breve nota, embora o Senhor Deputado António Moita (INOV25) já tinha falado nisso, mas reparem, o orçamento do Município é constituído essencialmente por quatro fontes de financiamento, de impostos, claro, o IRS, a Derrama, o IMT e o IMI. É assim que está na lei. Portanto, a lei estabeleceu que as fontes de financiamento dos municípios eram estas e em determinadas circunstâncias estabeleceu também que os municípios poderão prescindir de uma parte desta receita, seja do IMI, seja do IRS. Mas agora que estamos a discutir o IRS, eu lembro-vos o seguinte: em mil novecentos e noventa e nove, com a Lei das Finanças Locais, o que é que aconteceu? Oeiras recebia cerca de trinta milhões de euros do Fundo Geral Municipal. Ao alterar a Lei das Finanças Locais, o que é que o legislador estabeleceu? Que nos municípios em que a cobrança do IRS, os ditos cinco por cento, era igual ou ultrapassava àquilo que recebia do Fundo Geral Municipal, ou deixavam de receber do Fundo Geral Municipal. E vou-vos dar um exemplo: Sintra, por exemplo, que tem quatrocentos mil habitantes, à volta disso, recebe do Fundo Geral Municipal cerca de trinta milhões de euros. Oeiras não recebe um tostão do Fundo Geral Municipal. Porquê? Porque tem um IRS, vejam bem, apesar de termos menos de metade da população, temos o maior poder de compra do país, temos o rendimento médio mais elevado do país, razão por que a receita do IRS é mais significativa do que noutros municípios que não têm, digamos assim, o mesmo nível de rendimento. -----

----- E, portanto, a Câmara Municipal aqui há uns anos, simbolicamente, e devo-vos dizer



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

simbolicamente, e justamente por proposta do Partido Socialista, entendemos reduzir simbolicamente o IRS de cinco para quatro setenta e cinco, que é aquilo que está aqui proposto. Porque isto era uma proposta, como digo, que vinha do tempo do Senhor António Guterres e sempre foi uma proposta muito acarinhada pelo PS. Curiosamente, os Vereadores do PSD votavam sempre contra. Os Vereadores do PSD achavam que se devia aplicar, à semelhança da CDU, a taxa máxima.-----

----- É interessante que nos últimos dois, três anos, a partir da Troika, começaram a mudar de opinião. Ora, na realidade, a Câmara Municipal não pode prescindir deste tipo de impostos. Porque vamos lá ver, se a Câmara vai prescindir, e hoje, vejam bem, a Câmara prescindia de quase catorze milhões de euros e agora aqui podia prescindir de trinta milhões. Bom, mas então como é que a Câmara prossegue aquilo que são as suas funções e exercícios das suas competências? Sendo certo que é indiscutível que, apesar de tudo isso, é um dos Municípios mais ricos do país. Mas é um dos Municípios mais ricos do país, porquê? Justamente porque o IRS é significativo, porque a Derrama é significativa e o IMT é significativo. Noutros concelhos não é assim, não é? Porque não têm o tecido empresarial que Oeiras tem, não têm uma comunidade tão rica como Oeiras, com empregos melhor remunerados, mais empregos de valor acrescentado e, portanto, essa é a razão por que temos uma receita, mas também é essa a razão por que, por exemplo, se os Senhores Deputados virem a propaganda da Câmara, este livrinho que está aí agora, este “Projetos e obras”, veem realmente para onde vai o dinheiro do Município. Exatamente. Para onde vai o dinheiro do Município, vai para isto. Ora bem, é isto que os cidadãos valorizam. Habitação pública: somos o Município que mais habitação pública faz em Portugal. Somos o Município que tem a maior taxa de execução no PRR. Portanto, são as escolas, são as creches, não é? São as obras nos centros de saúde, são as estradas, são os pavilhões desportivos, são os jardins, são os parques. Tudo isso está aqui neste livrinho que podem verificar.-----

----- Portanto, é indiscutível que não deixa de ser curioso virem propor o fim do IRS e não

deixa de ser estranho, ou melhor, a diminuição do IRS, por exemplo, o Chega, é engraçado... há aqui deputados que no espaço de meia hora dizem uma coisa e o seu contrário. Por exemplo, diz-se aqui que o Município isenta aos ricos e põe os pobres a pagar. Bom, não fui eu que votei contra o pagamento do IMI pelas empresas, pelos bancos há coisa de meia hora, ou há uma hora, quando foi votada a proposta do IMI, quem votou contra essa proposta foi o Chega. Ora, na realidade, nessa proposta o que nos propomos é ir buscar nove milhões de euros à banca, aos fundos, às companhias de seguros e às empresas, é quem mais... digamos, nós vamos buscar e aliviamos as famílias. --- -----

-----Por outro lado, realmente não deixa de ser estranho aqui algumas classificações. A esquerda está a mudar muito. A esquerda está a mudar muito. Valha-nos a coerência da CDU que há muitos anos defende essa posição. Mas quer dizer, nós que pomos os bancos a pagar, diz alguém, é que somos da direita? E os que votam a favor do status quo, são o quê? Vimos aqui a esquerda votar a favor dos capitalistas, vimos aqui a esquerda votar a favor da banca. Não é estranho? Portanto, atenção, mas se for numa Câmara liderada por eles, as coisas já não são assim.

-----Por outro lado, também gostaria de dizer o seguinte: eu não preciso que alguém me lembre as minhas prioridades nos vídeos que publico. Obviamente que está o Partido Socialista convencido que eu não vou publicar as coisas do IMI no meu Instagram. Claro que vou publicar, nem que seja para chamar mentiroso ao Partido Socialista que pôs uns “outdoors” a dizer: “Câmara aplica taxa máxima no IMI”, quando todos sabemos que é mentira, como se viu aqui hoje, não é? E, portanto, poderei dizer: “Partido Socialista protege a banca, quer meter nove milhões de euros nos cofres da banca.” Ora bem, estão a ver as contradições com que nós lutamos? Portanto, por outro lado, reparem, não deixa de ser engraçadíssimo, diz o Partido Socialista: “temos no nosso banco... temos no nosso programa a diminuição dos impostos.” Ainda bem, por isso ganharam as eleições, tiveram o resultado que tiveram. Portanto, o programa que foi sufragado não foi o vosso, desculpem que vos diga. Quer dizer, tenho que ser eu com esta humildade... tenho de ser eu com



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esta humildade a dizer: as eleições foram apenas há dois meses e os Senhores não aprenderam nada com este resultado. E, portanto, fazem as intervenções mais contraditórias. Falam em justiça social sem saber o que é justiça social. A justiça social é aquilo que nós estamos a fazer, retirar aos bancos para dar aos que precisam. E mais, na realidade os pobres, no caso do IRS, já não pagam IRS. Os pobres, olhem e a CDU tem razão, os pobres não pagam IRS, não é? E, portanto, aqueles que realmente pagam IRS, de uma forma geral já podem pagar porque quanto mais ganham, mais pagam, também, quer dizer, portanto, também é assim, porque por enquanto os impostos ainda são progressivos, mas como sabem há propostas no sentido de ser uma taxa única, não é? Quer dizer, independente do rendimento, eu sou pelas taxas progressivas, mas se a Iniciativa Liberal fosse pela taxa progressiva, também, pela progressividade dos impostos, não tinham saído do PSD. Não sei se estão a ver, eles saíram do PSD, exatamente porque têm uma visão mais à direita, têm uma visão mais a favor dos empresários, do tal euro, que dá resultado no bolso dos contribuintes, mas não dá resultado nas instituições que zelam para que os mais pobres, para que os mais necessitados tenham educação, tenham saúde, tenham realmente acesso a bens essenciais. Esta que é a realidade. -----

----- Portanto, é com os impostos que nós garantimos que aqueles mais desafortunados, os mais necessitados, que têm mais carência, possam realmente beneficiar daquilo que é, digamos assim, o esforço que a comunidade faz para termos uma sociedade mais equilibrada, mais justa. A justiça social é isso. Ora bem, e é isso que fazemos. Se fôssemos nesta conversa, não é, a sensação que está aqui, não é por acaso, quer dizer, quer à direita, quer à esquerda, todos baixavam os impostos. Os impostos não existiriam, era uma maravilha, E, portanto, tudo isto se autogovernava. As coisas não são assim. É indiscutível que quem governa, quem tem sentido de responsabilidade, exatamente, tem que dizer aos cidadãos: "Muito bem, vocês têm que pagar estes impostos, é o que está na lei, mas atenção, podem escrutinar aquilo que vamos fazer". Curiosamente, no caso do IMI, nós vamos fazer isso cada vez mais, no caso do IMI, até dizemos que há um conjunto de equipamentos que vão ser indexados a esse, digamos, aumento do IMI, a esse aumento de receita

decorrente do IMI. E, portanto, são creches, serão mais trezentas vagas em creche. Quem é que vamos beneficiar com essas trezentas vagas em creche? A classe média. A classe média baixa, a classe média que não tem rendimento para pagar seiscentos euros para ter os filhos numa creche privada. Em Oeiras não faltam creches privadas, mas há carência de creches públicas e, portanto, três creches que vão realmente ser construídas...” -----

-----O Senhor Vice-Presidente C.M.O. observou o seguinte:-----

-----“São contra as novas creches.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“E mais intervenções nas escolas. E sabem que está previsto um investimento de sete milhões de euros na CERCÍ de Oeiras? Sabem que o Município de Oeiras é o único Município em Portugal que constrói equipamento para deficientes? Não há mais nenhum município em Portugal que faça isso. São as instituições de solidariedade social com financiamento da segurança social, equipamento financiado por um município é único, em Oeiras. Sete milhões de euros que nós vamos investir na CERCÍ de Oeiras. Não temos qualquer responsabilidade, reparem, não é competência da Câmara Municipal construir esses equipamentos. Mas nós vamos construí-lo. E, no entanto, já temos dois equipamentos, já temos dois equipamentos aqui no Concelho.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente C.M.O. observou o seguinte:-----

-----“Eles votaram contra o empréstimo.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Já temos dois equipamentos no Concelho e, portanto, exato, também votaram contra o empréstimo. Eu esperava que isto nem tivesse discussão, mas compreendo, quer dizer, compreendo que haja discussão porque têm que dar provas de vida. Pronto. Mas eu não tenho aqui dúvidas em assumir perante os cidadãos Oeirenses que esta política global de impostos diferentes, nas suas diferentes dimensões, os cidadãos vão ter conhecimento daquilo que conseguimos fazer com esta atualização e com esta visão sobre o IMI. -----



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O IRS é irrelevante. Eu quero dizer que o IRS, os tais zero vinte e cinco, não tem qualquer significado. É apenas uma questão simbólica. Mas não posso deixar de registar aqui realmente o simbolismo e a referência que o Senhor Deputado da CDU fez e a coerência por não ter mudado ao longo dos anos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. Alguém quer usar da palavra? Alguém que tenha tempo? Ainda tem tempo. A Senhora... tem aqui. Faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (CH)** disse o seguinte.-----

----- “Obrigada. Senhora Presidente. Só para dizer ao Senhor Presidente Isaltino Morais que realmente disse uma coisa interessante, que é para onde vai o nosso dinheiro. É realmente neste “livrinho”, quanto é que custa esta impressão e a distribuição deste “livrinho”? Gostaria de saber. Pronto. E também gostaria de saber o boletim Municipal que é distribuído na Assembleia Municipal a todos os Deputados, muitos deles que não estão lá, também, qual é o valor, quanto é que custa? Isso também gostaria de saber. -----

----- E depois o Senhor Presidente falou também da CERCI, a questão da CERCI, a Iniciativa Liberal já no anterior mandato, por duas vezes, perguntou aqui quando é que havia essa construção, que já está anunciada há tanto tempo. Mas hoje esta Assembleia está um bocadinho diferente, digamos assim, porque chego à conclusão que o Executivo e o Chega estão muito similares, é o populismo puro, é ricos contra pobres. Portanto, temos o populismo aqui que exatamente... estamos muito, estamos todos muito, muito, muito a par. E, portanto, era isto que queria dizer ao Senhor Presidente.-----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Presidente, quer responder? Faz favor.”

-----O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Quero. Quando a coisa está animada, eu gosto sempre de esclarecer. Ora bem, este “livrinho” que está aqui, bem como o boletim Municipal que a Senhora Deputada mostrou, eu quero dizer que isto é muito acarinhado pelos nossos cocidadãos. Os Oeirenses adoram ler estes livros, adoram ver o boletim Municipal e, mesmo assim, pedem para se fazer mais. Pedem para se fazer mais, porque ainda anteontem eu ia a entrar ali na Câmara e tinha três seniores à porta, estavam à minha espera e que me dizia assim: “Oh! Presidente, então, mas afinal já não podemos ir ao almoço?” Mais uma vez, vejam bem, ao meu almoço. A propósito de almoços, ficam todos convidados... atenção, eu tive hoje um almoço com mil e quinhentas pessoas. Vejam bem, os almoços que nós fazemos, não restam dúvidas, é preciso ter o proveito também, não é só ter a fama. Mil e quinhentos almoços que nós servimos hoje ali no Intermarché, mais mil e quinhentos amanhã, e mais mil e quinhentos na quinta-feira. Já agora, os Senhores Deputados estão todos convidados porque os nossos seniores, podem ir amanhã ou depois... os nossos seniores adorarão ver alguém sentado... o que é que o Senhor faz? O Senhor é muito jovem. O que é que faz? Ah, eu sou deputado. E eles ficam encantados por ter um deputado à mesa. De maneira que já sabem, amanhã ou quinta-feira podem estar presentes nesses almoços. E, portanto, diziam-me esses três seniores: Senhor Presidente, eu já não posso ir ao almoço? Mas não pode ir ao almoço porquê? Porque fecharam as inscrições. Fecharam as inscrições? Então, mas isto é sempre aos mesmos, diz-me ele, sempre aos mesmos. É sempre aos mesmos? Então, eu sei que fecharam as inscrições, mas eu mandei abrir mais oito dias e abriram mais oito dias. Pois já nos disseram, mas nós não soubemos. Só agora é que tivemos conhecimento, mas agora está fechado. Eu digo, está bem, então o almoço é já amanhã, como é que podem agora escrever-se? Estão a ver? Portanto, falta de informação, nós precisamos ainda de fazer muitos mais boletins. Têm que chegar a todas as casas, temos que fazer a máxima propaganda, porque afinal o que é a Democracia? É curioso, todos são democratas, mas não querem que haja transparência. Então isto não é transparência? Este



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

“livrinho” e os boletins que a Câmara faz não é dizer onde se gasta o dinheiro? O que é a transparência? O que é a transparência, afinal?” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “Ainda tenho dezasseis minutos... hã? Muito... calma, para que é que eu estou a falar aqui aceleradamente? Tenha paciência. Os Senhores não têm pressa, eu também não. Ora bem, a questão é simples, mais informação é fundamental. E na realidade falam tanto em transparência, este “livrinho” aqui tem o custo das obras... olha, até abri aqui numa... em habitação... habitação... Irmã Joana, uma residência para idosos, sete milhões e setecentos mil euros, recebe quatro milhões e meio porque às vezes julgam que o PRR paga tudo, não paga. Neste caso são sete milhões e setecentos mil euros, dos quais quatro milhões e meio são do PRR e depois há três milhões e duzentos mil dos cofres da Câmara. Ora, se nós somos o Município vejam bem, dos cento e oitenta milhões do programa que está em curso de habitação, não sei se sabem que vinte por cento está suportado pela Câmara. Portanto, precisamos de trinta milhões de euros para pagar esses extras. Quem é que paga? O IRS, o IMI, o IMT, as empresas do Concelho, Derrama e agora através do IMI também. -----

----- Portanto, o cidadão sabe muito bem para onde vai o dinheiro. E eu devo dizer-vos o seguinte, mostrem-me aqui na Área Metropolitana de Lisboa, eu gosto sempre destes desafios, um município que tenha o investimento de capital que Oeiras tem, é que despesa corrente muitos têm, agora de capital, vejam bem, portanto os cidadãos recebem isto em casa, não sei se há para todos, mas era ótimo que recebessem uma coisa destas em casa, o boletim, pelo menos recebem, o boletim, recebem quase todos, são cerca de oitenta mil. Portanto, é uma propaganda que eu diria bem-dita propaganda, porque na realidade os cidadãos agradecem, os munícipes gostam de ver essa informação e aquilo que eles dizem, e que se queixam, é que não chega lá a informação.

Portanto, é um esforço extraordinário que é necessário fazer. -----

-----Eu devo-vos dizer ainda há pouco tempo fizemos um inquérito, uma sondagem. Nós temos na área social cerca de trinta medidas, portanto, desde o SOS, a tal da política do medicamento, o Médico em Casa, o aquecimento, uma quantidade de medidas, a atividade física, uma quantidade de medidas extraordinárias, bolsas de estudo, etc. E sabem qual foi a conclusão que chegámos nesse inquérito que fizemos a nível do Concelho? Que por norma só conhece as medidas quem delas beneficia. A generalidade dos cidadãos não tem noção do que é o investimento do Município nestas medidas. O que não quer dizer que não haja algumas, por exemplo, em relação ao aquecimento, às vezes encontro idosos na rua e que me dizem que... quando eu lhes pergunto já, já fui lá, já foi à Junta de Freguesia inscrever-se e são muitos que me dizem: “Ah, não sabia que era assim”, etc. Não é? Portanto, a grande maioria dos Oeirenses ainda hoje, apesar de toda esta informação, não tem a noção das medidas de política social que o Município tem à sua disposição. Portanto, significa que esta tentativa de chicana que se faz aqui a dizer gasta-se dinheiro nisto, gasta-se dinheiro no boletim, como se o problema, reparem isto é fazer chicana pura, como se na realidade os principais objetivos do Município e se os problemas, as carências de natureza financeira fossem todos resolvidos com esta situação, com o dinheiro que se gasta em comunicação. Portanto, não passa de chicana política porque na realidade nos municípios onde eventualmente, não é o caso da Iniciativa Liberal, que não lidera nada, nem sei se algum dia virá a liderar, mas a verdade é o que é e, portanto, pode vir para aqui “cantar de galo” e dizer que connosco não se fazia despesa, pois não passava tudo... morria tudo à fome. Quer dizer, porque na realidade, a Iniciativa Liberal iria governar para os ricos, não é? Iria governar para os ricos. É isso que dizem. Quer dizer, as pessoas não precisam do Estado para nada. Para a Iniciativa Liberal, o Estado não faz falta nenhuma, porque cada um é autónomo, tem a sua autonomia, cada um deve lutar pela vida, não pode andar aqui à custa do Estado, do orçamento, como se toda a gente tivesse a capacidade... nós sabemos que até há pessoas que nem sequer são capazes de pedir, não são



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

capazes de ir buscar aquilo que está à sua disposição. Há pessoas que nós temos que ir ao encontro delas, nós temos que ir ao encontro das pessoas. Se sabemos que elas têm determinado tipo de necessidades, nós devemos ir ao encontro delas. Eu aqui vejo muita conversa, mas vejo pouca gente a querer ir ao encontro das pessoas. Eu quero vos dizer que quanto mais falam, com mais vontade eu fico de ir ao encontro das pessoas. É esse o meu papel. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25).”

----- O **Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25)** disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente. Em si cumprimento a Mesa. Queria cumprimentar também o Senhor Presidente da Câmara, o Executivo, os serviços técnicos e todos os Deputados que estão aqui. Vou fazer uma intervenção breve, mas eu só queria dizer o seguinte. Eu, a primeira vez que pus os pés nesta Câmara foi em mil novecentos e noventa e três. -----

----- Por isso há partidos que nem sequer sonhavam existir, a primeira vez que eu estive cá. E ao longo dos anos assisti a algumas críticas que são o seguinte: o Senhor Presidente Isaltino Morais não faz nada, o que faz, faz mal... taxas, “taxinhos”, almoços, festas, não sei quê, não sei que mais... é obra... o Senhor Presidente continua aqui ao fim de quarenta anos. Significa que os Oeirenses são todos estúpidos para manter aqui o Presidente Isaltino Morais. Ainda bem que ele está cá. Obrigado. Disse, Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor Senhora ...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, é só um pedido, é só um esclarecimento à Assembleia, muito rápido para dizer à Deputada da Iniciativa Liberal, que os valores da impressão do livro estão consultáveis, são públicos, foram setenta e dois mil novecentos e sessenta euros mais IVA.

Infelizmente, na mesma base de dados, não temos acesso às peças procedimentais e, portanto, dois meses antes das eleições, não sabemos qual é a tiragem desta publicação.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, já não tinha tempo para a sua intervenção.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção: ----

-----“Era um esclarecimento, Senhora Presidente. Eu disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Peço desculpa, mas vamos continuar e vamos passar à votação desta proposta. Quem vota contra? Portanto, quem vota contra? Já nem sabem em que propostas estão.”-----

4.2.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo vinte e um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com dez votos contra, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e João Gil de Almeida Gameiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuto, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 177/2025**-----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 1045/25 – DPOC - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA 2026**-----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e quarenta e cinco barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número vinte e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e seis de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo vinte e um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com dez votos contra, sendo três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, aprovar a taxa de quatro vírgula sete por cento, na participação do Município de Oeiras no IRS,

dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no Concelho de Oeiras, aplicada aos rendimentos de dois mil e vinte e cinco, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções, configurando receita Municipal em dois mil e vinte e seis, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Passamos ao ponto três da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1046/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Lançamento de Derrama relativa ao ano de 2025 a ser cobrada em 2026 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- O **Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25)** disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

-----Em relação a esta proposta da Derrama, a mesma apresenta a manutenção da taxa de um vírgula cinco por cento, dando seguimento à política fiscal implementada no que respeita ao reforço da atividade económica. Reforço este que passa, tem passado e passa pela atração para a fixação das atuais e futuras empresas no Concelho, o que leva, por conseguinte, a manter e gerar a criação de postos de trabalho. A taxa de um e meio por cento, a qual se mantém de vinte e quatro para dois mil e vinte e cinco, é aplicada com o foco no estímulo da atividade económica das empresas. Estímulo que passa pela particularidade da isenção da Derrama para o tecido empresarial que apresenta um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, num apoio específico ao grupo das micro e pequenas empresas. Portanto, dá-me... e para concluir da análise apresentada na proposta, a mesma vem no sentido do equilíbrio e ponderação no que concerne ao interesse do Município, nomeadamente da receita gerada, mas também gerar igualmente confiança e estímulo à economia, a fim de aumentar a riqueza local. Disse. Obrigado.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- O Município de Oeiras gosta de se apresentar como um território de inovação, tecnologia e futuro. Gosta até de se comparar com Silicon Valley. É uma ambição legítima. O problema começa quando essa ambição fica apenas no discurso — e não passa por decisões muito concretas. - -----

----- Hoje estamos a discutir a Derrama. O Executivo o que nos propõe é simples, previsível e confortável: manter a taxa máxima permitida por lei, um vírgula cinco por cento. Porque também os outros o fazem. Porque dá receita. Porque sempre assim foi. Mas governar não é copiar. Governar é escolher. -----

----- Se Oeiras quer realmente ser comparável a Silicon Valley, então convém lembrar uma coisa essencial: o Silicon Valley não nasceu de impostos máximos, nem de uma lógica de extração fiscal. Nasceu de um ambiente que atraiu talento, capital, risco e iniciativa. Nasceu porque deixou espaço para crescer. -----

----- Aqui, a lógica é exatamente oposta. Parte-se do princípio de que as empresas estão cá, logo podem pagar. Que o lucro é uma base segura de receita. Que cobrar o máximo é sinal de boa gestão. E depois estranhamos quando se diz que a competitividade é apenas uma palavra bonita nos folhetos. -----

----- A proposta que hoje discutimos não tem estratégia económica. Limita-se a constatar que outros municípios cobram o máximo e conclui que Oeiras deve fazer o mesmo. Isso não é visão. É conformismo fiscal. -----

----- Fala-se muito em Oeiras Valley, mas na prática temos uma política que cobra como se

quiséssemos ser um concelho qualquer, sem diferenciação, sem risco e sem ambição. Uma Oeiras Valley feita de Derrama máxima não é uma Silicon Valley — é apenas marketing urbano com impostos elevados.-----

-----Tal como no IRS, também aqui a despesa é tratada como um dado adquirido. Não se começa por perguntar se o Município pode gastar melhor ou gastar menos. Começa-se por garantir receita. E se um dia for preciso, ajusta-se com mais imposto ou mais dívida.-----

----- Uma verdadeira política económica faria precisamente o contrário: usaria a Derrama como instrumento estratégico, diferenciando, atraindo, premiando quem cria emprego, quem inova, quem investe no Concelho. Isso exigiria escolhas. E escolhas dão trabalho.-----

-----Manter a taxa máxima é fácil. Difícil é governar com ambição. -----

-----Oeiras pode — e deve — aspirar a mais do que ser apenas um concelho que cobra sempre o máximo permitido por lei. Se quer ser um polo de inovação a sério, então tem de começar por alinhar a fiscalidade com o discurso.-----

-----Por isso, em coerência com aquilo que defendemos, votamos contra esta proposta. ---

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, o Grupo Municipal do Chega apresenta e logicamente uma apreciação com o devido rigor jurídico financeiro a nível empresarial e de forma muito abreviada. Nos termos apresentados, o Executivo pretende manter para dois mil e vinte e seis a taxa máxima de Derrama de um vírgula cinco, reitero, a taxa máxima sobre o lucro tributável das empresas sediadas em Oeiras. Importa sublinhar que desde dois mil e três esta taxa tem vindo a aumentar até atingir à data o limite máximo permitido por lei. Ao contrário, continuaria certamente a subir,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a subir, a subir e com todas as implicações, em especial para as pequenas e médias empresas que encerram ou são penhoradas pelo sufoco fiscal em que vivemos. O problema desta proposta é bem visível perante o bom senso. Falta-lhe visão económica, estratégia e diálogo empresarial, ou seja, falta visão do mundo. O staff camarário, liderado por Isaltino Morais, justifica a sua opção quanto à taxa milionária contínua, numa frase, cito: "Os outros municípios aplicam a taxa máxima". Assim justifica o Doutor Isaltino Morais, o valor absurdo também aplicado em Oeiras.-----

----- Doutor Isaltino, governar não é imitar, é decidir com responsabilidade, sendo a diferença de um líder para um chefe. Manter a Derrama no máximo penaliza sobretudo as PME's que sustentam o emprego e a atividade económica local, enquanto as grandes empresas tecnológicas sugam o impacto e sem risco significativo. Oeiras precisa de uma política fiscal mais ambiciosa, justa e atualizada no tempo, dando incentivos às PME's inovadoras e sustentáveis, concedendo benefícios, como, por exemplo, a criação de novos postos de trabalho.-----

----- Por coerência e por convicção, votaremos contra. Votaremos contra. Não admite, o Partido Chega que as PME's continuem a ser penalizadas com uma taxa máxima de Derrama, aplicada de igual forma aos grandes agentes económicos e empresariais. Termino com Platão ali em homenagem ao Senhor Deputado Marques (deverá querer dizer "Tomás") Perestrelo. O castigo dos bons que não fazem política é serem governados pelos maus, e para bom entendedor meia palavra basta. -----

----- Muito obrigado."-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- "Muito obrigada, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO). Ah não, a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS). Peço desculpa."-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

----- "Muito obrigada, Senhora Presidente. Senhor Presidente e Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----As opções fiscais de um município dizem muito mais do que qualquer discurso sobre o que os munícipes querem, numa atitude de patriarcado ou mesmo sobre o desenvolvimento económico. Dizem se governamos com ambição ou se governamos com resignação. A proposta que hoje nos é apresentada revela uma opção clara, a de tratar a Derrama como um imposto fácil, sem discriminação, sem incentivos e sem uma ideia de futuro para Oeiras. É uma poção cómoda, mas também é uma poção politicamente pobre. Num Concelho que se afirma como moderno, inovador e competitivo, esperar-se-ia uma política fiscal à altura dessa ambição. Em vez disso, o Executivo escolhe colocar Oeiras no grupo dos municípios que mais exigem às empresas, como se esse fosse um sinal de força. Não é. É um sinal de gestão errada dos últimos anos. -----

-----A escolha de hoje não distingue quem investe, quem inova, quem cria emprego qualificado ou quem assume responsabilidades sociais acrescidas. Trata todas as empresas por igual, ignora o contributo real para o Concelho. É uma política que não incentiva, não orienta e não transforma. O Partido Socialista tem uma visão diferente. Acreditamos que a fiscalidade municipal deve ser usada como instrumento político e económico, capaz de premiar boas práticas e de orientar o desenvolvimento. -----

-----Defendemos uma Derrama diferenciada, justa, que valorize empresas inovadoras, sustentáveis e socialmente responsáveis, incluindo aquelas que vão além da lei da inclusão das pessoas com deficiência. Só depois de rejeitar essa visão é que o Executivo chega à proposta concreta, manter a Derrama num nível que representa o máximo esforço exigido às empresas, prolongando um agravamento introduzido nos últimos anos e ao qual o Partido Socialista sempre se opôs. Oeiras não precisa desta política de facilidade, precisa de uma política de coragem, precisa de escolhas que reforcem a sua competitividade e que consolidem a sua posição como um território de oportunidade para pequenas e médias empresas e para as start-ups. -----

-----Com esta decisão, o sinal de que se envia é claro, mas profundamente errado. O de que Oeiras abdica de pensar a sua fiscalidade e se limita a seguir o caminho mais simples. -----



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhora Presidente, o Partido Socialista não acompanha esta opção, não porque rejeita a responsabilidade financeira, mas porque acredita que governar é escolher melhor. Votamos contra por convicção política, porque acreditamos que Oeiras pode e deve fazer mais do que aplicar sempre a solução mais fácil. Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) faz favor.”---

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Em coerência com o nosso historial neste Município, com aquilo que temos dito nos outros anos, nós concordamos com a Derrama na taxa máxima, não concordamos que não haja uma isenção, como existiu noutros tempos, para empresas até um determinado volume de negócios que protegesse sobretudo as pequenas empresas e lhes permitisse não pagar esta taxa máxima de Derrama, ao contrário daquilo que achamos que deve acontecer para empresas maiores e que têm um volume de negócios maior.-----

----- No entanto, eu acho que há uma coisa que as pessoas precisam de saber, mais importante nesta proposta, que é que o Chega na Câmara Municipal votou a favor e depois mais uma vez veio para aqui, para a Assembleia Municipal dizer exatamente o contrário. É importante as pessoas saberem isto. É importante as pessoas saberem que o Chega diz uma coisa na Câmara Municipal e outra na Assembleia Municipal. É importante as pessoas saberem que o Vereador do Chega na Câmara Municipal se comporta como o décimo Vereador do INOV. É importante as pessoas saberem que quando o Senhor Deputado Francisco (CH) vem para aqui falar em rigor jurídico ou financeiro, não teve o mesmo rigor a votar as propostas na Câmara. É importante as pessoas saberem que quando o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) aqui na Assembleia Municipal diz que o problema desta proposta é falta de visão económica e de mundo, o Senhor Deputado e o seu partido votaram a favor desta proposta na Câmara. É importante as pessoas

saberem que quando o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) vem para aqui dizer que o Chega não permite o ataque às pequenas e médias empresas na Câmara, não só permitiu, como acompanhou entusiasticamente. -----

----- E portanto, mais uma vez, eu peço imensa desculpa de estar outra vez aqui a trazer o assunto à baila, mas isto é tão escandaloso, tão escandaloso, é uma incompetência política, tão gritante, tão brutal, que isto tem de ser dito com as letras todas e tem de ser dito todas as vezes que for preciso para as pessoas saberem que o Chega não faz ponta de ideia do que está a votar na Câmara Municipal, ou se faz ainda pior, porque vota de uma maneira na Câmara Municipal e de forma completamente oposta na Assembleia Municipal. -----

----- É tudo e o seu contrário, a dez mil à hora na cabeça dos Deputados do Chega. O Senhor Deputado continua aí a dizer que não. Eu sei que o Senhor Deputado... o Senhor Deputado provavelmente não sabia mesmo. Provavelmente não sabia mesmo porque o Senhor Deputado não lê as propostas.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados não falem uns com os outros, um com o outro.” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo:

----- “O Senhor Deputado não lê as atas. O Senhor Deputado não lê as propostas. O seu Vereador não lê as Atas, o seu Vereador não lê as propostas. É a bandalheira total. É a bandalheira total. É aquilo que o Chega acusa os outros de fazer. É o próprio Chega. É o exercício de projeção mais básico e o do costume. O Chega a votar coisas na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal é a mais pura das bandalheiras. É a mesma bandalheira quando vemos nas horas extraordinárias, volto a referir, as pessoas têm de saber isto. A verdade... eu sei que o Senhor Deputado está... eu sei que a verdade custa, mas tem de ouvir, Senhor Deputado, é quando o motorista, é quando o motorista do Vice-Presidente do Chega...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Deputado... Senhor Deputado, depois poderá usar da palavra.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) prosseguiu a sua intervenção dizendo: -

----- “É quando o motorista do Vice-Presidente do Chega na Assembleia da República faz o triplo das horas legais permitidas, das horas extraordinárias legais permitidas, é quando o Vereador do Chega para o carro em cima de carris para ir gravar TikTok’s no Martim Moniz, é quando há representantes políticos do Chega, quando há representantes políticos do Chega alegadamente acusados de coisas como: roubo, extorsão, assalto a caixas de esmolas, prostituição de menores, roubo de malas, fogo posto e...” -----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) prosseguiu a sua intervenção dizendo: -

----- “Eu vou ler outra vez que é para ouvirem bem... roubo, extorsão, assalto a caixas de esmolas, prostituição de menores, roubo de malas, fogo posto, furto de combustível e de ambulâncias. E não é crime, Senhor Deputado, mas eu acrescento uma coisa a esta lista de como...” -- -----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados. Já terminou Senhor Deputado?” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) prosseguiu a sua intervenção dizendo: -

----- “Não, estou à espera de que haja condições na sala para poder terminar.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Falará depois na sua vez. Faz favor de terminar, Senhor Deputado.”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- E não é crime, mas acrescento a esta lista a total bandalheira de votos na Câmara e na Assembleia Municipal de Oeiras. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sílvia Marques (PAN), faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** disse o seguinte: -----

----- “A proposta que agora discutimos mantém a Derrama na taxa de um e meio por cento, o valor máximo permitido por lei, aplicada de forma transversal às empresas com lucro tributável no Concelho. Para o PAN, a questão central não é apenas a taxa em si, mas o modelo económico e fiscal que o Município escolhe promover. A Derrama é um instrumento poderoso de política económica local. Pode ser usada para incentivar comportamentos positivos, apoiar a transição climática, reforçar o tecido empresarial de proximidade e estimular a criação de emprego qualificado, ou pode limitar-se a funcionar como um mecanismo automático de receita, indiferente à diversidade das empresas e ao contexto económico. Ao optar pela taxa máxima, sem diferenciação efetiva na estratégia associada, o Município envia um sinal claro. Cobra-se o máximo, independentemente da dimensão da empresa, do seu impacto ambiental, do seu contributo social ou da sua capacidade de adaptação.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** disse o seguinte: -----

-----“Posso continuar, por favor? Obrigada.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor de continuar.”-----

-----**A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** prosseguiu a sua intervenção



W

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dizendo o seguinte: -----

----- “Esta opção pesa especialmente sobre pequenas e médias empresas, microempresas e negócios locais que não dispõem da mesma margem financeira, nem da mesma capacidade de absorção fiscal que grandes grupos económicos. O PAN defende que a política fiscal municipal deve ser inteligente e orientada para objetivos, premiando empresas que criem emprego estável, práticas ambientalmente responsáveis, inovação, eficiência energética, economia circular e a fixação de atividade económica sustentável no território. Nada disso fica verdadeiramente refletido nesta proposta. Acresce que esta decisão surge num contexto mais amplo de agravamento da carga fiscal municipal, onde famílias e empresas são chamadas em simultâneo a suportar um esforço acrescido. Para o PAN, esta acumulação de opções fiscais restritivas não contribui para um Concelho mais resiliente nem mais competitivo. Não está em causa desvalorizar o papel das empresas, nem negar a necessidade de financiamento municipal. O que está em causa é escolher como e sobre quem recai esse esforço. Por estas razões, o PAN vota contra o lançamento da Derrama nos termos propostos, reafirmando a defesa de uma política fiscal municipal que veja às empresas como parceiras no desenvolvimento sustentável do Concelho e não apenas como fonte de receita.-

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado João Santos (CDU).” -----

----- **O Senhor Deputado João Santos (CDU)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Do nosso ponto de vista, esta proposta é relativamente simples. A Derrama trata-se de um imposto que incide sobre os lucros das empresas. Trata-se de um imposto também progressivo e que, portanto, também tem em si um gene de justiça fiscal. E a proposta propõe, passo, passo o pleonasma, aproveitar a totalidade do imposto. Parece-nos simples. Acompanhamos a proposta. -

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, é só para dizer aqui que, efetivamente, o Senhor Deputado Tomás (CEO) é obcecado pelo Chega e eu fico realmente contente porque pensa tanto no Chega, sabe tanto do Chega e por alguma razão estão a morrer em Oeiras. E eu estou certo, no próximo mandato, era um Vereador e três Deputados Municipais, agora são só dois Deputados Municipais e o Vereador já foi sepultado, portanto, vão mesmo morrer. Agora eu fico contente é que eu não consegui intoxicar a minha cabeça com aquilo que faz aquela extrema-esquerda. Ia perder o meu tempo. Agora fico contente. Continuem a ver e a inventar histórias do Chega. Fico mesmo feliz. Palavra de honra. A extrema-esquerda tão preocupada com o Chega. Se o Chega votou, se foi o Vereador, se foi o Deputado Municipal, continuem assim. Quanto mais pensarem, mais se vão enterrar.-----

----- E palavra de honra que eu tenho de estar conivente com o Doutor. Isaltino, não fazem cá falta nenhuma. Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Muito obrigada, Senhor Deputado. O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) tinha pedido a palavra, faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu vou ser muito rápido, mas depois do realejo de disparates que aqui foram ditos, eu não vou dizer disparates, não quero ofender os Senhores Deputados. Eu acho que o Senhor Presidente de Câmara tem razão. Os Deputados não fazem o trabalho de casa, não conhecem o



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

terreno, não leem as Atas das anteriores Assembleias, bastava isso. E depois vêm aqui dizer disparates. Foi aqui citado Platão, mas eu preferia citar Descartes e Descartes, dizia que o problema do... não, o Sócrates não vem ao caso. É mesmo Descartes. Descartes dizia que o problema do ser humano era o conflito que havia entre o desejo que era infinito e a realidade que é finita. E, nomeadamente, aqui o Senhor Deputado Filipe Martins (IL), Senhor Deputado, você não conhece Oeiras? Você diz que... quer ser o... não, Oeiras já é Oeiras Valley, já existe o Silicon Valley. Um terço, o Senhor Deputado vai investigar, um terço da capacidade de inovação, da massa cinzenta deste país, está em Oeiras. É o Concelho que tem a maior concentração de “clusters” de diversas áreas de investigação. Quer dizer, é o Concelho que é líder na atração de empresas e Vossa Excelência, que é um liberal, quer dizer, sabe que as empresas escolhem Oeiras, é porque Oeiras é atrativa. Portanto, aquilo que o Senhor Deputado aqui deseja que Oeiras seja, já é, já é.-----

----- E, portanto, fico pasmado em relação à questão do Chega. Apenas, só quero dizer que evoluíram. Oh Tomás (CEO), você está enganado. Desculpe lá, se os homens votaram a favor, é porque evoluíram. Evoluíram, ao contrário de vocês que regrediram. Ainda bem, o Chega tem coisas positivas, não é? Portanto, evoluíram.-----

----- Agora, o que era importante para que quem lá está em casa nos oiça, era dizer o seguinte: já percebemos, já percebemos, vêm aqui dar lições de liderança, de como ser líder e de como governar a um Presidente de Câmara que foi a sufrágio, teve sessenta e dois por cento, tem nove Vereadores em onze. Quer dizer, mas estamos a falar do mesmo Concelho? Isto foi há um mês ou há dois meses. Vossas Excelências apresentaram a visão, nomeadamente o Partido Socialista apresentou a sua grande visão para o Concelho. A coisa correu mal. Correu muito mal, Senhora Deputada, mas correu tão mal, e olhe que eu sei do que estou a falar que tenho... olhe, nem vou adjetivar, quer dizer, nem vou adjetivar.-----

----- E, portanto, quem está a ouvir em casa, para vocês governar era baixar os impostos, não é? Baixar as receitas e aumentar as despesas. É isso que vocês, Vossas Excelências, ao longo

deste período aqui têm proposto, não é? E depois não fazem o trabalho de casa. E, portanto, olhem, é lamentável. Eu pensava, como este é o último mandato do Doutor Isaltino, que a vossa estratégia fosse construtiva, fosse positiva, porque os cinquenta e dois mil votos que ele teve, se algum de vocês quiser vir a ser Presidente de Câmara, tem de os conquistar. E não é com este tipo de discurso de atacar o melhor Presidente de Câmara do país e dizer que ele não tem visão (e nós vivemos no melhor Concelho do país) que vão conseguir. E, portanto, e para finalizar em relação aos libertadores de Oeiras, o Senhor Vereador vinha libertar Oeiras, conseguiu em dois anos um Vereador. Se continuar a esse ritmo, daqui a vinte anos tem cinco Vereadores. Portanto, vinte anos para conquistar Oeiras não será difícil. -----

----- Senhor Presidente, bem-haja pela sua estratégia, a si e ao Executivo, bem-haja à iniciativa privada que, aliás, já tenho dito isto à professora Anabela, que a Iniciativa Liberal devia de olhar para Oeiras como um exemplo, como um exemplo de casamento e de atração da iniciativa privada. A iniciativa privada adora Oeiras, caros colegas da Iniciativa Liberal, adora Oeiras. Compete para vir para Oeiras. Há empresas que vêm para Oeiras só para terem lá na morada Oeiras. É uma mais-valia, é um “asset”. Está a ver? Bem hajam. -----

----- Obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Também queria falar, Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO). Então, vamos lá.” -----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) disse o seguinte:** -----

-----“Sim. Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Eu não tenho obsessões na vida. Eu sei que se calhar o Senhor Deputado do Chega gostava que eu tivesse, mas eu não tenho obsessões na vida. Agora, há uma coisa que eu faço muita questão, que é dizer a verdade, pelo menos aquilo que eu acho que é verdade. E quando vejo injustiças tremendas a acontecer à minha frente, não ficar calado. E eu acho que é de uma injustiça



n

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

enorme o Senhor Deputado do Chega estar a arvorar para si enorme coerência nesta discussão quando, volto a dizê-lo, votou de uma maneira na Câmara e anunciou o voto completamente oposto na Assembleia Municipal. -----

----- E, portanto, como é verdade, e é preciso que as pessoas saibam que se o Chega algum dia, esperemos mesmo que não, porque seria catastrófico para o país, se o Chega algum dia tiver alguma função de poder, seja no Município de Oeiras, seja no país, é a bandalheira total. Estamos entregues nem sei muito bem ao quê, porque não conseguem sequer ler uma proposta simples na Câmara Municipal, decidir como votar e votar da mesma maneira na Assembleia Municipal em articulação e em coerência com aquilo que fizeram na Câmara Municipal. E, portanto...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, terminou o seu tempo.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo: -

----- “Senhora Presidente termino só dizendo uma vez mais, é importante que as pessoas saibam isto...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Sim, já disse.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** disse o seguinte: -----

----- “E... já disse, mas é mesmo importante sublinhar, se o Chega...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Já disse e repetiu, nós ouvimos todos. Senhor Deputado terminou. Terminou. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor” -----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.” -----

----- Eu só queria perguntar... oh desculpem... só um bocadinho... eu só queria perguntar aqui ao Senhor Deputado João Viegas (INOV25), sim, ao meu aluno, sim, exatamente. Uma coisa

que realmente me tem assolado, que nos tem assolado bastante, que é o seguinte: este Executivo costuma dizer que as isenções de taxas aos grandes eventos é porque nós temos concorrência dos outros municípios e então temos que dar qualquer coisa. Então eu pergunto, estas empresas todas que vêm para Oeiras é porquê? Oeiras é mais giro, ou o que é que nós oferecemos, ou não oferecemos nada? O que é que acontece? Porque é que elas vêm para Oeiras? Como é que elas... o que é que... há qualquer coisa aqui que eu não percebo, mas gostaria que me esclarecesse. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Presidente, pretende falar sobre esta proposta? Recentrando-nos na proposta.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Senhoras e Senhores Deputados, eu devo-vos dizer o seguinte, eu também estou feliz e divertido com as figuras que os Senhores estão aqui a fazer, porque estas figuras estão a ser vistas e tenho a certeza de que o pessoal de Oeiras está a ficar chocado com a vossa conversa.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Está deslumbrado.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Não, não é deslumbrado. Deve estar a ficar chocado com a vossa conversa. Porque, reparem bem, diz a Iniciativa Liberal que difícil é alterar, manter a Derrama e que isto não fomenta as empresas, manter a taxa máxima e, portanto, é preciso um território inovador, enfim, uma série... tudo aquilo que é a cartilha liberal. Ora bem, vejam bem, eu tenho com humildade de agradecer a vossa lição por uma razão muito simples, porque na verdade aquilo que vocês estão a propor deve ser algo esotérico, porque na realidade estão a falar com o Presidente da Câmara do Concelho que representa a segunda economia nacional. Estão a falar com o Presidente da Câmara que representa um território onde está o maior número de multinacionais deste país, onde está o



n

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

maior número de investigadores, doutorados, professores, etc., etc. O território que tem trabalho, o maior número de trabalhadores cujo trabalho se pode considerar um contributo para o valor acrescentado, num Concelho que representa o segundo volume de negócios a nível nacional, trinta e quatro mil milhões de euros a crescer todos os anos, com oito mil milhões de euros de valor acrescentado por ano, o segundo maior volume de valor acrescentado por ano. -----

----- Portanto, é deste território que estamos a falar e que as pessoas estão a ouvir. Mas quem ouve estas lições fica a pensar se estamos a falar de Oeiras, ou se estamos a falar de um qualquer Concelho que existe na imaginação dos Senhores Vereadores (deverá querer dizer “Deputados”). Nós estamos a falar de Oeiras, Oeiras concreta. Bom, e vejam bem, eu sou... realmente tenho que assumir aqui uma humildade extraordinária, porque estou disponível a aprender todos os dias. -----

----- O Senhor Deputado O'Neill (CH) por exemplo, deu-me aqui umas grandes lições de governança, todos ouviram como é que o Presidente da Câmara deve governar, mas talvez seja por isso que eu até hoje não ganhei nenhuma eleição. Portanto, tenho que aprender que é para ver se consigo ganhar alguma eleição. Até hoje não ganhei nenhuma. Portanto, tenho que aprender com o Senhor Deputado O'Neill (CH) as boas regras da governança para realmente ganhar uma eleição. Até hoje não consegui. -----

----- Ora, no que toca à PME's, pequenas e médias empresas, os Senhores Deputados saberão que a maior parte das pequenas empresas já não pagam Derrama, não pagam IRC sequer. E, portanto, saberão também que, mais uma vez, estão ao lado ou estão do lado contrário da história. Noventa por cento da Derrama ou do IRS no nosso Concelho, sabe quem é que o paga? As grandes multinacionais. É do que estamos a falar, as grandes multinacionais. As grandes multinacionais em que a Derrama, como sabem, e já foi referido, entra também, portanto, o que é que nós estamos a fazer? Estamos a poupar também ao Estado, porque na verdade, e no IRS, no IMI acontece a mesma coisa, porque não sei se estão a ver, numa empresa entra como custos, não

é? Porque sai do lucro, entra como custos. E, portanto, se nós não aplicamos essa tarifa, ou a taxa, ou o imposto conforme se tratar, quem beneficia com isso, imaginem, é o Estado e não a Câmara. Quer dizer, a Câmara, por exemplo, isenta uma empresa de pagar Derrama, isenta uma empresa de pagar IMI, ou faz benefícios... sabem o que é que acontece? O IMI que vai pagar, ou se não pagar, entra como lucro. E os lucros vão ser tributados pelo Estado. Quem é que recebe o dinheirinho? O Estado. É curioso, tanto economista que há aqui nesta Assembleia, economistas, gestores e tal, fiscalistas, porque é tudo, são todos especialistas. Eu é que não percebo nada disso. Portanto, temos muito que aprender. -----

-----Mas já agora, a propósito de fomento e de incentivo às empresas, eu pergunto-vos, quem é que instalou e trouxe o Taguspark? Foi este Presidente de Câmara. Quem é que desenvolveu os parques empresariais? Foi este Presidente de Câmara. Portanto, eu digo que a humildade até nem deve estar do meu lado, deve estar do vosso lado, da Iniciativa Liberal. Agora, se eu bem me recordo, quem é que aqui esteve a favor da Pedreira das Perdigueiras? O que é que diziam quando foi aprovada a Pedreira das Perdigueiras? Que estávamos a aprovar mais betão. Todos, de um lado e do outro, votaram todos contra. Agora estão a defender as empresas. Mas que raio de moral é que vocês têm?”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Não sabem o que é.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Estão agora a falar nas empresas. Estão a falar agora no fomento das empresas. E quando se apresenta um plano para atrair empresas, para acolher empresas, dizem que não é preciso mais betão em Oeiras e que há empresas a mais, leiam as Atas. Os Senhores esquecem-se, vocês esquecem-se, olhem que eu tenho uma memória extraordinária, porque exercito, claro. Mas vejam bem, há meio ano atrás eram contra a Pedreira das Perdigueiras porque era o fomento do betão, já não precisávamos de mais empresas e depois agora estão aqui a defender as empresas, a dizer que



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estamos a aumentar os impostos. Há aqui qualquer coisa que está errada. Eu próprio tenho alguma dificuldade em me adaptar, palavra de honra, em me adaptar a estas mudanças tão violentas. Isto deve ser das alterações climáticas.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “É um triplo mortal.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “E depois há outro aspeto interessante, é que não sabem tirar as ilações. Bom, está aqui um deputado do Chega que foi eleito nas últimas eleições. Quem é que devia retirar algumas ilações disto? Ali a extrema-esquerda que perderam o Vereador que tinham, a Vereadora, perderam-na, porque terá sido? Porque terá sido?” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “Exatamente... não... porque terá sido? Porque eram contra as empresas... eram contra as empresas, porque em vez de fomentarem e instilarem na Vereadora uma colaboração com a Câmara, era uma ativista, era uma ativista. A vereadora do Evoluir era mais uma ativista do que Vereadora. Votava contra tudo. Estava contra tudo, praticamente. Bom, contra tudo que de interesse. O urbanismo estava contra.”-----

----- É que é curioso, quando se fala de ordenamento do território e urbanismo, votam todos contra. Aliás, hoje estão aqui três planos. Vamos lá ver quem é que vota a favor deles. Se estão a favor das empresas ou não, vamos vê-lo já a seguir nas três deliberações que aqui estão, nas três propostas que aqui estão. Portanto, isto é uma coisa extraordinária. Eu digo-lhe, eu digo até já é um problema de vergonha. Quer dizer, Pedreira das Perdigueiras e por outro lado, lembram-se do World Trade Center, não foi há tanto tempo como isso. Estavam todos contra o World Trade Center que era mais betão, mais betão. É só betão em Oeiras...” -----

-----O Senhor Vice-Presidente C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“E não era preciso mais.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“É só betão. É os especuladores imobiliários, é isto, é aquilo. Bom, mas então vamos lá, entendemo-nos ou não? A Iniciativa Liberal só falava em betão no último mandato. Andou a falar em betão até ao fim, mas afinal em que é que ficamos? Queremos empresas ou não queremos betão, não é? Portanto, vejam bem, Pedreira das Perdigueiras votaram contra, World Trade Center não votaram contra porque não precisava de vir à Assembleia Municipal, mas era betão e, portanto, contra. Portanto, não podem defender “sol na eira e chuva no nabal.” E para terminar, para terminar, Senhora Presidente, eu terminei.-----

-----Muito obrigado”. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Já terminou, Senhor Presidente, então? O que é que nós estamos aqui a apreciar e votar, que é para não se esquecerem, que é a Derrama relativa ao ano dois mil e vinte e cinco a ser cobrado em dois mil e vinte e seis. E eu pergunto quem vota contra.” -----

4.3.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho



n

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com nove votos contra, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e João Gil de Almeida Gameiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira). -----

----- As Senhoras Deputadas Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva e Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 178/2025** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 1046/25 – DPOC - LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2025 A SER COBRADA EM 2026** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e quarenta e seis barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número vinte e oito da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e seis de novembro, e deliberou por maioria,

com vinte e cinco votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um da Coligação Democrática Unitária, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com nove votos contra, sendo três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, aprovar a manutenção da Derrama, na taxa de um vírgula cinquenta por cento, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, gerado no Município de Oeiras referente ao ano de dois mil e vinte e cinco, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito bem. Sim Senhor.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** disse o seguinte: -----

-----“Para uma declaração de voto, Senhora Presidente...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor.” -----

4.3.1.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“A Coligação Evoluir Oeiras absteve-se nesta votação. Se não me falha a memória, tradicionalmente nós costumamos votar a favor, tanto na Câmara como na Assembleia Municipal. Aqui mudámos o nosso voto para abstenção porque foi retirada uma coisa que costuma constar desta proposta da Derrama que é uma isenção da mesma, da Derrama para empresas com volume de negócios baixos, se não me engano, até cento e cinquenta mil euros sensivelmente e que...” --

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

transcrever o que foi dito.-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) prosseguiu a sua intervenção dizendo: -

----- “A meio de uma declaração de voto...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora não, termine.”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) prosseguiu a sua intervenção dizendo: -

----- “Não consta da proposta e por isso mudámos o nosso sentido de voto para abstenção.

Não por não concordarmos com a Derrama na taxa máxima, mas por causa disto, se o Senhor Vice-Presidente tem esclarecimentos para dar em relação a isto, eu fiz a mesma consideração durante a minha intervenção, esses esclarecimentos não nos foram dados e, portanto, o nosso sentido de voto foi este.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só um bocadinho, só um bocadinho. Se é um esclarecimento, é um esclarecimento, não sei. É sobre?”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- O Senhor Vice-Presidente C.M.O. esclareceu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu peço imensa desculpa de incomodar alguns espíritos. Essa isenção está prevista no artigo terceiro do regulamento de isenções fiscais do Município. E por isso não está aqui. Está previsto em sede do regulamento dos benefícios fiscais.”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- O Senhor Vice-Presidente C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Era só isso.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) queria falar? Faz favor.” -----

4.3.1.2. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Para uma declaração de voto, Senhora Presidente. -----

-----Ao longo dos últimos anos, de forma responsável, o Partido Socialista tem acompanhado a política fiscal do Município no que concerne ao IMI e ao IRS, e discordado da Derrama. Com surpresa, constatámos que a obsessão de aumentar o Orçamento Municipal com receitas e mais receitas vingou. Contraem-se empréstimos, aumenta-se o IMI de forma escandalosa e, apesar disso, mantém-se o IRS igual aos anos anteriores. Quanto à Derrama, não se criaram os mecanismos de progressividade como defendemos. A máscara caiu e percebe-se porquê. Após doze anos de propostas incumpridas, recheiar o Orçamento Municipal é a única forma de Isaltino Moraes conseguir iniciar as obras que sucessivamente prometeu e não cumpriu. O Partido Socialista não pactua com esta postura e por respeito aos cidadãos, sobretudo aos jovens, aos idosos com poucos rendimentos ou viúvos, àqueles que vivem mal ou remediadamente, votamos contra.” --- -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende fazer alguma declaração de voto? Não. -----

-----Pronto, então avançamos para a proposta seguinte.” -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N°1047/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP) (Os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Quem pretende inscrever-se sobre este ponto? Alguém pretende inscrever-se? Sim Senhor. Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH).” -----



g

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** disse o seguinte: -----

----- “Tanta pancada, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhora Deputada.” -----

----- A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, agradeço a palavra. -----

----- A alteração da taxa municipal de direitos de passagem para zero ponto vinte e cinco por cento, não representa uma mudança na vida dos Oeirenses, pois este é o valor máximo legal a ser cobrado às operadoras. Esta taxa não implica qualquer variação nos encargos dos municípios. Esta taxa incide sobre a faturação mensal das empresas que oferecem serviços de comunicações eletrónicas em local fixo. A alteração mencionada é, na verdade, a manutenção do valor máximo legal da taxa, o que significa que, na prática, os Oeirenses não sentirão qualquer diferença nos seus orçamentos familiares relacionada com esta taxa específica e ainda traz um benefício indireto à aprovação e manutenção desta taxa no valor máximo, permitido por lei, o que contribui para a receita Municipal, que depois a ser investida será em serviços de infraestruturas locais. O Chega está totalmente de acordo com esta aplicação. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) e depois o Senhor Deputado.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu queria assinalar este momento com enorme alegria, com enorme satisfação. Eu acho que devíamos pensar numa celebração qualquer, muito própria para este momento, porque finalmente, embora por acaso, cheira-me que foi um bocadinho obra do acaso, finalmente eu nem

acredito, eu mal me consigo conter, Senhora Presidente, mas o Chega vai conseguir conciliar um voto na Câmara com a Assembleia Municipal. Eu não sei... isto não merece uma salva de palmas, porque isto são os mínimos olímpicos. Quer dizer, no meio da bandalheira lá conseguiram acertar uma, fazer com que uma batesse certo com a outra. Mas, Senhora Presidente, é muito rápido, mas eu não podia deixar de expressar a minha enorme alegria, o meu enorme contentamento, porque embora tenha sido por acaso, viu-se bem que foi por acaso, o Chega, Senhor Deputado José Shirley (CH), muitos parabéns, o Chega conseguiu acertar o voto de uma proposta na Câmara com a Assembleia Municipal. Eu mal caibo em mim de contente porque acho mesmo que isto é de assinalar, porque no meio da bandalheira há uma que bate a bota com a perdigota. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado João Santos (CDU).”-----

-----O **Senhor Deputado João Santos (CDU)** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Habitualmente a CDU tinha a sua posição contra esta... a aplicação desta taxa porque acabava por se repercutir na fatura dos consumidores. Acontece que em boa hora, em sede de comissão relativa ao orçamento de Estado da Assembleia da República, foi introduzida uma norma que impede a aplicação ou a transposição para os consumidores precisamente deste custo. Neste sentido, entendemos que esta é uma boa receita e acompanharemos favoravelmente esta proposta.

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado José Shirley (CH), faz favor.”

-----O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, Senhores Deputados, muito obrigado.-----

-----Eu queria só dizer aqui uma pequena consideração depois das palavras do Senhor



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputado Perestrelo (CEO). Eu folgo em saber que o Senhor Deputado está extremamente preocupado com as votações da bancada do Chega, mas eu vou só dizer muito humildemente ao Senhor Deputado que se calhar se devia focar mais na Coligação Evoluir Oeiras, mais até no Livre também, porque eu quando olho para os resultados eleitorais vocês baixam, o Chega sobe e, portanto, se estivessem mais preocupados convosco, com as vossas políticas, com as vossas medidas, certamente que teriam muito melhor resultado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Quer retorquir?” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Queria só apenas repetir porque é importante as pessoas saberem bem. É muito importante mesmo as pessoas saberem, eu nos três minutos e poucos segundos que tenho, quero frisar ao máximo, quero sublinhar com toda a expressividade que eu conseguir encontrar em mim que o Chega votou a favor de três impostos na Câmara Municipal e contra na Assembleia Municipal. As votações do Chega é aquilo a que nós já estamos habituados, é a bandalheira total. Se o Chega algum dia chegasse a alguma posição de poder, seria catastrófico, porque infelizmente um partido que nem... eu sei, Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25), eu sei que isto incomoda, eu sei que isto...” -----

----- A Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

----- A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, agradeço-lhe, Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25), agradeço-lhe... Senhora Deputada, peço-lhe contenção.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

-----“A Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) sabe uma coisa, não é? É que o INOV e o Chega estão cada vez mais amigos. Portanto, não é surpresa nenhuma ver a Senhora Deputada a tomar as dores do Partido da extrema-direita.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25), peço-lhe desculpa, mas não pode estar... Senhora Deputada... Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25).” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Muito obrigado, Senhora Deputada, acaba de... muito obrigado por comprovar o meu ponto que eu tenho estado aqui a dizer, a Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25), para quem não ouviu, com os microfones desligados, estas coisas é importante saber-se a verdade, Senhora Presidente. -----

-----A Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) disse: "Prefiro que seja com o Chega, do que seja convosco." -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Deputada, agradeço-lhe que se... Senhora Deputada, agradeço-lhe que se contenha. Não é possível estar a dirigir uma Assembleia com pessoas a comportarem-se desta forma. Portanto, quando for tempo para falar, a Mesa concede-lhe a palavra. Agora, neste momento, não é para falar, está a falar o Senhor Deputado e faz favor, agradeço-lhe que termine.”

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

-----Vou usar os dois minutos e treze segundos para reafirmar a verdade universal que é o Chega votou a favor de três impostos.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) disse o seguinte: -----

----- “Como eu estava a dizer, Senhora Presidente, no tempo que o Regimento me aloca para dizer aquilo que eu bem entendo e num ponto que é sobre impostos, o Chega votou a favor de três propostas sobre impostos.”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) disse o seguinte: -----

----- “Se houver condições na sala para eu poder referir que o Chega votou a favor de três impostos na Câmara Municipal, e depois aqui na Assembleia Municipal votou contra. É a bandalheira total. Agora tivemos a confirmação de que o INOV prefere a bandalheira do Chega a qualquer outra força democrática da oposição na manifestação bastante intempestiva da Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25), que disse, repito e cito, “prefiro que seja com o Chega do que seja com vocês.” -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. Terminou Senhor Deputado?”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) disse o seguinte: -----

----- “Não, não terminei. Estou à espera que as interrupções cessem para eu poder terminar, Senhora Presidente. Eu vou voltar ao início do meu ponto, porque eu quero que fique mesmo assente. O Chega votou a favor... O Chega votou a favor de três impostos... eu tenho que conseguir terminar o meu raciocínio.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pois, pois, com certeza. Faz favor de continuar. Faz favor de continuar.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, pode-me criticar. Qualquer Deputado do INOV tem trinta e um minutos.”-- -----

-----A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Não, estou a dizer que pode continuar.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) concluiu a sua intervenção e disse o seguinte:--- -----

-----“Claro, eu vou continuar, mas só para fazer o parêntese. Só para fazer o parêntese, antes de dizer que o Chega votou a favor de três impostos na Câmara Municipal e contra na Assembleia Municipal, que no tempo dos Senhores Deputados poderão criticar a intervenção que eu estou a fazer. O INOV tem trinta e um minutos, a Senhora Deputada tem muito tempo e podia aproveitar esse tempo para dizer aquilo que estava a dizer aqui enquanto estava eu a falar, que é que a Senhora Deputada disse e repito, prefere o Chega a qualquer outra força democrática da oposição. -- -----

-----Senhora Presidente, eu peço imensa desculpa, mas eu acho que é mesmo muito importante ficar bem assente que o Chega votou a favor de três impostos, três propostas sobre impostos na Câmara Municipal, que depois votou contra na Assembleia Municipal. E uma Deputada do INOV, que está cada vez mais parecido com o Chega, acha que prefere esta bandalheira a qualquer outra força democrática da oposição. E, portanto, por muito que interrompam, por muito que se riam, as pessoas estão a ver, as pessoas sabem e as pessoas percebem o que é que aqui se está a passar. É o populismo do centrão a juntar-se ao populismo da extrema-direita. E, portanto, Senhora Presidente, foi com enorme alegria, e volto a expressá-la, que nesta proposta, finalmente, o Chega vai conseguir fazer com que a bota bata com a perdigota e votam a favor num sítio e votam a favor no outro. Mas, Senhora Presidente, há uma verdade universal indesmentível. O Chega votou a favor de três impostos na Câmara Municipal que votou



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

contra na Assembleia Municipal. E as pessoas têm de saber isto. As pessoas têm de saber que o Chega está aos “papéis”, não sabe o que é que está a votar. É a bandalheira total. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra? Acho que peço desculpa que eu tenho que dar ali a palavra ao Senhor Presidente.” -----

----- O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)**, disse o seguinte: -----

----- “Cara Presidente, obrigado. -----

----- Eu já queria falar no ponto anterior porque realmente não consigo ouvir injustiças e aqui a bancada do Evoluir Oeiras tem apontado o dedo a um Vereador, sabendo que esse Vereador não pode usar da palavra, nem se pode defender. Acusou esse Vereador de não estudar, de não ler as propostas, de votar sem perceber o que é que está a votar. E acho isso muito injusto. -----

----- O que eu tenho a dizer é uma palavra de reconhecimento ao Senhor Vereador Pedro Frazão, porque em pouco tempo, as eleições foram há dois meses, e em pouco tempo percebeu qual é que é o sucesso do Município de Oeiras. Percebeu isso antes mesmo da sua própria bancada. E por isso eu tenho que lhe dar uma palavra de reconhecimento, porque já percebeu a dinâmica, já percebeu a estratégia, já percebeu a visão do nosso Presidente Isaltino Morais ao longo destes quarenta anos, que tem sido criar um território equilibrado, acabar com a pobreza. Acabou há quarenta anos, há trinta e cinco anos, com o problema dos bairros de barracas no nosso Concelho, criou boas condições para as pessoas viverem em segurança, criou boas condições para as empresas se sediarem e criarem postos de trabalho e criando riqueza também através do pagamento de impostos. -----

----- E é por isso que votou a favor, com certeza que foi por isso que votou a favor todas as

propostas que por aqui passaram. Por isso, Caro Vereador, ou Vereador que esteve em representação, só temos a agradecer, só temos a agradecer essa visão. Disse.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente. -----

-----Senhora Presidente, eu fiz uma aposta com o Senhor Vice-Presidente que palavra dada, palavra não honrada numa garrafa de vinho e faço aqui outra, é que não foi o meu Vereador que votou nestas propostas todas que foram ditas, não foi o meu Vereador que está aqui presente. Portanto, eu agradeço que, pelo menos, pelo menos digam as coisas com verdade, porque vocês estão a dizer mentiras.-----

-----O Doutor Pedro Frazão não votou nessas propostas. Agora vocês são engraçados, olha, parecem a cassete Carvalhas. É, portanto, é... não, desculpe lá, é que não digam asneiras. Não digam asneiras, é que vocês estão a levar o debate político... Senhor Vereador, Vereador.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhores Deputados, não falam entre vós, não falam entre vós. -----

-----Vamos passar à votação da proposta. Senhor Presidente, pretende ainda usar da palavra? Faz favor, então.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente C.M.O.** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, o Senhor Presidente já tinha dito isto, era, perdoem-me dizer isto, era importante que os Senhores Deputados tivessem noção das figuras que fazem, que está a ser transmitido. É bom, é bom que tenham noção disso. E dizer um outro ponto, Senhora Presidente, que eu só falo para dizer isto: em nome do INOV, ou fala o Senhor Presidente ou falo eu em substituição do Presidente. Portanto, o INOV não prefere ninguém, ninguém, não prefere nem Chega, nem Evoluir Oeiras, ninguém. Nós sabemos onde estamos. Portanto, se algum Deputado



m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

diz diferente, diz apenas na sua posição pessoal. É só, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente (deverá querer dizer “Vice-Presidente). Estamos em condições de passar à votação desta proposta.”-----

----- A **Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25)** fez a seguinte intervenção: ----

----- “Senhora Presidente, eu queria responder só um minuto, se faz favor. Eu quando intervirm falei o meu nome pessoal, não falei o nome da minha bancada. É só para que isso fique bem esclarecido.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Bom, fica esclarecido que falou em seu nome pessoal. Que falou em seu nome pessoal, muito bem.”-----

----- O **Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25)** disse o seguinte:-----

----- “Exatamente. Eu tenho vontade própria, também tenho pensamento próprio e disse.”

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mas quando fala em seu nome pessoal, ainda assim tem que pedir a palavra à Mesa, e, portanto, terá de pedir a palavra à Mesa sempre que quer fazer alguma intervenção. E, portanto, podemos passar à votação desta proposta.”-----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento

Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e João Gil de Almeida Gameiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com um voto contra do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----As Senhoras Deputadas Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva e Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 179/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 1047/25 – DPOC - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quarenta e sete barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número vinte e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e seis de novembro, e deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com um voto contra do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar o percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento, sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Concelho de Oeiras, face à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a aplicar para o ano de dois mil e vinte e seis, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Vamos passar agora à proposta número cinco.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1108/2025 - GCAJ – relativa à Alteração do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais Aplicáveis a Impostos do Município de Oeiras - Aprovação final (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Portanto, é a proposta número cinco. -----

----- Quem pretende inscrever-se para falar sobre esta questão do regulamento? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). Quem mais? António Moita (INOV25). Mais, quem mais

pretende inscrever-se? Senhor Deputado João Santos (CDU), mais alguém pretende inscrever-se? Francisco O'Neill (CH), Anabela Brito (IL), Sílvia Marques (PAN), Jorge Rato (PS). Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Estamos então na proposta de alteração do regulamento de atribuição de benefícios fiscais aplicáveis a impostos que foi implementado em julho de dois mil e vinte e três. Ora, diz a proposta que nós temos em análise que o Município de Oeiras pretende adicionar uma redução da taxa do IMI às famílias que residem em Oeiras e que detenham o imóvel para habitação própria permanente, criando uma progressividade no imposto. Uma pena que não se tenham lembrado desta progressividade na proposta um da Ordem de Trabalhos e escusávamos de ter hoje duas propostas, uma que aumenta e outra que diminui com alguns critérios. Também diz a proposta que, por norma a garantir o efeito útil dos benefícios ora propostos, a sua aprovação requer urgência e celeridade, propondo abdicar da fase de consulta pública à população e assim propõe a alteração do regulamento. Várias etapas. Quando nós queremos alterar ou fazer um regulamento novo, temos que cumprir o Código de Procedimento Administrativo, que indica que temos que fazer um procedimento, consultar os interessados, fazer consulta pública até à aprovação final, que depois é votada na Câmara e na Assembleia. O que nós vemos aqui é uma proposta de corre, corre, corre que precisamos despachar isto na mesma reunião em que votamos o IMI para a taxa máxima e, portanto, isto fica aqui claramente e muito óbvio. -----

-----Colocam-se assim duas questões fundamentais. Primeira questão, era esta a única forma de alterar a taxa do IMI? E começando por esta questão, a resposta é não. Não era a única forma, mas a pressa foi tal que nem sequer leram integralmente o regulamento que pretendiam alterar, ficaram pelo artigo sétimo, mas ignoraram o décimo sétimo, que é muito claro ao afirmar que as taxas de redução previstas no presente regulamento podem ser objeto de atualização por



n

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

deliberação anual da Assembleia Municipal e, portanto, bastaria uma deliberação na Câmara e aqui na Assembleia e o assunto ficava resolvido. -----

----- Portanto, das duas, uma, ou não leram o regulamento ou entenderam que esta cláusula era ilegal e que não poderia ser utilizada. Mas se fosse esse o caso, então o que se esperaria é que esta alteração do regulamento servisse também para eliminar uma cláusula que era irregular, o que também não acontece. E, portanto, mais uma trapalhada, mais uma vez o Grupo Político a identificar estas situações. Fizemo-lo na sede da Comissão de Assuntos Jurídicos e hoje aqui novamente. A proposta não explica em momento algum por que razão não seguiu o caminho simples e legalmente previsto no regulamento. -----

----- Segunda questão, optando por alterar o regulamento, cumpriram-se as etapas devidas e, no nosso entender, não foram cumpridas as fases de consulta pública de interessados. E para a dispensa, teria de ser justificada de forma clara e fundamentada, e mais uma vez isto também não acontece. A Câmara Municipal salta procedimentos previstos no Código de Procedimento Administrativo sem a devida fundamentação, como se o Código de Procedimento Administrativo fosse um obstáculo incómodo e não uma garantia democrática. Teria de justificar a urgência, teria de identificar a necessidade de garantir o efeito útil e isso não aconteceu. -----

----- Finalmente, a própria proposta indica que, ademais, isto estou a citar, “ademais pelos factos de o presente regulamento não originar proibições, imposições, ónus, encargos, taxas, condutas ou quaisquer outras formas de atuação imputáveis aos particulares, entende-se não serem em momento algum colocados em causa os direitos e interesses legalmente protegidos pelos cidadãos.” E aqui estamos precisamente a falar de uma taxa, o que cria uma desigualdade e a população teria sim todo o direito a participar numa consulta de interessados. E, portanto, não concordamos com esta decisão. -----

----- Eu pergunto e temos aqui o Vice-Presidente, ainda não temos o Senhor Presidente, mas eu pergunto: Então, e quem não tem filhos porque não pode? Então, e quem tem crianças em

casa que não são seus filhos e são de outros relacionamentos? Então, o que é que se diz das pessoas que optam por não ter filhos ou ter apenas um precisamente pela consciência de carência económica? É justo que sejam penalizados face a famílias que têm muitos filhos, precisamente em alguns casos por serem famílias com mais posses? É justo isto? Talvez não seja justo. E é exatamente isso que a consulta da população não é um detalhe burocrático. É um instrumento que abre horizontes, evita injustiças e melhora as decisões políticas com base na opinião de todos. ---

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado.-----

-----Percebe-se agora de uma forma mais clara porque é que as forças políticas não quiseram discutir este ponto ao mesmo tempo que abordámos o tema da alteração da taxa para o IMI. Porquê? Porque esta proposta põe de forma clara e a nu, de forma transparente, que tudo aquilo que disseram relativamente ao IMI não é um facto. É através desta proposta, é através dos benefícios fiscais que estão propostos, que se pretende implementar as tais medidas de justiça social para a aplicação da taxa. E estas medidas são as medidas que já foram aqui suficientemente explicadas e debatidas aquando da discussão da alteração da taxa, mas são as medidas que permitem que o impacto desta alteração seja um impacto nulo ou quase nulo para a maior parte das pessoas e não seja nulo nem quase nulo, pelo contrário, ter uma incidência na casa dos oito a nove milhões de euros para os proprietários, para as empresas que são proprietárias e que vão ter que pagar este imposto. E, portanto, é absolutamente claro que o Estatuto dos Benefícios Fiscais é indissociável da proposta de alteração da taxa para o IMI. É absolutamente claro que se pretende ir buscar receita onde ela pode ser paga e privilegiar mais uma vez aqueles que têm necessidades,



n

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

necessidades de carácter social e que vão ficar protegidos, por um lado, da aplicação desta taxa e, por outro lado, através da existência de um conjunto de outros benefícios que já existiam antes e que continuarão a existir em virtude da possibilidade de aumentar esta receita. Ou seja, este estatuto de benefícios fiscais, ou a proposta de alteração dos estatutos de benefícios fiscais, é coerente com a política fiscal que a Câmara desenvolveu, é coerente, como o Senhor Presidente aqui disse, com as quatro possibilidades que estão ao seu alcance de angariar receita e é feita com um único intuito. E o intuito é o mesmo de sempre: contribuir para o desenvolvimento, contribuir para a equidade, contribuir para o equilíbrio entre todos. É isso que a Câmara Municipal tem feito. É isso que com estas alterações continuará a ser feito. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado João Santos (CDU), faz favor.”

----- O **Senhor Deputado João Santos (CDU)** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Efetivamente, do nosso ponto de vista, há aqui uma relação entre a discussão do que já tivemos do IMI e a alteração ao regulamento. Do nosso ponto de vista, nós percebemos, como já dissemos, que o IMI possa ser atualizado para a taxa máxima, tendo em conta os critérios de justiça fiscal e de, no fundo, taxaçaõ daqueles que podem efetivamente pagar, aqueles que têm propriedades com maior valor. As compensações que poderão ser aqui aplicadas, seja através deste instrumento do regulamento ou na própria formulação do imposto, é que nos parecem também ainda insuficientes e não propriamente enquadradas numa lógica de justiça fiscal, como nós a entendemos. Isto porquê? Aquilo que é proposto é uma redução com base no número de dependentes, portanto a dimensão do agregado familiar. -----

----- Entendemos que esse critério já está presente noutras formas de intervenção fiscal que o Estado tem ao seu dispor e também é feito através das políticas próprias, seja do Município, seja

dos outros instrumentos também que o Estado tem de intervenção. Novamente, a redução percentual do IMI, tendo em consideração, ou tendo como critério os dependentes, vai continuar a incidir sobre uma injustiça fiscal, que é do valor do imóvel e não propriamente aquilo que é a constituição do agregado familiar. Por exemplo, entendíamos como mais justo a aplicação do IMI familiar, que era uma redução fixa e que tinha a ver com, enfim, “per capita”, por cabeça no agregado familiar, havia um valor fixo, umas sapatilhas custam o mesmo para qualquer criança, se neste caso se forem dependentes. A isenção que é aqui aplicada é naturalmente diferenciada em valor, em função do valor do imóvel. Ou seja, quem tem um valor de imóvel mais elevado vai ter uma isenção também maior, independentemente da sua condição familiar. -----

-----E, portanto, eu acho que estas compensações, esta compensação que é feita através do regulamento, verdadeiramente não substitui o carácter de justiça fiscal que nos parecia aqui importante manter e, por isso, também não podemos acompanhar este regulamento, esta alteração ao regulamento. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), faz favor.”-

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, relativamente ao conteúdo material da proposta, antes de entrarmos aqui no campo das ofensas e seus apoiantes sem rosto, não deixa de ser questionável um aumento proposto em sede de IMI para zero quarenta e cinco há algumas semanas, ora aprovado, e agora isenções em abono das famílias. Pergunto se há algum milagre natalício, incoerência ou esquema político. O Grupo Municipal do Chega começa a deixar por recordar a lei setenta e três de dois mil e treze, de três de setembro, que estabelece a concessão de benefícios fiscais pelas Autarquias Locais que deverá obedecer a critérios genéricos, objetivos e conforme o princípio da igualdade tributária. É precisamente neste ponto que a proposta aqui apresentada



2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

enferma de um vício essencial grave. A criação das reduções adicionais em sede de IMI baseadas exclusivamente na composição do agregado familiar introduz uma discriminação fiscal injustificada entre munícipes em situação comparável, violando frontalmente o princípio da igualdade nos termos do artigo treze da Constituição.-----

----- A título exemplificativo, um casal sem filhos beneficia de redução. Um munícipe solteiro não beneficia. Um idoso que vive sozinho não beneficia. Um cidadão impossibilitado de ter filhos por razões de saúde não beneficia. Um cidadão sozinho com atestado multiusos por deficiência superior a sessenta por cento não beneficia. Esta diferenciação não encontra suporte objetivo, razoável e ético, Senhora Presidente. Uma família com três filhos, cinco filhos, dez filhos também é penalizada, tendo em atenção que serão estes contribuintes, essas crianças que iriam pagar as nossas reformas e aqui são esquecidos os sacrifícios dos pais. Um casal com filhos, ambos detentores de deficiência também são penalizados com a justiça que, todavia, deveria imperar, tudo no mesmo saco. Certo que agora o Doutor Isaltino ou o Senhor Vice-Presidente vai certamente referir o artigo cento e doze A do código do IMI que já prevê as reduções e função da existência de dependentes, a carga, etc.-----

----- Contudo, para nós Chega, não chega, não chega. Como pai de seis filhos, afirmo que a natalidade e o apoio às famílias se combate com salários dignos, habitação acessível, estabilidade de vida e serviços públicos eficientes e não com medidas simbólicas em sede de IMI e de propaganda fiscal como aqui propostas. -----

----- Por essas razões, o Grupo Municipal de Chega não acompanha a presente proposta de alteração do regulamento e atribuição de benefícios fiscais, não por falta de sensibilidade fiscal, não por falta de sensibilidade social, mas pelo excesso de irresponsabilidade humana e política.--

----- No plano do procedimento administrativo, a Câmara Municipal invoca esta urgência relativamente a esta proposta para dispensar a audiência dos interessados, abordou-se aqui na Comissão de Assuntos Jurídicos o artigo cem número três, procedeu-se, todavia, a um consenso

que, pelo novo Código Procedimento Administrativo, havia uma unificação e reforço dos princípios estruturantes do procedimento administrativo, designadamente ao direito da audiência prévia que ficou agora, digamos, diluído pelos outros artigos. -----

-----Mas seriamente o Chega defende a legalidade, a igualdade fiscal, a responsabilidade orçamental, o respeito aos contribuintes, a ética, especialmente em abono das famílias que estão a pagar a vaidade de Oeiras. Perante tudo isto, iremos votar contra.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”

-----**A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Nesta minha intervenção sobre este tema, eu gostaria de contar uma história. E então, a história é a seguinte: há uma reunião de Câmara onde é apresentado um aumento de IMI. Há uma oposição que foi bastante veemente e há uma lembrança do Senhor Presidente de então vamos resolver a coisa com os benefícios fiscais. Pronto. E então surge este regulamento, esta alteração ao regulamento. Ora bem, esta alteração ao regulamento, este novo regulamento foi objeto de análise em Comissão dos Assuntos Jurídicos, exatamente porque foi tão apressado que foi necessário dar-lhe um carácter de urgência, e esse carácter de urgência vai retirar a audiência aos interessados. De qualquer forma, foi analisado e em sede de Comissão chegámos à conclusão que, apesar da substância, da razão não ser suficientemente forte, mas que se podia aplicar e em termos jurídicos estava em condições de vir a esta Assembleia.-----

-----Ora, depois analisando o regulamento, realmente é assim, quem tem um filho tem desconto, quem tem dois, quem tem três, quem não tem, tem um desconto mínimo, mas estamos a esquecer aqui de uma grande franja. Oeiras é o Concelho mais envelhecido da Área Metropolitana de Lisboa. E as pessoas que têm casa própria, que como nós sabemos a população portuguesa para aí setenta por cento tem casa própria... e as pessoas que têm casa própria que têm



n

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mais de sessenta e cinco anos, que já não têm filhos dependentes, como é? Muitas delas com pensões bastante baixas, foram tidas em conta? Não, outras situações não foram tidas em conta. Ora bem, realmente o que acontece é que o Executivo está muito viciado na despesa e precisa de ter inputs e de ter receitas. E é isso que acontece. E depois tenta arranjar aqui um regulamento, alguns benefícios. Ora bem, estavam previstos dezoito, uma arrecadação de dezoito milhões. Estes benefícios vão fazer com que haja uma diminuição de quatro milhões, apenas de quatro milhões. O número de famílias que vão ser impactadas por este aumento do IMI é muito, muito grande e o regulamento não é genérico, não abrange todos. Portanto, foi uma situação à pressa e arranjada para mitigar minimamente o aumento de IMI. Disse. -----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.”-----

----- A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- O debate que agora fazemos em torno do chamado pacote fiscal exige, antes de mais, clareza para com os munícipes. -----

----- O que está em causa não é apenas uma alteração regulamentar, mas a forma como esta opção política é apresentada e compreendida por quem, no final, vai pagar o imposto. -----

----- É um facto que o Município de Oeiras opta por aplicar o IMI no limite máximo legal. Isso significa, objetivamente, que todas as famílias proprietárias vão pagar mais imposto em dois mil e vinte e seis. Este é o ponto de partida e deve ser assumido sem rodeios. Sobre esse aumento, são agora introduzidos mecanismos de redução para famílias, que atenuam o impacto em determinados agregados. Estes mecanismos têm uma dimensão social positiva e não devem ser desvalorizados. No entanto, importa ser claro: não estamos perante um verdadeiro benefício, mas

perante uma mitigação de um aumento previamente decidido. -----

-----Para o PAN, a questão central não é semântica - é política. Chamar “apoio às famílias” a uma medida que resulta da necessidade de compensar um agravamento fiscal é, no mínimo, discutível. E essa distinção deve ser feita com honestidade para com os munícipes.-----

-----A fiscalidade local deve ser uma ferramenta ativa de justiça social, previsível e transparente, e não uma sucessão de decisões que primeiro agravam a carga fiscal e depois aliviam parcialmente os seus efeitos. -----

-----Valorizamos o facto de o processo ter incluído a audição das Juntas de Freguesia, algumas das quais alertaram para a necessidade de maior progressividade e faseamento. Essas preocupações são pertinentes - e não ficam plenamente respondidas nesta proposta. -----

-----O PAN entende que uma política fiscal municipal responsável deve:-----

-----proteger efetivamente as famílias, sobretudo as mais vulneráveis; -----

-----promover a habitação acessível, a reabilitação urbana e a eficiência energética; -----

-----e assentar numa comunicação clara, honesta e antecipada das opções fiscais. -----

-----O que não podemos aceitar é que um agravamento generalizado do IMI seja apresentado como um benefício, quando na prática representa um esforço acrescido para as famílias, ainda que mitigado em alguns casos. -----

-----Por estas razões, o PAN vota contra esta proposta, não por rejeitar a ideia de justiça fiscal, mas precisamente porque entende que ela não é plenamente alcançada neste modelo. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Compreendendo a forma escandalosa como a Câmara estava a agravar o IMI em cinquenta por cento, os génios de serviço inventaram a narrativa subjacente à proposta em discussão! -----

----- Lê-se na Proposta, e passo a citar, “Considerando que o bem-estar social constitui um valor essencial para o Município de Oeiras, entende-se ser de reforçar o apoio às famílias...”; e lê-se também que “... o Município de Oeiras pretende adicionar uma redução da taxa de IMI às famílias que residem em Oeiras, que detenham o imóvel para habitação própria permanente, criando uma progressividade no imposto consoante o agregado familiar, no sentido de amenizar a carga tributária das famílias face aos impostos a prever em dois mil e vinte e seis”. Repito: “no sentido de amenizar a carga tributária das famílias face aos impostos a prever em dois mil e vinte e seis”. -----

----- Para os mais distraídos, estas afirmações, podem colocar a dúvida acerca de quem é o verdadeiro responsável pelo aumento brutal do IMI e de quem é o responsável pela “carga tributária das famílias face aos impostos a prever em dois mil e vinte e seis”. Será a conjuntura económica nacional ou mundial? O Governo, a Assembleia da República? -----

----- Não, Senhoras e Senhores Deputados! -----

----- O único responsável pelo agravamento da taxa de IMI, inicialmente de zero vírgula trinta para zero vírgula quarenta e cinco - em cinquenta por cento, portanto - é o Presidente Isaltino de Moraes e a maioria do INOV. -----

----- Não há volta a dar! Esta proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais não resolve o problema! É uma solução esfarrapada! Com uma mão, a câmara agrava o IMI em dezoito Milhões de Euros e com a outra, como se fosse exatamente a mesma coisa, vem devolver cerca de quatro Milhões! -----

----- Que benemérito que é Isaltino de Moraes! Sempre atento aos nossos concidadãos! -----

----- Em particular aos que têm famílias mais numerosas, mas esquecendo a larga maioria

dos Oeirenses:-----

-----Os proprietários à força, porque nas últimas décadas do século vinte, quem queria um teto tinha de o comprar;-----

-----os idosos com parcas reformas e em particular os viúvos;-----

-----as famílias monoparentais e os desempregados;-----

-----os agregados com parcos rendimentos, que ainda assim são, veja-se a blasfémia, proprietários.-----

-----Diz o povo que “Com papas e bolos, se enganam os tolos!” Por isso é preciso dizer de forma nua e crua que este Presidente e esta Maioria escolheram o caminho mais fácil, mas que piora a vida dos Oeirenses!-----

-----O Partido Socialista não pactua com esta postura, e vota contra!-----

-----Muito obrigado.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

-----Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra?”-----

-----**O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Começando por me manifestar espantado de ver a crítica subjacente às políticas dos governos socialistas por parte do Senhor Deputado Rato (PS). Ficam consigo as suas palavras, porque se os portugueses foram forçados a comprar casa, é porque os governos sucessivos os empurraram a isso, portanto, é lamentável que mais tarde depois venha condenar desta forma os governos socialistas.-----

-----Agora, pondo a discussão nos termos corretos.-----

-----Senhor Deputado João Santos (CDU), dirijo-me a si, Senhora Presidente, com a sua licença, porque levo-o normalmente a sério, nós já nos conhecemos há algum tempo, levamo-nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a sério. A proposta que nos traz do IMI familiar é cumulativa com esta. Ao IMI familiar, ao desconto do IMI familiar, legalmente já previsto, soma-se este benefício fiscal. Portanto, era isto que eu lhe queria dizer para começo de conversa. -----

----- Sobre aquilo que a Deputada Sílvia Marques, do PAN, disse, porque disse coisas importantes. Senhora Deputada, nós não podemos olhar para esta proposta de modo simplificador. Eu não respondo à maior parte das bancadas, porque não creio que estejam de espírito livre em relação a isso. -----

----- Permitam-me, o Senhor Presidente fez alusão aos estudos. Nós começámos a fazer estes estudos em dois mil e vinte e três. O primeiro resulta aqui em dois mil e vinte e quatro. O segundo em dois mil e vinte e cinco. Peço imensa desculpa, sei que Vossas Excelências gostam, perdoem-me dizer isto, do nos tratar mal e de se tratarem mal uns aos outros, mas esta proposta não caiu do céu. Caiu do estudo. Estes estudos têm a ver com duas ou três dúvidas que nos assolaram o espírito ao longo dos anos. Um: quem pagam IMI e quem está a beneficiar do IMI baixo que estamos a aplicar. Dois: estamos a receber o IMT que devemos? Ainda não conseguimos chegar ao IMT, mas ainda vamos conseguir descobrir isso, porque nós duvidamos muito da autoridade tributária, permitam-nos dizer isso, porque nós não recebemos os dados. Se Vossas Excelências põe em causa muitas vezes a transparência do Executivo Municipal, gostava que tivessem a experiência de sentir o que nós sentimos na opacidade da nossa relação com algumas instituições. Porque quando nós recebemos uma transferência de IMT questionamos a que é que se refere aquele IMT e a resposta é nula. Gostávamos de saber, tal como gostávamos de saber do IMI. Ao IMI conseguimos chegar, e conseguimos chegar ao IMI percebendo, e eu falo sobretudo para Vossas Excelências, que estávamos a gerar uma poupança significativa em fundos imobiliários e banca (sobretudo isto, fundos imobiliários e banca). Até porque se Vossas Excelências tiverem atenção, quem comprou os lotes grandes nos últimos anos..., na sequência da crise de subprime os bancos ficaram com uma carteira imobiliária que mais tarde foram vendendo.

Os grandes lotes a quem foram vendidos? Numa primeira fase a fundos, a fundos especulativos e são esses fundos que ainda estavam a beneficiar da redução do IMI. Banca, fundos, investimento imobiliário. Como é que nós podemos fazer ao mesmo tempo uma coleta justa de IMI e fazer pagar quem deve pagar? É isto que está por trás disto. Como é que fazemos pagar quem deve pagar? Porque tenho quase a certeza de que boa parte de vocês, exceto alguns, quererão colocar a fatura do IMI em quem deve pagar o IMI. Pelo menos todos nós temos algum consenso sobre isto. Quando vem um fundo imobiliário que compra muitas vezes especulativamente uns lotes grandes, queremos que paguem um mínimo de IMI? Nós não queremos. Nós não queremos. O Senhor Presidente disse há pouco “não sou liberal em termos económicos”. Nós somos sociais-democratas. Como é que conseguíamos fazer isto? Na conjugação da subida do IMI, com a criação ou a alteração do regulamento de benefícios fiscais. Naquela reunião de Câmara, o Presidente disse, está na Ata, que viria mais tarde o regulamento de benefícios fiscais. Não ficou pronta a proposta e o regulamento de benefícios fiscais não podia ser levado em mão. Naturalmente... Quando é que foram as eleições? Em outubro. Acham que.... Criticam-nos porque foi feito à pressa, dava tempo? Dava tempo ter sido antes? Conseguimos ter o orçamento pronto a horas, da Câmara, e dos SIMAS virá cá nos próximos dias. O PDE , o pacote fiscal, este regulamento também. Acham que isto não deu trabalho? Que chegámos aqui por geração espontânea? Portanto, peço imensa desculpa dizer-vos isto, o que está por detrás destas propostas é pragmatismo puro e simples. Temos de ir buscar a coleta, desonerando ao máximo possível as famílias. A forma que encontrámos foi através dos dependentes. Por alguma razão o Presidente disse que encontrou um membro do Governo ligado às Finanças no congresso da ANMP, que lhe disse que gostava de introduzir alterações ao IMI a partir do escalão de rendimento. Já viram que é curioso, toda a gente diz: “então e uma família pobre que tem muitos dependentes, ou uma família pobre que não tem dependentes, não tem desconto? Então e um banqueiro que tenha seis filhos? Não está a receber a dedução?” Nós não percebemos? Claro que percebemos. Claro, mas nós não conseguimos ainda



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

introduzir o elemento de equilíbrio ali. Não podemos, a lei não nos permite ainda. Nós fomos tão longe quanto a lei nos permitia ir. Não consigo dizer isto de modo mais transparente e de modo mais claro. Tentámos colocar a pagar IMI quem devia pagar, isentando ou dando benefícios fiscais, como podíamos através do regulamento. É uma forma de equilíbrio. É uma forma de equilíbrio, só isso. -----

----- Agora, para terminar, permitam-me que eu vos diga: a ansiedade, o Senhor Presidente costuma dizer isto, a ansiedade na política mata. Estavam todos muito ansiosos com a subida do IMI, quando o Presidente disse na reunião de Câmara que tinha a proposta de benefícios fiscais para apresentar, que iria equilibrar na nossa opinião. Na nossa opinião... Todo este foguetório que possam criar com o aumento de IMI, quando vier a fatura o foguetório é muito menor. E garanto-vos a todos, quando as creches, as obras nas escolas, quando os equipamentos nascerem, estará mais que justificado e será socialmente muito mais justo do que termos o IMI, ou não termos a coleta do IMI para estarmos a beneficiar fundos especuladores e banca. São opções políticas, nós fizemos a nossa. Seremos julgados, naturalmente, por isso. Este foi o caminho que nós optámos, que acreditámos ser o mais justo. -----

----- É só, Senhora Presidente.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse:-----

----- “Obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

----- Faça favor.”-----

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) perguntou o seguinte:-----

----- “Apenas para perguntar ao Senhor Vice-Presidente, que esses fundos comprem terrenos. Esses terrenos são para quê? Ficam na carteira deles? São para revender, ou eles constroem? E qual é o regime fiscal nesses casos? -----

----- Obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado Jorge Rato (PS), também queria...?”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte:-----

-----“Sim, Senhora Presidente. Muito obrigado. -----

-----Para dizer ao Senhor Vice-Presidente que quando se pretende aumentar o IMI para os fundos e a banca e manter o IMI fixo para as famílias, ou não o agravar, não é passando de trinta para zero quarenta e um nas famílias sem filhos. E foi isso que vocês fizeram. Então encontravam uma forma para colocar no regulamento que permitisse que a situação se mantivesse idêntica há que era no passado. Portanto, é uma falsa questão, isso é manifestamente o “chutar a bola para a frente”. E digo-lhe uma coisa, Senhor Vice-Presidente, talvez no dia em que eu vir uma galinha com dentes lhe dê razão. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Faz favor.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte: -----

-----“Só para dizer à Senhora Deputada da Iniciativa Liberal que eu não tenho empresas especuladoras, não me relaciono nesse mundo, portanto, não conheço. -----

-----É só, Senhora Presidente.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, Senhora Deputada.” -----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) observou o seguinte:-----

-----“Mas deve saber qual é o regime de IMI nesses casos, para saber se cobra ou não cobra.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----



n

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, podemos passar à votação da proposta?” -----

4.5.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com dez votos contra, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e João Gil de Almeida Gameiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo

de Vasconcelos Cardoso Pereira).-----

-----Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e Alexis Godinho Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 180/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 1108/25 - GCAJ - ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS APLICÁVEIS A IMPOSTOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - APROVAÇÃO FINAL**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil cento e oito barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em cinco de dezembro, e deliberou por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com dez votos contra, sendo três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, aprovar o projeto de alteração ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais Aplicáveis a Impostos do Município de Oeiras, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Dez votos contra e duas abstenções. Vinte e um votos a favor. Portanto, está aprovada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

por maioria esta proposta. -----

----- Sim, faz favor.” -----

4.5.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Não fui a primeira a pôr o braço no ar, não sei se..., é indiferente. Obrigada. É para efeitos de uma declaração de voto. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras opta por se abster na votação desta proposta, não por considerar que primeiro esta proposta não pode ser de todo dissociada da proposta de aumento do IMI para a taxa máxima de zero quarenta e cinco, proposta e aprovada hoje pelo Grupo Político INOV que suporta a maioria do executivo municipal.-----

----- É de lamentar que a Câmara Municipal de Oeiras esteja a rever à pressa um regulamento sem cumprir as regras do Código de Procedimento Administrativo unicamente pela pressa de a aprovação ser feita em simultâneo com o aumento do IMI, fruto da Proposta mil e quarenta e quatro/dois mil e vinte e cinco. -----

----- É ainda de discordar do seu objetivo declarado, das fragilidades substantivas e procedimentais que identificámos ao longo da nossa intervenção. Desde logo, esta alteração do regimento falha no cumprimento da fase legal de consulta de interessados, sem que tenha sido apresentada qualquer fundamentação clara e consistente para a sua dispensa, em violação do CPA.

----- A urgência que é invocada não é demonstrada e resulta, não da urgência da sua implementação, mas em grande medida, de opções políticas da própria Câmara Municipal, designadamente o aumento do IMI para a taxa máxima votada hoje, eventualmente por exigências de empréstimo contraído recentemente. Não justificam qual a razão do processo não ter sido preparado com antecedência dado que a calendarização do IMI é conhecida desde sempre, e Isaltino Morais diz que anda a estudar o aumento do IMI há dois anos e que tem os estudos, como pudemos ver. Acresce que, como já assinalámos na intervenção inicial, a proposta não responde às desigualdades que produz e aprofunda, tratando de forma uniforme realidades sociais e

económicas muito distintas, sem mecanismos de correção ou justiça social. -----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras nunca estará de acordo com uma proposta que permite grandes banqueiros, como o Senhor Vice-Presidente disse, com seis filhos, receberem uma isenção maior do que solteiros sem descendentes.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL) faça favor. É também para declaração de voto?”

4.5.1.2. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Uma declaração de voto, sim Senhora Presidente. Muito obrigada.-----

-----O nosso voto é contra esta proposta de alteração ao regulamento de benefícios fiscais aplicáveis ao IMI. Para nós, liberais, menos imposto é mais liberdade. -----

-----O que está hoje em discussão, não é apenas um regulamento, é uma escolha política sobre o papel do Estado na vida das pessoas. Os impostos devem ser simples, previsíveis e iguais para todos. A criação de reduções seletivas dependentes de composições familiar, ou outra qualquer, rompe com o princípio de neutralidade fiscal.-----

-----O liberalismo defende que o Estado não deve premiar ou punir escolhas privadas, mas sim respeitar a liberdade de cada cidadão. O caminho certo não é multiplicar exceções e burocracias. O caminho certo é reduzir globalmente o IMI para todos os municípios, garantindo simplicidade, previsibilidade, justiça e reforçar a independência dos municípios em relação ao poder político. O caminho certo seria uma redução transversal do IMI para todos os contribuintes sem exceções, acompanhada de rigor na gestão das despesas.-----

-----Assim, votamos contra porque defendemos neutralidade fiscal e igualdade de tratamento, menos despesa supérflua, mais rigor na gestão municipal e respeito pela liberdade dos cidadãos. -- -----



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- O Senhor Deputado Balcão Vicente (INOV25) queria usar da palavra?” -----

----- O Senhor Deputado António Vicente (INOV25) pediu o seguinte esclarecimento: -

----- “Senhora Presidente, só para pedir uma informação. Gostava de saber quem foram os senhores deputados que se abstiveram na votação.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) disse o seguinte: -----

----- “Evoluir Oeiras.” -----

----- O Senhor Deputado António Vicente (INOV25) pediu o seguinte esclarecimento: -

----- “Exatamente, sim. Obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Dois deputados do Evoluir Oeiras abstiveram-se. -----

----- Muito obrigada. -----

----- Então poderemos passar ao ponto seis.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1064/2025 – DMOTDU/DOTPU/DOT – relativa ao Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos (PPEPA) (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, querem... João Santos (CDU), mais alguém? Filipe Martins (IL) e Filipa Lourinho (CH). -----

----- Faz favor, Senhor Deputado João Santos (CDU).” -----

----- O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A minha intervenção seguirá aqui alguns pontos que eu depois também colocarei em

declaração de voto, desde já fica a nota e, também, desde já, saudar a equipa do planeamento urbano da Câmara Municipal que está connosco aqui e que, desde já também saúdo. Até porque esta proposta, parece-me que, ao contrário das duas seguintes ou dos âmbitos das duas propostas seguintes que vamos discutir, parece-me ser um contributo interessante para a estruturação do território de Paço de Arcos. -----

-----De facto, atendendo a que se trata de uma área de intervenção que se situa sem uso estruturado e carente de articulação urbana entre a zona empresarial de Paço de Arcos e os Bairros do Alto da Loba e da Quinta do Torneiro; também que se enquadra nos instrumentos de gestão territorial em vigor e sem condicionantes de natureza e importância que obstem à sua ocupação; que o processo de concertação entre entidades competentes não obistou à solução urbanística proposta; e ainda reconhecendo que se trata de uma proposta que apresenta um desenho urbano consistente e assente numa estrutura clara de espaço público, onde se inclui um parque urbano de dimensão considerável, diversos espaços verdes de utilização coletiva integrados, quer em domínio público, quer em domínio privado; e ainda um sistema de arruamentos arborizados e ordenadores da estrutura edificada; que a programação e composição de usos está alinhada com uma lógica coerente de promoção de atividades económicas e de serviços, complementada e equilibrada com hotelaria, equipamento coletivo e, em particular, com habitação (parte dela de iniciativa municipal - cento e quarenta e cinco votos); e ainda que a rede de espaços promove uma correta articulação com os tecidos urbanos adjacentes, votamos nesse sentido favoravelmente a proposta de Plano de Pormenor que é apresentada. Não deixando, contudo, de fazer uma chamada de atenção para a necessidade fundamental de uma oferta robusta de transportes coletivos com elevados níveis de serviço, frequência e conexão territorial, da construção das infraestruturas gerais envolventes como a VLS e de novas passagens sobre a ACinco, bem como da diversificação de ofertas comerciais e de usufruto coletivo que promovam a articulação com as comunidades envolventes.-----



n

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Tenho pena que o Senhor Presidente já não esteja aqui, mas começo por ser claro, Oeiras precisa de polos empresariais qualificados, precisa de espaço para boas empresas, para serviços de maior valor acrescentado e para emprego qualificado.-----

----- Neste sentido, o Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos responde a uma necessidade real do Concelho e a uma ambição que temos vindo a afirmar. Mas essa ambição traz consigo uma exigência; este tem de ser um polo empresarial de nova geração. Nos anos noventa foram os parques empresariais mono funcionais pensados apenas para o trabalho, desligados da cidade e da vida urbana, espaços que funcionam durante o dia, mas que à noite se transformam em ilhas sem vida como alguns que ainda temos, e se transformaram em guetos empresariais. O nosso século trouxe os polos empresariais integrados na cidade e alinhados com os conceitos das cidades de quinze minutos onde trabalhar, viver, consumir, circular e usufruir do espaço público fazem parte de todo o território.-----

----- A mistura de usos prevista neste plano é um sinal positivo, mas a integração não se faz apenas com desenho urbano, faz-se também com políticas coerentes. Não basta criar solo para empresas e, ao mesmo tempo, o Município continuar a tratá-las sobretudo com uma fonte de receita. Um polo empresarial de nova geração exige também uma política fiscal previsível e competitiva. Promover novos espaços empresariais e, em paralelo, manter uma lógica de cobrança máxima é uma contradição que fragiliza a ambição do plano. As nossas reservas mantêm-se igualmente quanto às acessibilidades e à execução no tempo certo. Um polo desta dimensão só

será bem-sucedido se as condições de mobilidade e de ligação envolvente acompanharem o ritmo de ocupação, caso contrário, o risco não é teórico, vai ser sentido no dia a dia. -----

-----Dito isto, entendemos que este Plano representa uma oportunidade importante para Oeiras, votamos favoravelmente porque acreditamos no reforço da base económica do Concelho.

-----Mas fazemos esse voto com reservas claras e com uma expectativa exigente: que este não seja mais um parque empresarial do passado, mas sim um espaço urbano, vivo, integrado, competitivo e coerente no território, na mobilidade e na fiscalidade. É essa exigência que acompanha o nosso sentido de voto e a nossa vigilância futura.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Agradeço a palavra, Senhora Presidente. -----

-----Uma política de habitação séria começa por uma pergunta básica. Os oeirenses conseguem viver na sua própria terra? Parece-nos que para os jovens e para a classe média torna-se cada vez mais difícil por ser um dos concelhos mais caros do país. E isso porquê? Porque esta estratégia de atrair multinacionais e parques tecnológicos criou sim, muitos empregos, mas também atraiu altos quadros, o que inflaciona o custo de vida local, desde o café até à habitação.

-----Por outro lado, notamos que este projeto teve o parecer negativo por parte da Agência Portuguesa do Ambiente. Senão vejamos: foi dado um insuficiente, porque a zona é atravessada por uma linha de água, um braço da ribeira de Porto Salvo que é parcialmente abrangida pela estrutura ecológica complementar, incluindo o corredor verde de ligação que defende precisamente os ecossistemas de fauna e a flora e a qualidade ambiental. Foi dado também um insuficiente porque há efetivo risco de inundação e este pode ser um fator crítico. E foi dado também um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

insuficiente, porque já por ali passam doze carreiras da Carris e haverá aumento de tráfego e de emissões. Portanto, haverá efetivo agravamento de poluição sonora e do ar. Por isso, impõe-se a pergunta: qual o limite político para a densificação? -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras reconhece que o Plano de Pormenor procurou melhorar alguns aspetos do seu desenho ao longo do processo. Mas mantém fragilidades estruturais profundas, e que são inseparáveis da dinâmica do betão e do alcatrão que tem marcado toda esta área de Paço de Arcos e também a atuação do Município. -----

----- Estamos hoje a discutir uma proposta que vem de reunião de Câmara sem que tenha sido proferido qualquer comentário político, quando temos um Plano de Pormenor que contou com sete pareceres condicionados e um parecer negativo da Agência Portuguesa do Ambiente. E isto não é um detalhe técnico. É um sinal de alerta.-----

----- A APA foi clara quanto aos riscos associados de impermeabilização desta área e só depois deste parecer negativo foi então incorporada uma bacia de retenção para amortecimento das cheias, com o objetivo de minimizar o risco de inundação adjacente. -----

----- A pergunta impõe-se então: porque é que tem de ser uma entidade externa a lembrar à Câmara os efeitos cumulativos da impermeabilização do solo? -----

----- Todos nós nos recordamos - e a população certamente também - dos episódios que tivemos de cheias em dezembro de dois mil e vinte e dois, ainda com esta área cem por cento permeável. A chamada rotunda dos cavalos, imediatamente a poente deste plano, transbordou (e

não foi pouco), tal era a quantidade de água que aqui aflora, proveniente de várias sub-bacias. É importante também recordar o contexto mais amplo. Esta zona do concelho tem sido sucessivamente fustigada por mais e mais construção, sempre com o mesmo denominador comum: mais betão e mais alcatrão. Tirando o Parque das Perdizes, o que é que aqui nasceu?-----

-----Um grande hipermercado Auchan, com serviços adjacentes e quase trinta mil metros quadrados impermeabilizados;-----

-----Uma bomba de gasolina em frente à Tapada do Mocho, mais dois mil e quinhentos metros de pavimento.-----

-----Um Centro de Congressos, com mais de doze mil metros impermeáveis;-----

-----A isto somam-se as áreas ocupadas pelas empresas da zona;-----

-----E ainda a obra em curso de mais um condomínio que está a ser construído no pouco espaço que sobra entre a Tapada do Mocho e os Bombeiros de Paço de Arcos.-----

-----Depois teremos ainda a Ex CNP, o Plano de Pormenor Norte de Paço de Arcos, com intenção de edificar em plena Quinta do Torneiro, e isto é uma área que está protegida no âmbito do Plano de Salvaguarda do Património Natural e Cultural do Concelho de Oeiras desde dois mil e três.-----

-----É precisamente nesta zona que devia ser então ser assegurada, com prioridade máxima, a retenção das águas, a infiltração no solo e a continuidade ecológica, ligando a Quinta do Torneiro ao Parque das Perdizes e ao Vale da Terrugem. Foi uma pena que não o tenham feito.-----

-----Mas o que temos hoje? Um Plano de Pormenor que é ele próprio uma ilha rodeada de betão, resultante das opções políticas sucessivas. O bloqueio do Parque das Perdizes por construção, que nunca deveria ter sido autorizada, é disto exemplo. Teria sido necessário alargar o âmbito do Plano para permitir um verdadeiro corredor verde e isso não foi feito.-----

-----Reconhecemos que, graças à Reserva Ecológica Nacional e à intervenção da APA, a linha de água tenha ficado a céu aberto e foi prevista uma bacia de retenção. Neste plano levanta-



v

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

se ainda outra preocupação séria: mais dois mil automóveis para esta área. -----

----- E, como tem sido habitual nos planos de pormenor desligados de uma rede estruturante de transporte público pesado, o automóvel surge quase como um “detalhe”, confiando-se que autocarros existentes e futuras ciclovias resolvam tudo - enquanto se replica um modelo viário suburbano, com vias largas, separadores centrais, rotundas atrás de rotundas e ausência de verdadeira urbanidade. -----

----- Por fim, uma nota sobre a consulta pública. Quando os participantes (já o dissemos hoje) são fundos imobiliários fechados ou grandes proprietários, há respostas cuidadas da Câmara Municipal, ponto por ponto. Quando são cidadãos, as respostas tendem a ser vagas, genéricas, agrupadas e esta diferença também não pode passar em claro.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Mais ninguém pretende usar da palavra? Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Para dizer que o Partido Socialista, na análise que faz deste Plano de Pormenor, considera que ele está bastante mais..., e que evoluiu relativamente àquilo que era inicialmente o que se pensava, e que traz-nos claramente para o debate a possibilidade, de facto, de ter de cerzir as empresas com as habitações, traz claramente para o debate e para o espaço público uma forma completamente diferente de o viver, muito mais digna, muito mais participada, muito mais construída com serviços e com espaços que possam ser, de facto, inclusivos e sustentáveis. -----

----- Parece-nos que essa é uma grande vantagem que este Plano de Pormenor traz e gostávamos de deixar claro que há uma evolução naquilo que são os parques empresariais para

este Plano de Pormenor apresentado, pois percebemos claramente que se recupera aqui um bocadinho o tempo perdido nas deslocações intermináveis que vamos tendo sempre que temos de fazer corridas entre a zona onde moramos e a zona onde trabalhamos. -----

-----Deixamos duas preocupações que gostaríamos de mais tarde ver esclarecidas, que têm que ver com a questão da mobilidade e dos transportes públicos e da garantia de que os transportes públicos vão, efetivamente, chegar a esta zona e serem capazes de prestar um serviço como se pretende que seja prestado, e ainda as questões hídricas, ou seja, tal como também já aqui levantado, as questões de segurança das bacias de retenção que, obviamente, hoje em dia têm que ser sempre asseguradas nestes Planos de Pormenor. -----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Mais ninguém pretende usar da palavra? Senhor Vice-Presidente, pretende falar sobre esta...?” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. Senhora Presidente, muito breve.

-----Há uma doença no mundo contemporâneo que é a doença da hipocrisia. Há pouco ouvíamos um discurso muito bonito sobre as empresas e nós não apoiamos, e não fomentamos a bem das empresas. Agora acabámos de ouvir que foi para ali instalar-se um supermercado, esquecendo-se que com esse supermercado veio a sede do Auchan para o Concelho. Hélas, de somenos, não tem importância nenhuma, que se criaram condições para se instalar ali a sede do Auchan. Ponto um. -----

-----Ponto dois, e isto serve para todas as propostas que vêm aqui hoje. Todas estas propostas são constantes do programa eleitoral do nosso movimento. O resultado eleitoral é conhecido. Estamos a implementar o programa eleitoral vencedor das últimas eleições, gostem ou



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não. -----

----- No mais, as dúvidas sobre a APA, eu solicito, está aqui o Senhor Diretor Municipal, ou quem o Senhor Diretor Municipal indique, com autorização da Senhora Presidente, para qualquer questão sobre o esclarecimento da questão da APA. Por favor. -----

----- Senhora Presidente, volto a dizer, o que eu disse sobre o programa eleitoral serve para todas as propostas. Nós não vamos rever a proposta que fizemos aos oeirenses com os resultados eleitorais conhecidos - e façam o favor Vossas Excelências de ir às mesas de voto dos locais onde as pessoas que moram à volta destas zonas votam e vejam os resultados. Portanto, este foi o resultado das eleições, esta é a nossa proposta e é a nossa proposta, democraticamente sufragada, que vamos implementar. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente (deverá querer dizer “Vice-Presidente”). Alguém quer questionar, algum esclarecimento que vos possa ser prestado?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Pronto, então, muito obrigada.-----

----- Podemos passar à votação desta proposta?” -----

4.6.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos

Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e João Gil de Almeida Gameiro), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com seis abstenções, sendo três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

-----Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas e Alexis Godinho Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, e António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 181/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 1064/25 - DOT - PLANO DE PORMENOR**



27

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

EMPRESARIAL DE PAÇO DE ARCOS -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e sessenta e quatro barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número cinquenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e seis de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com seis abstenções, sendo três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar o Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Temos Evoluir Oeiras, PAN, Chega, portanto, são seis abstenções. Vinte e cinco votos a favor e seis abstenções. Está aprovada por maioria.” -----

----- Passamos agora à proposta... Declarações de voto, exatamente. Faz favor.” -----

4.6.1.1. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Senhora Presidente, irei entregar uma declaração de voto para esta proposta e para as seguintes.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim, senhora. Mas faz conjuntamente, não é? Faz separado, mas apresenta no fim. Muito bem.”-----

----- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“O ponto que hoje apreciamos diz respeito à aprovação do Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos, um instrumento que visa enquadrar uma área de vocação económica e empresarial do concelho. -----

-----O PAN reconhece a importância de um planeamento claro e estruturado para zonas empresariais, sobretudo quando estão em causa fatores como a organização do território, a mobilidade, a criação de emprego e a relação com as áreas envolventes. -----

-----No entanto, planos desta natureza exigem sempre uma análise cuidada, porque as opções que hoje se fixam condicionam, por muitos anos, a forma como o espaço será utilizado, impermeabilizado e integrado no tecido urbano existente. -----

-----Para o PAN, é fundamental que este tipo de planeamento assegure equilíbrio entre atividade económica, qualidade do espaço público, mobilidade sustentável e salvaguarda ambiental, evitando soluções excessivamente rígidas ou pouco adaptáveis à evolução futura do território. -- -----

-----Foi nesta lógica de ponderação e reserva que o PAN analisou esta proposta, reconhecendo o seu enquadramento técnico, mas mantendo uma postura exigente quanto aos seus impactos a médio e longo prazo. -----

-----Assim, e por coerência com a posição que temos assumido em matérias de planeamento urbano de impacto estrutural, o PAN optou pela abstenção, sublinhando a importância de um acompanhamento atento da concretização deste plano e das opções que dele venham a resultar. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Vamos então agora ao ponto sete da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

4.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1066/2025 – DMOTDU/DOTPU/DOT – relativa à Substituição da Proposta de Deliberação n.º 605/2025 - Revogação do Plano de Pormenor do Moinho das Antas (PPMA) - Aprovação Final (os documentos relativos a esta



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão).-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Quem pretende usar da palavra sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Alguém pretende usar da palavra? Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH). Faz favor, Senhora Deputada.” -----

----- A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Agradeço a palavra, Senhora Presidente. -----

----- Mais uma vez, uma política de habitação séria começa por uma pergunta básica: os oeirenses conseguem viver na sua própria terra? Parece-nos cada vez mais difícil responder a esta pergunta de maneira positiva. -----

----- Com este tipo de estratégia onde estava prevista a construção acima do solo de três edifícios com fins habitacionais com vinte e cinco, quinze e seis andares, como se conseguiria responder que sim? Um projeto onde não tinha havido consideração pela altura dos edifícios existentes, sendo que o edifício com mais pisos mais do que duplicava em relação aos edifícios mais altos dos bairros fronteiros. Onde não se respeitavam os valores e enquadramentos paisagísticos, ou arquitetónicos relevantes. Este projeto era completamente aberrante da envolvente e desenquadrado da textura urbana já consolidada. -----

----- Não é por se dizer que se vai construir um parque urbano com jardins ou ecológico, que qualquer volumetria proposta passa automaticamente a ser justificada e a ter valorização positiva.--- -----

----- Por isso, saudamos a revogação do Plano de Pormenor do Moinho das Antas. Saudamos, porque os oeirenses merecem qualidade de vida no sentido dos direitos adquiridos dos moradores residentes. Saudamos porque o número de fogos iria triplicar e, com isso, elevar em demasia a densidade populacional já existente que é elevada. Saudamos também porque a política das vistas para o mar seria estritamente direcionada para o negócio, e isso seria desrespeitar

grosseiramente a população ali residente relativamente às suas preocupações. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Tem a palavra a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção: ----

-----“Obrigada. -----

-----Analisamos hoje a Revogação do Plano de Pormenor do Moinho das Antas, existente desde dois mil e um. A proposta é apresentada como um ato de racionalidade urbanística, sob o pretexto da criação de um Corredor Verde e Azul. Mas nada poderia ser mais enganoso. -----

-----O que vem à Assembleia é apresentado como um simples ajuste procedimental, motivado por um “lapso informático” e por recomendações da Provedoria de Justiça. Para muitos cidadãos - e para nós - esta justificação funciona como uma cortina de fumo para esconder o verdadeiro objetivo: viabilizar um novo projeto urbanístico com mais densidade, mais construção, mais pisos e menos equilíbrio. Esta proposta enganou o Chega, não engana o Grupo Político Evoluir Oeiras. -----

-----Na verdade, o que está em causa é a consolidação de uma opção política: deitar abaixo um Plano que limitava volumetrias, protegia cêrceas e o enquadramento urbano, para abrir caminho a uma Unidade de Execução que permite duas torres de quinze e de vinte e cinco pisos, a triplicação dos fogos e a criação de um produto imobiliário de luxo junto à linha de costa. Sim, vem cá mais tarde. -----

-----A análise dos documentos e das participações no processo de consulta confirma que esta revogação é, acima de tudo, uma operação política encapotada, que prepara o caminho para uma solução ainda mais gravosa para o território e para quem nele vive. -----

-----Desde logo, o resumo das ponderações feito pela Câmara ignora aspetos críticos



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

levantados por vários munícipes, como a triplicação do número de fogos habitacionais - de cento e quarenta e um para trezentos e noventa e nove - e a redução drástica da área prevista para comércio e serviços. Estes aspetos, que deviam estar no centro da análise, são simplesmente omitidos. É particularmente grave que contributos de promotores tenham sido acolhidos noutros planos, enquanto aqui os alertas dos munícipes são constantemente ignorados. -----

----- É revelador que, no resumo da informação (a partir da página cento e sessenta e cinco), a Câmara se foque exclusivamente na revogação, como se o que vem a seguir não estivesse também já pré-estabelecido: menos comércio, menos serviços e mais área bruta de construção para habitação - mais vinte e quatro mil metros quadrados - que não será a preços acessíveis. A revogação de um mau plano é inútil se for dar lugar a outro ainda pior e desadequado. -----

----- Além disso, com esta revogação perde-se uma das poucas âncoras de utilidade pública previstas no Plano de Pormenor: a futura estação ferroviária no local. A Câmara justifica esse desaparecimento com uma suposta desistência da Infraestruturas de Portugal, mas não apresenta qualquer documentação que o comprove, apesar de já ter sido pedida. A Câmara Municipal devia estar a salvaguardar, para o futuro, a preservação deste espaço e desta implementação pública. ---

----- A verdade é simples: a revogação não está a ser feita para apresentar, em simultâneo, a solução de substituição. Se os dois processos fossem votados lado a lado (tal como foi feito com o IMI), ficaria evidente que estamos apenas a trocar um mau plano por outro. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras tem alertado para os perigos das revogações parcelares e não integradas. O que se faz no Moinho das Antas e no Espargal são dois lados da mesma moeda: urbanismo feito à peça, ao sabor dos interesses dos promotores, sem um verdadeiro desenho urbano conjunto que salvguarde a malha urbana, a paisagem e a coesão social. -----

----- Defendemos que a revogação destes dois planos devia ter dado lugar a uma única Unidade de Execução, já que se situam no mesmo bairro e afetam as mesmas pessoas. Uma solução integrada teria permitido minimizar vários dos impactos em presença. -----

-----Por fim, Senhora Presidente, é absolutamente lamentável que esta revogação, inicialmente agendada para julho, tenha sido retirada e adiada para depois das eleições, sendo agora novamente agendada em pleno período natalício. -----

-----Defendemos no mandato anterior na Câmara Municipal que a revogação destes dois Planos de Pormenor deviam ter dado lugar a uma única Unidade de Execução, até porque ambas distam poucas centenas de metros uma da outra. São no mesmo local e no mesmo bairro. Uma Unidade de Execução única, apesar das densidades, teria permitido fazer diferente. -----

-----Por fim, é absolutamente lamentável que esta revogação do Moinho das Antas, que chegou a estar agendada, tenha sido hoje trazida novamente à Assembleia Municipal. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Ninguém mais pretende usar da palavra? Senhor Deputado João Santos (CDU), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

-----A CDU sobre esta matéria já se tinha pronunciado e também participado inclusivamente na consulta pública.-----

-----Eu apenas aqui vou dar nota das principais questões que na altura levantámos, e que justificam o nosso voto contra esta revogação do Plano de Pormenor do Moinho das Antas, porque também entendemos que não se trata apenas de uma revogação de um plano, é uma porta que se abre para a aprovação de uma Unidade de Execução que tem um modelo muito concreto e que é conhecido.- -----

-----Do nosso ponto de vista e, por exemplo, ao contrário do Plano de Pormenor anterior, a área em apreço tem uma situação territorial bastante diferente que se relaciona com a própria



m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

frente ribeirinha do Concelho, e é um último grande espaço aberto que urge preservar, proteger e integrar, de facto, na estrutura ecológica, no fundo, do contínuo urbano de Oeiras. -----

----- Acontece que esta opção não diminui efetivamente a carga edificada que estava prevista no Plano de Pormenor em vigor, e simplesmente altera a sua configuração. Do nosso ponto de vista, seria importante e uma oportunidade possivelmente equacionar, no âmbito da revisão do PDM, que seria, de facto, a diminuição considerável da carga edificatória, portanto, aliviar a carga de construção para esta área. -----

----- Naquilo que diz respeito ao que não está aqui, enfim, em apreciação, mas que virá, que é a Unidade de Execução que tem um modelo urbano perfeitamente estabelecido, temos um conjunto de críticas a fazer, nomeadamente a excecionalidade morfológica e a rutura morfológica que estabelece com a envolvente; a ausência de equipamentos de utilização coletiva; um espaço que, apesar de ser aparentemente generoso, um espaço verde aparentemente generoso, tem uma dominialidade ambígua, porque grande parte dele está em domínio privado. O tipo, ou se quiserem a tipologia edificada apresenta um grande afastamento relativamente àquilo que é o espaço público e a possibilidade de usufruto mais próximo do solo e com relações de maior relação com a envolvente e, portanto, estamos num modelo urbano que é muito distinto daquilo que valorizámos na apreciação do Plano de Pormenor anterior, que é de uma subalternização do espaço público àquilo que são interesses e programas privados e de grande valor imobiliário, e não propriamente uma relação positiva e ativadora da envolvente. -----

----- Portanto, nesse sentido, reafirmamos a nossa oposição, quer à Unidade de Execução quer, naturalmente, aqui à revogação do Plano de Pormenor. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Mais alguém quer usar da palavra? Senhor Vice-Presidente, faz favor.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, dizer apenas que eu não vou voltar a ter as discussões políticas do último mandato, já foram tidas, nem vou voltar de dizer-vos os resultados das mesas eleitorais nas zonas circundantes a esta operação. Vão Vossas Excelências vê-los.-----

-----Naturalmente o modelo urbano, na sequência do que dizia o Senhor Deputado João Santos (CDU), não é aquele que Vossas Excelências entendem, e é por isso que vocês perderam as eleições largamente, e é por isso que nós ganhámos largamente. Portanto, será implementado aquele que foi sufragado pela população. Nós dissemos sempre, durante a campanha, ao que vínhamos. Vossas Excelências também disseram ao que vinham. O resultado é conhecido. Agora, implementa-se o programa vencedor das eleições. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

-----Estamos em condições de votar? Então eu ponho à vossa consideração.”-----

4.7.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Afonso Duarte Guterres de Moraes e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e João Gil de Almeida Gameiro), três do Partido Chega (Francisco O’Neill



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com cinco votos contra, sendo dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins) e um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e com uma abstenção do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Alexis Godinho Gonçalves e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, e António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 182/2025**-----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 1066/25 - DOT - SUBSTITUIÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º. 605/2025 - REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO MOINHO DAS ANTAS (PPMA) - APROVAÇÃO FINAL**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e sessenta e seis barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número cinquenta e dois da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e seis de novembro, e deliberou por maioria,

com vinte e quatro votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com cinco votos contra, sendo dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal e um da Coligação Democrática Unitária e com uma abstenção do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar o procedimento de Revogação do Plano de Pormenor do Moinho das Antas, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“CDU, Evoluir Oeiras e Iniciativa Liberal, cinco votos contra. Quem se abstém? O PAN. Vinte e quatro votos a favor. Portanto, aprovada por maioria esta proposta.-----

-----Quem quer fazer declaração de voto? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.” - -----

4.7.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Obrigada, Presidente. -----

-----O Grupo Político votou contra a proposta, não porque concorda com o Plano de Pormenor em vigor - que reconhecemos estar desadequado às necessidades atuais - mas porque recusamos ser cúmplices de uma solução futura ainda mais desequilibrada, mais densa, mais opaca e mais injusta para o território.-----

-----A revogação do plano é feita sem qualquer exposição da proposta de substituição, o que consideramos uma estratégia consciente para evitar o escrutínio público e político daquilo que verdadeiramente se pretende adequar no local: um aumento substancial da densidade habitacional, a redução significativa das áreas de comércio e serviços, e a eliminação de instrumentos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

utilidade pública anteriormente previstos.-----

----- Acresce que o processo foi conduzido de forma segmentada, quando claramente o Plano de Pormenor do Moinho das Antas e o Plano do Espargal deviam ter sido analisados em conjunto. São áreas contíguas, com impactos urbanísticos e territoriais comuns, e que deveriam ter dado origem a uma abordagem coordenada e integrada de desenho urbano - uma vez que soluções parcelares favorecem a fragmentação do território e servem os interesses de alguns promotores. -

----- Defendemos que a revogação destes dois planos de pormenor poderiam ter dado lugar a uma única Unidade de Execução, até porque ambas distam poucas centenas de metros umas das outras. São no mesmo local, no mesmo bairro e afetam as mesmas pessoas. Uma unidade de execução única, apesar das densidades elevadas, teria conseguido minimizar vários dos impactos em presença. -----

----- Lamentamos ainda que, com esta revogação, se perca a possibilidade de instalar uma estação ferroviária que constava no plano anterior e entendemos que a Câmara Municipal devia ter feito todos os esforços para garantir uma solução de transporte coletivo pesado, essencial para assegurar a mobilidade sustentável nesta zona do concelho. -----

----- Por estas razões, e com sentido de responsabilidade, votamos contra esta proposta. Também porque ela faz parte da nossa opinião, do nosso programa político, mas porque entendemos que mesmo quando não faz, as situações podem ser melhoradas. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Senhor Deputado João Gameiro (PS), faz favor.”-----

4.7.1.2. O Senhor Deputado João Gameiro (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Para uma declaração de voto.-----

----- “O Partido Socialista vota favoravelmente a proposta de deliberação que determina a

revogação do Plano de Pormenor do Moinho das Antas. Este sentido de voto não traduz, porém, qualquer adesão prévia ou compromisso quanto às soluções que venham a ser consagradas num futuro Plano de Pormenor para o mesmo território. -----

-----O Partido Socialista entende que a discussão e aprovação de um novo instrumento de planeamento deverá ocorrer em momento próprio, com base numa proposta concreta devidamente fundamentada. -----

-----Nessa medida, o Partido Socialista afirma expressamente a sua total liberdade política e deliberativa relativamente a qualquer futuro Plano de Pormenor que venha a ser apresentado para a área do Moinho das Antas, reservando-se o direito de o apreciar de forma autónoma, crítica e responsável em função do seu conteúdo, dos interesses da população e do modelo de desenvolvimento urbano que melhor sirva o Concelho. -----

-----Obrigado.” -----

4.7.1.3. A Senhora Deputada Ana Silvia Marques (PAN) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“A proposta analisada visa a revogação do Plano de Pormenor do Moinho das Antas, através da substituição da anterior proposta de deliberação, mantendo o mesmo objetivo essencial. Não estamos, portanto, perante uma nova visão para o território, mas perante a continuação de um processo já conhecido por esta Assembleia, agora reformulado para responder a questões procedimentais entretanto levantadas. -----

-----O PAN reconhece o enquadramento legal deste caminho e a preocupação em tornar o processo mais claro e distinto no tempo, separando a decisão de revogação das opções urbanísticas que lhe poderão suceder. -----

-----Ainda assim, importa sublinhar que a revogação de um plano de pormenor representa sempre uma decisão estrutural, com implicações relevantes na forma como o território poderá vir a ser ocupado e transformado. -----



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Foi nesse entendimento que, aquando da apreciação da Proposta n.º seiscentos e cinco/dois mil e vinte e cinco, o PAN optou pela abstenção, expressando reservas quanto às consequências urbanísticas futuras e à necessidade de garantias adicionais quanto ao interesse público. --- -----

----- Tratando-se agora de uma proposta substitutiva integrada no mesmo processo, o PAN entende manter, por uma questão de coerência e consistência política, o mesmo sentido de voto. -

----- Assim, o PAN abstém-se, sublinhando a importância de que quaisquer decisões futuras para esta área sejam claras, participadas e orientadas para a qualidade de vida dos munícipes.” ---

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Mais alguma declaração de voto? Não? Então podemos passar para a nossa última proposta.”- -----

4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1067/2025 – DMOTDU/DOTPU/DOT – relativa à Correção Material do Plano de Pormenor Norte de Caxias - Sub-UOPG3 (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Quem pretende usar da palavra sobre esta proposta? A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) e a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). Faz favor, Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH).” -----

----- A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, agradeço a palavra, mais uma vez. -----

----- Mais uma vez, vou ter de repetir a mesma pergunta: os oeirenses conseguem viver na sua própria terra? Esta é a pergunta que cada vez mais oeirenses se fazem ao verem os seus filhos e vizinhos a mudar-se para concelhos vizinhos. Em dois mil e vinte e cinco, o fenómeno em Oeiras é o resultado de um sucesso económico que acabou por canibalizar o mercado de habitação local.

-----Oeiras tem, de facto, o salário médio mais alto do país. Deixamos desde já aqui os nossos parabéns, mas o valor mediano do metro quadrado também subiu de forma agressiva para, no seu valor mais alto, ser de quatro mil setecentos e cinquenta euros por metro quadrado. Um jovem casal de classe média, mesmo com bons empregos, dificilmente consegue uma taxa de esforço aceitável para um apartamento de trezentos ou quatrocentos mil euros, que é o preço base para tipologias familiares no Concelho. De referir também que Oeiras é um concelho geograficamente pequeno e já muito construído. -----

-----O modelo Oeiras Valley trouxe sim, milhares de empresas tecnológicas e multinacionais, mas também criou um mercado paralelo. Este mercado inclui população com poder de compra superior para comprar ou arrendar, mas deixa vazio o segmento de quem precisa de uma casa funcional. Sabemos que há, de facto, muitos planos de habitação acessível em projeto, mas não podemos deixar de constatar que, recentemente, foi referido que o custo do terreno em Oeiras é por vezes superior ao valor total permitido para construir casa a custos controlados, o que bloqueia a iniciativa privada de construir barato. -----

-----A questão é se estas casas chegam a tempo e em quantidade suficiente para travar a saída das famílias que dão vida à nossa terra, por isso se impõem as seguintes dúvidas: qual o limite político para a densificação? Quem está a ser protegido nesse caso, os residentes ou o mercado? -- -----

-----Obrigada.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção: ----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras manifestou desde o início uma posição crítica e



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desfavorável ao Plano de Pormenor Norte de Caxias. O que hoje nos é pedido não é um detalhe técnico nem é uma mera correção administrativa. -----

----- A Câmara apresenta como “correção material” aquilo que, na prática, corresponde a alterações substanciais deste Plano. Estamos a falar de alterações às cotas de arruamentos, alterações às cotas de soleira dos edificios, reconfiguração do Quadro Síntese e, talvez o mais sério, alteração da definição de Área de Construção Acima da Cota de Soleira no próprio regulamento. Nada disto é um lapso gráfico ou um erro de escrita. -----

----- A Câmara não demonstra onde está o “erro material”, e o Anexo Um demonstra que os erros resultam da má elaboração do plano. Plantas, regulamento e informação técnica evidenciam que há sim uma alteração estruturante disfarçada, ou seja, um erro na conceção do plano.-----

----- Alterar cotas altera implantação, volumetria, número potencial de pisos, etc. Alterar a definição “Acima da Cota de Soleira” altera diretamente o potencial construtivo real, favorecendo maior área útil interior sem alterar formalmente os limites máximos previstos.-----

----- Alterar a definição da cota de soleira no Regulamento altera o regime jurídico de edificabilidade. Logo, não pode ser tratada como mera correção material. A própria informação técnica da Câmara admite que estes “erros” resultam de incompatibilidades não resolvidas com a BRISA, com o gasoduto da LisboaGás e com decisões técnicas posteriores à elaboração do plano. E quando um plano tem erros estruturais, a lei também é clara: -----

----- abre-se um procedimento de alteração,-----

----- há uma discussão pública,-----

----- há escrutínio democrático.-----

----- Não podemos assim aplicar o artigo cento e vinte e dois do RJIGT como um atalho para corrigir erros de conceção ou para ajustar o plano a posteriori. Isto descredibiliza o processo de planeamento, desrespeita os cidadãos e compromete juridicamente esta Assembleia.-----

-----Temos vindo a assistir, proposta após proposta, ao mesmo padrão - ajustes, correções materiais que, afinal, afetam conteúdo urbanístico relevante. Isto não é uma exceção, é um método. E isto coloca esta Assembleia numa posição muito delicada. A Assembleia Municipal está a ser chamada a aprovar uma alteração de plano disfarçada. Aprovar alterações substanciais disfarçadas de correções formais expõe a Assembleia Municipal a riscos jurídicos, fragiliza o planeamento e afasta os cidadãos das decisões que moldam o território onde vivem. A Assembleia Municipal pode mesmo estar a aprovar um ato nulo e pode ser responsabilizada se o plano for posteriormente impugnado. A CCDR pode mesmo recusar o depósito se entender que extrapola correções materiais. -- -----

-----Resumindo:-----

-----Um. No nosso entendimento há uma falha jurídica: não existe uma “correção material” quando há impacto urbanístico, e estas alterações têm impacto direto.-----

-----Dois. A incoerência interna entre peças - onde não há um erro material, a única alteração é a “cota de soleira” que desencadeia um efeito dominó que altera TODOS os elementos materiais do plano. Isto é incompatível com o conceito de correção material. -----

-----Três. Existe uma falha grave admitida pela própria Divisão de Ordenamento do Território no anexo um (por ex. não corrigiram as cotas após exigência da BRISA).-----

-----Por isso eu deixo uma sugestão ao Senhor Vice-Presidente: que a proposta seja retirada e reavaliada pelos serviços em conformidade com a lei.-----

-----Deixo também quatro perguntas, fundamentais, gostaria a sua resposta: -----

-----Primeira. A Câmara pode afirmar, perante esta Assembleia, que nenhuma destas alterações modifica a implantação, a volumetria, a edificabilidade ou o conteúdo normativo do plano?-----

-----Segunda. Em que medida alterar cotas, implantação e definição de “Acima da Cota de Soleira” pode ser considerado um erro material? -----



m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Terceira. Porque não foi seguido o procedimento legal de alteração do plano, com discussão pública? -----

----- Quarta. Quem beneficia concretamente com esta redefinição do potencial construtivo? -----

----- Quinta. Foi pedido um parecer escrito à CCDR-LVT sobre se estas alterações podem ser consideradas “um erro material”? -----

----- Senhores Deputados (estou a terminar), não estamos aqui para carimbar remendos técnicos, nem para legitimar atalhos administrativos. Estamos aqui para garantir a legalidade, a transparência e o respeito pelo território e pelos cidadãos. E é isso que esta proposta, tal como está, infelizmente, não assegura. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Mais alguém pretende dizer alguma coisa sobre esta proposta? Senhor Vice-Presidente, tem a palavra.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, permita-me só, Senhora Arquiteta Vera, desculpe incomodá-la outra vez, importa-se de dirigir-se ali e explicar porque é que há uma alteração material, o que é que esteve na base da alteração?”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, então, de esclarecer.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** observou o seguinte: -----

----- “É rápido e depois eu faço uma breve alocução.”-----

----- A **Senhora Vera Freire, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território**, prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Boa tarde. -----

-----A correção material que estamos aqui a propor fundamenta-se no artigo cento e vinte e dois do RGIT e, neste caso, em concreto, uma das alterações que está a ser corrigida nesta proposta final do Plano tem a ver precisamente com as cotas de soleira dos edifícios e as cotas dos arruamentos. O que é que aconteceu? Isso acho que está bem explícito na informação técnica. Houve uma concertação com a LisboaGás durante o procedimento de elaboração do Plano em que já se sabia, mas constatou-se que o gasoduto que passa lá na atual variante das Pedregueiras, está posicionado a determinada cota, e isso implicava que os arruamentos que viessem a ser feitos, obviamente, estivessem acima da cota do gasoduto. O que acontece é que na planta final, na planta síntese final, que é a versão do Plano que foi aprovada, houve um lapso, não se verificaram as cotas dos arruamentos que vieram dessa proposta que tinha sido submetido a concertação, e essas cotas dos arruamentos que deviam estar acima do gasoduto estavam abaixo do gasoduto. Ou seja, o gasoduto estava desenterrado. Isto é um erro, é um erro de cálculo. Um erro de cálculo das cotas dos arruamentos e das cotas de soleira dos edifícios. Isto não altera em nada aquilo que foi aprovado. Os edifícios continuam a ser os mesmos, os pisos continuam a ser os mesmos, as áreas de construção iguais e não houve qualquer alteração de implantação de edifício. -----

-----Portanto, isto é um erro material, foi confirmado juridicamente antes de submetermos a proposta aqui à Assembleia. É um erro material que pode ser corrigido através deste procedimento de correção material. E recorde que este procedimento correção material é um procedimento comunicado à Assembleia Municipal, posteriormente comunicado à CCDR e segue para depósito.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, só queria dizer duas ou três coisas. Isto serve sobretudo para a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). A Senhora Deputada não tem ideia o que é



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

governar. Nenhuma. Zero. Isto não é uma brincadeira. Eu quero pedir desculpa ao Senhor Diretor Municipal e aos dois Chefes de Divisão aqui presentes, porque as constantes faltas de respeito à capacidade técnica da equipa do Município de Oeiras é tremenda. No mandato anterior - a Senhora Vereadora, naturalmente que não foi eleita para este mandato - passou o tempo inteiro a questionar a capacidade técnica dos serviços do Município nesta área.-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, peço-lhe desculpa, mas não vai usar da palavra, não vai agora responder.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Isto é inenarrável. Passámos aqui parte substancial da tarde a ouvir falar sobre desenvolvimento empresarial, sobre captação de empresas, como é que se devia fazer. Como é que se devia fazer? Vossas Excelências não têm a mínima ideia do que é que é preciso para fazer. A mínima ideia das horas de trabalho que estão dedicadas aqui, para virem aqui (eu ainda vá, que não vá, acusam-nos de tudo), para porem em causa a honorabilidade, que interesses estamos aqui a defender? Que interesses estamos a defender? Sabem qual é que é o valor do investimento que está em causa? Têm Vossas Excelências ideia do que é que estão a pôr em causa? Com a falta de respeito à capacidade técnica dos serviços do Município? É uma alteração de cotas de soleiras a partir do gasoduto. E vem este relambório todo. Vossas Excelências não tem a mínima ideia do que é que é preciso para governar. O que seria deste Município se um dia esta gente chegasse ao poder. O que é que iriam fazer? Que modelo seria implementado? No mandato anterior, tínhamos uma vereadora que nos aconselhava a plantar trigo. Trigo! Agora temos uma deputada municipal que diz assim, este investimento de quatrocentos milhões, mande ir para a CCDR para ver se eles

dizem qualquer coisa. Para ver se conseguimos arranjar qualquer engulho para impedi-lo. Nós estamos aqui sujeitos permanentemente a uma vetocracia. A tentativa permanente de vetar qualquer inovação que se consiga fazer. Nunca, nunca Oeiras teria chegado onde chegou se estas pessoas tivessem governado. Nunca, seria impossível. Nunca. Isto, permitam-me senhores..., peço desculpa de minha exaltação, vocês não têm a mínima ideia do que é que é preciso para atrair estas empresas, para conseguir fazer estes parques empresariais. Depois ainda nos querem dizer como é que se fazem parques empresariais? Este parque empresarial já passou por um erro de REN (Reserva Ecológica Nacional). Um erro de REN, já toda a gente se esqueceu. Por uma ribeira que nos mandaram voltar a colocar a ribeira. Uma ribeira que tinha sido desviada..., eu falava há pouco aqui com o Senhor Vereador Pedro Frazão, isto é divertido. Quando nos mandam consultar a CCDDR, quando nos mandaram voltar a colocar a ribeira no local. Eu estou a olhar ali para o senhor Diretor Municipal e para os dois Chefes de Divisão, porque eles sabem do que é que eu estou a falar - da ribeira que tinha sido desviada para construir a ACinco. E depois mandaram-nos voltar a colocar a ribeira no local. Como? Encarnando-a por cima da ACinco? Nós estamos... Isto, perdoem-me, isto não é forma de governar um país. Estamos a falar de um investimento de quatrocentos milhões de euros. De criação de três mil postos de trabalho. É disso que estamos a falar e, em vez de o acarinharmos, estamos sujeitos a uma vetocracia que tenta impedir tudo. Assim, certamente, não vamos lá. Assim, certamente que as gerações futuras portuguesas continuarão a olhar para a qualidade de vida que os outros têm e a sonhar usufruir daquela qualidade de vida. Não chegaremos lá, mas, com certeza, todos teremos uma enxada e podemos primeiro plantar e no fim com uma ceifeira, vamos ceifar trigo, porque é isso que nos propõem. -

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente (deverá querer dizer “Vice-Presidente”). -----

-----Alguém quer usar da palavra? Não? Então vamos passar à votação.”-----



87

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.8.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Afonso Duarte Guterres de Morais e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e João Gil de Almeida Gameiro), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com três votos contra, sendo dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e com seis abstenções, sendo três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins) e uma Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Alexis Godinho

Gonçalves e António Francisco de Campos Fataca Cadete Saramago, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, e António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 183/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 1067/25 - DOT – CORREÇÃO MATERIAL DO PLANO DE PORMENOR NORTE DE CAXIAS – SUB - UOPG3**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e sessenta e sete barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número cinquenta e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e seis de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com três votos contra, sendo dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e um da Coligação Democrática Unitária e com seis abstenções, sendo três do Partido Chega, duas do Partido Iniciativa Liberal e uma Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar o procedimento de “Correção Material do Plano de Pormenor Norte de Caxias”, introduzindo as seguintes correções: -----

-----a) Corrigir as cotas dos arruamentos e de soleira dos edifícios, na Planta de Implantação do Plano de Pormenor Norte de Caxias e no respetivo Quadro Sinótico - Peças desenhadas zero um ponto um_PIMPL e zero um ponto dois_QSIN; -----

-----b) Corrigir o artigo sétimo, alínea c), do Regulamento do Plano de Pormenor Norte de Caxias - Peças escritas zero um_REG, passando a ter a seguinte redação: -----

----- c) Área de Construção Acima da Cota de Soleira (ACS) - Corresponde à área definida no quadro síntese do Plano - Peça desenhada número zero um ponto dois - não sendo contabilizada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para este efeito a existência de varandas, cobertas ou descobertas, ou corpos balançados, na condição de que estas varandas e corpos balançados não sejam total ou parcialmente encerrados, desde que este conceito se encontre compatibilizado com o conceito utilizado no Regulamento do PDM”, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.--

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Quem vota contra esta proposta? Temos CDU e Evoluir Oeiras, três votos contra. Quem se abstém? Chega, Iniciativa Liberal e o PAN. Quem vota a favor? Os restantes, vinte e um votos a favor. Portanto, aprovada por maioria esta proposta.” -----

----- Senhores Deputados, vamos passar agora.... Sim, sim, esqueci-me. Faz favor.”-----

4.8.1.1. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte Declaração de Voto:--

----- “Senhora Presidente, só apenas uma brevíssima declaração de voto.-----

----- Naturalmente, votamos contra, não por estarmos contra a correção material, que compreendemos e, por naturalmente, não pormos em causa a competência técnica, as questões formais e processuais deste Plano, mas porque na sua natureza essencial, nos seus fundamentos que já tinham sido discutidos no mandato anterior, estamos contra a proposta do Plano de Pormenor em si. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Mónica Albuquerque, faz favor.” -----

4.8.1.2. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Só para anunciar que faremos chegar uma declaração de voto e que entregaremos dois requerimentos de documentos que foram aqui apresentados hoje. -----

----- Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra a proposta de correção material do Plano de Pormenor Norte de Caxias por entender que a mesma não configura, nos termos da lei, uma correção material, mas sim uma alteração substancial ao conteúdo urbanístico e normativo do plano, com impacto direto na sua concretização no território. -----

-----Tal como ficou claro na nossa intervenção, a proposta envolve alterações às cotas de arruamentos, às cotas de soleira dos edifícios, à definição de Área de Construção Acima da Cota de Soleira inscrita no regulamento e à reconfiguração do quadro. Na nossa opinião estas alterações não são lapsos gráficos, nem erros de escrita. São modificações que podem afetar implantação, volumetria, potencial construtivo e regime de edificabilidade, o que, por definição, extravasa o conceito de correção material previsto no artigo cento e vinte e dois do RJIGT. -----

-----A informação técnica reconhece que os chamados erros resultam de incompatibilidades não resolvidas na fase de elaboração do plano, nomeadamente com a BRISA, com o gasoduto da Lisboagás e com opções técnicas tomadas. A correção não pode resultar de uma opção técnica ou política posterior, nem modificar parâmetros urbanísticos relevantes, para ser considerado um erro técnico. Estamos, portanto, perante erros de conceção do plano, e não perante erros materiais. -----

-----Também indica o anexo Um que “associado a este erro, verificou-se ainda, que no Regulamento do PPNC, artigo Sete "Definições e Siglas", alínea c) "Área de Construção Acima da Cota de Soleira (ACS)", faltou acrescentar que a "aplicabilidade esta definição depende da sua harmonização/compatibilização com o Regulamento do PDM, que virá a acontecer no procedimento de Revisão do PDM a iniciar no primeiro semestre de dois mil e vinte e seis.”, ora alterar um regulamento não pode ser considerado um erro material. Nestas circunstâncias, a lei é clara: quando há erros estruturais ou necessidade de ajustar soluções urbanísticas com impacto



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

material, deve ser desencadeado um procedimento formal de alteração do plano, com discussão pública e escrutínio democrático. Usar o mecanismo de correção material como atalho fragiliza juridicamente o plano, expõe a Assembleia Municipal a riscos de nulidade e pode mesmo levar à recusa de depósito por parte da CCDR-LVT. -----

----- Durante o debate, a resposta do Senhor Vice-Presidente procurou deslocar a discussão do plano jurídico e urbanístico para um plano político e pessoal, invocando valores de investimento, criação de emprego e acusações de “vetocracia”. Importa esclarecer, para que fique registado em ata, que ninguém está a votar contra investimento, emprego ou desenvolvimento económico. O que está em causa é algo mais elementar: o respeito pela legalidade, pelos procedimentos de planeamento e pelo papel fiscalizador desta Assembleia. Invocar o montante do investimento ou o número de postos de trabalho não substitui o cumprimento da lei nem legitima a alteração encapotada de um plano de pormenor. O desenvolvimento económico sustentável exige bons planos, juridicamente sólidos, e não soluções apressadas que podem vir a ser impugnadas, atrasando precisamente os investimentos que se afirma querer proteger. Questionar se uma alteração é legal não é desrespeitar os técnicos, nem colocar em causa a sua honorabilidade. Pelo contrário: é reconhecer que o próprio sistema de planeamento existe para corrigir erros através de procedimentos adequados, transparentes e participados. Na nossa opinião a Assembleia não pode abdicar do seu dever de escrutínio nem ser transformada num órgão de mera ratificação administrativa. -----

----- Nenhuma das questões que colocamos foram igualmente respondidas, pelo que o nosso voto não poderia ser outro. Votamos contra porque consideramos que: as alterações propostas têm impacto urbanístico relevante e não se enquadram no conceito legal de correção material; existe incoerência entre peças do plano, demonstrativa de erro de conceção e violação do procedimento; a própria informação técnica admite falhas não resolvidas na fase de elaboração e a solução apresentada evita indevidamente um procedimento de alteração com discussão pública. Por tudo

isto, considero que a proposta deveria ter sido retirada e reformulada, seguindo o procedimento legal adequado. Manter este caminho não reforça o desenvolvimento do concelho - fragiliza o planeamento, expõe o Município a riscos jurídicos e afasta os cidadãos das decisões que moldam o território onde vivem.”-----

4.8.1.3. A Senhora Deputada Ana Silvia Marques (PAN) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“O ponto analisado diz respeito a uma correção material ao Plano de Pormenor Norte de Caxias, incidindo sobre a Sub-UOPGTrês.-----

-----Importa clarificar desde logo que o Plano de Pormenor já foi aprovado por esta Assembleia e encontra-se em vigor. -----

-----O que hoje está em causa não é a reapreciação do Plano, mas a correção de lapsos técnicos e incongruências detetadas em fase de execução, devidamente enquadradas no artigo cento e vinte e dois do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.-----

-----Ainda assim, mesmo uma correção de natureza técnica não é irrelevante. -----

-----Produz efeitos reais na forma como o território é ocupado e vivido e, por isso, deve ser analisada com atenção e responsabilidade.-----

-----Para o PAN, há três ideias essenciais a reter.-----

-----Primeiro, a transparência. Deve ser claro o que está a ser corrigido, por que motivo e com que impactos práticos.-----

-----Segundo, a coerência territorial. Qualquer correção deve ser lida à luz do conjunto do Plano e da pressão urbanística existente na zona Norte de Caxias.-----

-----Terceiro, a responsabilidade política. O planeamento urbano não é apenas um exercício técnico; tem consequências diretas na qualidade de vida das pessoas e na resiliência do território. -- -----

-----Sem prejuízo da fundamentação técnica apresentada, o PAN entende ser importante



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

acompanhar com atenção a aplicação destas correções, assegurando que se mantêm estritamente dentro do seu âmbito material. -----

----- Tendo o PAN optado pela abstenção aquando da aprovação do Plano de Pormenor, e por uma questão de coerência com a posição então assumida, o PAN mantém hoje o mesmo sentido de voto, abstendo-se.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.”-----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Não liguei o microfone... Portanto, passamos agora à intervenção do público e vou repetir, que temos aqui o senhor munícipe José Henrique Macedo Bandeira, a quem peço desculpa por ter esperado tanto tempo, mas pronto. Faz favor.” -----

5.1. O Senhor José Henrique Macedo Bandeira, munícipe de Oeiras interveio e disse o seguinte: -- -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores e Deputados Municipais, caros moradores do Espargal, Moinho das Antas e demais oeirenses. - -----

----- Se nos próximos dez anos, Oeiras optasse por uma transformação urbana intensa com a aprovação de grandes projetos como os do Espargal, Moinho das Antas, Antas Sul, Fundação de Oeiras, Cacilhas Norte, ex-CNP, Foz do Jamor e Fórum Oeiras, empreendimentos que deverão atrair milhares de novos residentes, empregos e comércio, mas também mais de oito mil veículos adicionais nas vias municipais, agravando congestionamentos já crónicos e pressionando serviços públicos e ambiente urbano. -----

----- O aumento significativo da população residente nas zonas intervencionadas e a maior densidade residencial e mista em torno dos novos polos comerciais e de serviços, implicará a

entrada de mais de oito mil veículos diários adicionais nas redes viárias municipais concentrando-se em horas de ponta e em eixos já saturados (vias de ligação à ACinco, ENSeis e acessos locais), tendendo a aumentar os tempos médios de deslocação, poluição atmosférica e ruído. Sem intervenções estruturais, espera-se a degradação da velocidade média, maior ocorrência de filas em cruzamentos e maior pressão sobre o estacionamento público e privado. -----

-----Escolas, saúde e equipamentos sociais sofrerão pressão por maior procura, necessitando de expansão ou requalificação. -----

-----A redução da permeabilidade do solo, do risco de ilhas de calor locais e a perda de continuidade ecológica serão uma realidade se não existirem compensações verdes.-----

-----A destruição da linha de costa e das vistas públicas entre o Parque dos Poetas e o Farol do Bugio impactarão negativamente o perfil harmónico existente. -----

-----Os riscos de gentrificação e deslocamento de moradores serão uma realidade.-----

-----Necessidades imperiosas: -----

-----Exigir condicionantes urbanísticas vinculativas. Interligar autorizações de grandes projetos à construção faseada de infraestruturas de mobilidade, equipamentos sociais e áreas verdes. Incluir cláusulas de monitorização e penalizações por incumprimento.-----

-----Plano de mobilidade urbana sustentável com metas claras. Reforço da oferta de transporte público (maior frequência, novos corredores bus/metro ligeiro), criação de parque de estacionamento junto a eixos principais, priorização de transporte coletivo nos cruzamentos críticos e gestão dinâmica da semaforização.-----

-----Incentivos à mobilidade ativa e à micro mobilidade. Uma rede contínua de ciclovias seguras, passeios alargados, estacionamentos para bicicletas e medidas de segurança viária para diminuir viagens curtas em automóvel.-----

-----Habitação acessível e inclusão social. Obrigar a percentagens de habitação a preços controlados nos novos projetos; fundos municipais para o realojamento e apoiar o comércio local



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

afetado. ---

----- Monitorização e governação participada. Criar um observatório local (com dados de tráfego, qualidade do ar, ocupação de estacionamento, evolução de preços) com participação de moradores, técnicos e promotores; revisão anual das medidas. -----

----- A AMEAN (Associação de Moradores Espargal Assim Não) tem encabeçado a luta dos moradores das zonas da Figueirinha, Espargal e Moinho das Antas, descontentes com as soluções que a CMO tem apresentado para os referidos territórios. Tem apresentado alternativas, participado em diversos fóruns e intervindo nesta Assembleia bastas vezes. Da parte do Município temos recebido o silêncio às nossas solicitações e argumentações, e o agendamento reiterado de atos decisórios para os períodos de festas natalícias ou de veraneio, limitando com esse estratagema a participação dos munícipes. -----

----- A documentação da matéria que hoje foi votada nesta Assembleia foi somente disponibilizada há dois dias. Como poderão os munícipes analisar e contra-argumentar com conhecimento de causa documentos com centenas de páginas? -----

----- Não queremos terminar sem deixar de lamentar as palavras proferidas pelo Senhor Vice-Presidente da edilidade na reunião camarária de vinte e seis do onze, de dois mil e vinte e cinco. Disse então: “Todo este caminho que nós estamos a fazer, tem a ver com aquelas questões que foram suscitadas pela Provedoria de Justiça. Achávamos que estávamos a ser mais transparentes, mas alguém mais capaz do que nós, entendeu diferente, portanto, nós albardamos o burro à vontade do dono”. Questionamos: o burro, somos nós munícipes, a Provedoria de Justiça ou os legisladores que obrigam as entidades públicas a serem transparentes nos seus atos? -----

----- Poder-se-á “albardar o burro à vontade do dono” criando autoestradas do licenciamento direto de megaempreendimentos contíguos alicerçados em pareceres jurídicos para contornar avaliações de impacto ambiental conjuntos. Pode ser legal, mas será moralmente legítimo? A AMEAN acha que não. -----

-----José Bandejas, Presidente da associação de moradores.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada pela sua intervenção. -----

-----Não sei se o Senhor Vice-Presidente pretende dizer alguma coisa? Há mais uma pessoa?” -- -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

-----“É melhor fazer já.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mas faço já, é melhor, que a senhora também está ali à espera há muito tempo. É a Senhora Edite Antunes Pereira. Faz favor. Boa tarde. Peço-lhe desculpa também por ter estado aí à espera.” -- -----

5.2. A Senhora Edite Antunes Pereira, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Não, não. Eu estive por gosto. Aliás, aqui aprende-se, portanto, eu venho cá para aprender. -- -----

-----Obrigada, Senhora Presidente, obrigada a todos os Vereadores, a todos os Deputados e pessoas presentes, portanto, público presente.-----

-----Eu venho fazer um esclarecimento e um agradecimento a todos, obviamente. No Município de Oeiras foi montado sem colocar mais betão, aproveitando o betão que já lá estava, foi colocada, foi erguida uma escola superior de aeronáutica. Um projeto inovador levado a cabo por dois comandantes da TAP, homenageados pela sua iniciativa inédita. Um curso superior, certificado com todas as certificações em dia, com capital próprio. -----

-----E ao ver, de facto, todo o empenho que esses comandantes resolveram instalar-se em Oeiras e desenvolver com todos os esforços próprios, eu aconselhei a que se dirigissem à Câmara e aproveitei hoje a Assembleia para vir falar com o Senhor Presidente da Câmara, que me endereçou para o Senhor Deputado Pedro Patacho (deverá querer dizer “Vereador”) que, segundo



m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

parece, abraçou o projeto. Portanto, eu quero agradecer o facto de terem abraçado um projeto académico, superior, para a formação de pilotos e todo o pessoal envolvente nessa área. -----

----- Portanto, nós temos cento e sessenta mil vagas a preencher em Portugal e, portanto, necessitávamos de qualificação. Portanto, eu quero agradecer terem, de facto, escutado e agraciado este projeto com a TRC, em Barcarena. O projeto está localizado em Barcarena. Foram modificadas as instalações aproveitando o que já havia e, portanto, a TRC vai em frente com o apoio, penso, da Câmara. -----

----- Muito obrigado a todos e em breve, certamente serão informados. Obrigada, agradeço e desculpem estar aqui a esta hora.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, também pela sua participação. Não, nós é que pedimos desculpa por só agora poder estar a ser ouvida. Muito obrigada. -----

----- Entretanto, relativamente ao primeiro munícipe, não sei se o Senhor Vice-Presidente pretende dizer alguma coisa?” -----

5.3. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Respondendo ao senhor munícipe que falou... Bem, em primeiro lugar agradecer as palavras da segunda munícipe. É raro virem aqui agradecer o nosso trabalho, mas normalmente nós todos os projetos válidos abraçamos e tentamos apoiar, de modo que se instalem no Concelho. Este é mais um deles. -----

----- Sobre o primeiro munícipe que falou, dizer que eu gosto sempre de receber os candidatos do Evoluir Oeiras que não foram eleitos nas últimas eleições e que não extraíram as devidas conclusões. Eu já aconselhei a verem os resultados nas mesas eleitorais à volta das zonas que Vossas Excelências referem. O modelo urbanístico que trouxe na sua intervenção foi rejeitado. Perderam, a Democracia é assim. Em Democracia é assim. Não tentem impor depois da eleição, o

modelo que perdeu a eleição. Eu pensei que tivesse sido muito claro ao longo do tempo em relação a isto, quer o Senhor Presidente, quer eu. Nós dissemos ao que vínhamos, sempre. Perderam. Vivam com isso. -----

-----Sobre a questão de “albardar o burro à vontade do dono” é relativamente simples. Na nossa opinião, era muito mais claro aquele processo anulando a primeira operação e aprovando a outra ao mesmo tempo para que, no momento da aprovação, fosse claro o que é que estava a acontecer, do que fazer diferido no tempo. Houve um Provedor de Justiça que entendeu diferente. Quer diferente? Fazemos diferente. Nós queremos é fazer, queremos é pôr ao serviço da população. No mais, voltar a agradecer aos oeirenses, particularmente os que votam, vivem à volta destes locais que foram, curiosamente, os locais onde nós tivemos a votação mais elevada nas últimas eleições. --- -----

-----Obrigado a esses eleitores pelo seu empenho, por terem acreditado e que todos tenham consciência democrática, sabendo perder. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente (deverá querer dizer “Vice-Presidente”). -----

-----Faz favor, Senhor Deputada.” -----

5.4. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Primeiro, queria saudar a participação dos cidadãos que aqui vieram hoje apresentar duas situações. Agradeço a ambos a participação pública. E, depois, não podia terminar esta Assembleia sem dizer ao Senhor Presidente (deverá querer dizer “Vice-Presidente”) que queremos fazer, só que o problema é que queremos fazer “no matter what”, e isto não pode ser assim. -----

-----E, por último, Senhor Vice-Presidente, o senhor que aqui veio, de nome José Bandeira, se não me falha a memória, não foi candidato de nenhum grupo político (que eu saiba) aqui desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assembleia, nem de fora dela. E, portanto, é absolutamente lamentável as suas declarações politizando os cidadãos que aqui vêm.-----

----- Muito obrigada.”-----

6. A Senhora Presidente da A.M. encerrou a Sessão dizendo o seguinte:-----

----- “Senhores deputados, declaro encerrada esta Sessão.”-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos.-----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente,-----

Maria do Rosário Barbosa

-----O Primeiro Secretário,-----

João Miguel de Oliveira Castro

-----O Segundo Secretário,-----

Ricardo Miguel de Oliveira Castro
